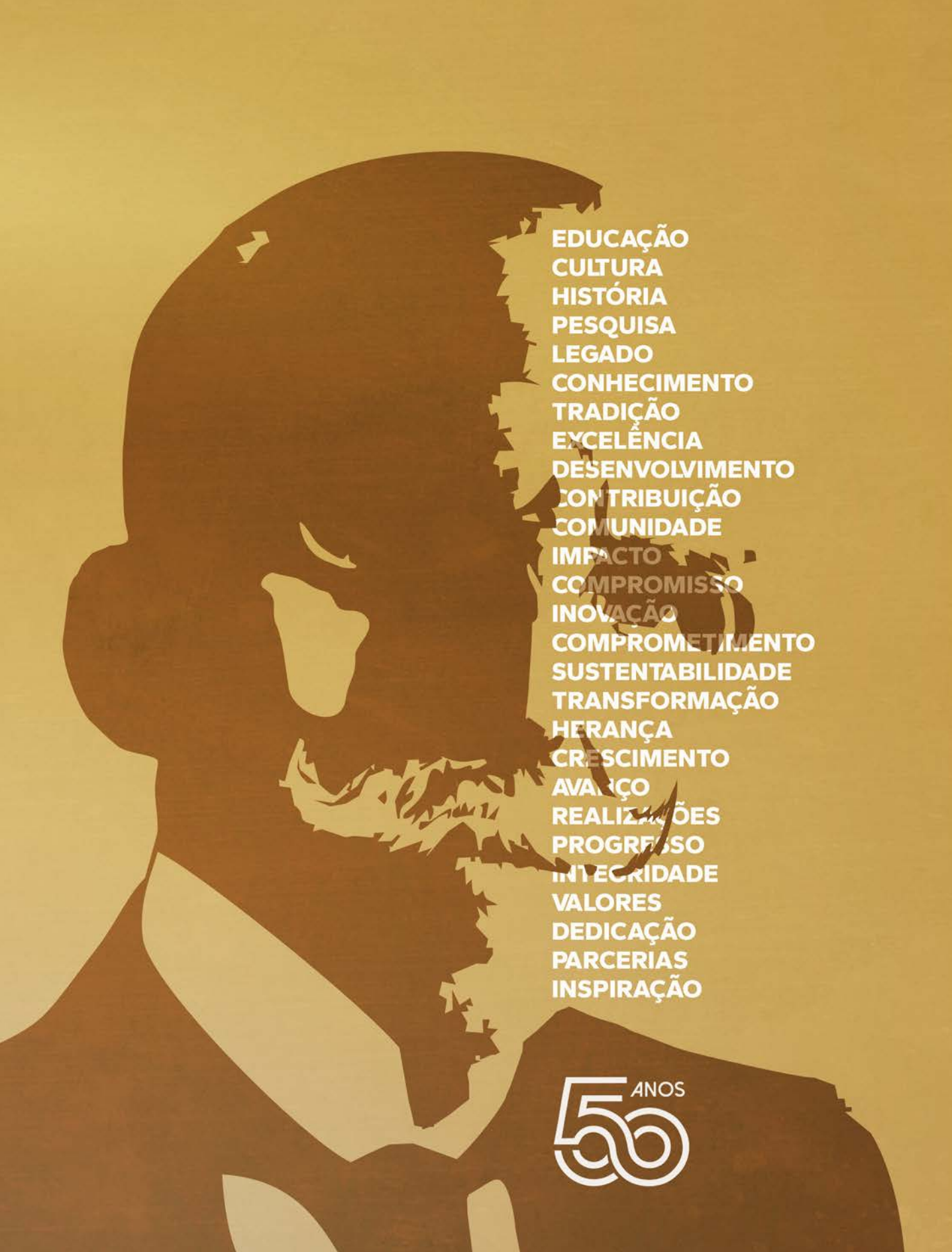




EDUCAÇÃO
CULTURA
HISTÓRIA
PESQUISA
LEGADO
CONHECIMENTO
TRADIÇÃO
EXCELENCIA
DESENVOLVIMENTO
CONTRIBUIÇÃO
COMUNIDADE
IMPACTO
COMPROMISSO
INOVAÇÃO
COMPROMETIMENTO
SUSTENTABILIDADE
TRANSFORMAÇÃO
HERANÇA
CRESCIMENTO
AVANÇO
REALIZAÇÕES
PROGRESSO
INTEGRIDADE
VALORES
DEDICAÇÃO
PARCERIAS
INSPIRAÇÃO

50 ANOS



**Instituto
Rui Barbosa**

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas



**EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO
E TRANSFORMAÇÃO**



**Instituto
Rui Barbosa**
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

INSTITUTO RUI BARBOSA

50 ANOS DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

FRANCÍLIO DOURADO FILHO

INSTITUTO RUI BARBOSA

50 ANOS DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

2023

COPYRIGHT ©2023 BY INSTITUTO RUI BARBOSA

Coordenação do Projeto
JURACI MUNIZ JÚNIOR

Projeto Editorial
E2 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS | E2 EDITORA

Coordenação Editorial e Redação
FRANCÍLIO DOURADO FILHO

Projeto Gráfico | Desktop Publishing
AUGUSTO OLIVEIRA

Revisão
AURILENE LUZ SAMPAIO

Transcrição
ISABELLE S. SAMPAIO e MARIANNE FREIRE

Acervo fotográfico e textual
IRB

Pesquisa e Catalogação
KEYLA SOUSA AMÉRICO

Arquivo e Assessoria
ANA PERPÉTUA ELLERY CORRÊA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SO, Brasi.)

Dourado Filho, Francílio

Instituto Rui Barbosa: 50 anos de educação, conhecimento e transformação
/ Francílio Dourado Filho. -- Fortaleza, CE: E2 Estratégias Empresariais, 2023.

ISBN: 978-85-68116-15-9

1. Administração pública – Brasil 2. Brasil. Tribunal de Contas 3. Histórias de
vidas 4. Instituto Rui Barbosa – História 5. Recursos públicos I. Título.

23-181905

DD-350

Índices para catálogo sistemático

1. Instituto Rui Barbosa: Administração pública 350
Aline Grazielle Benítez – Bibliotecária – CRB-1/3129

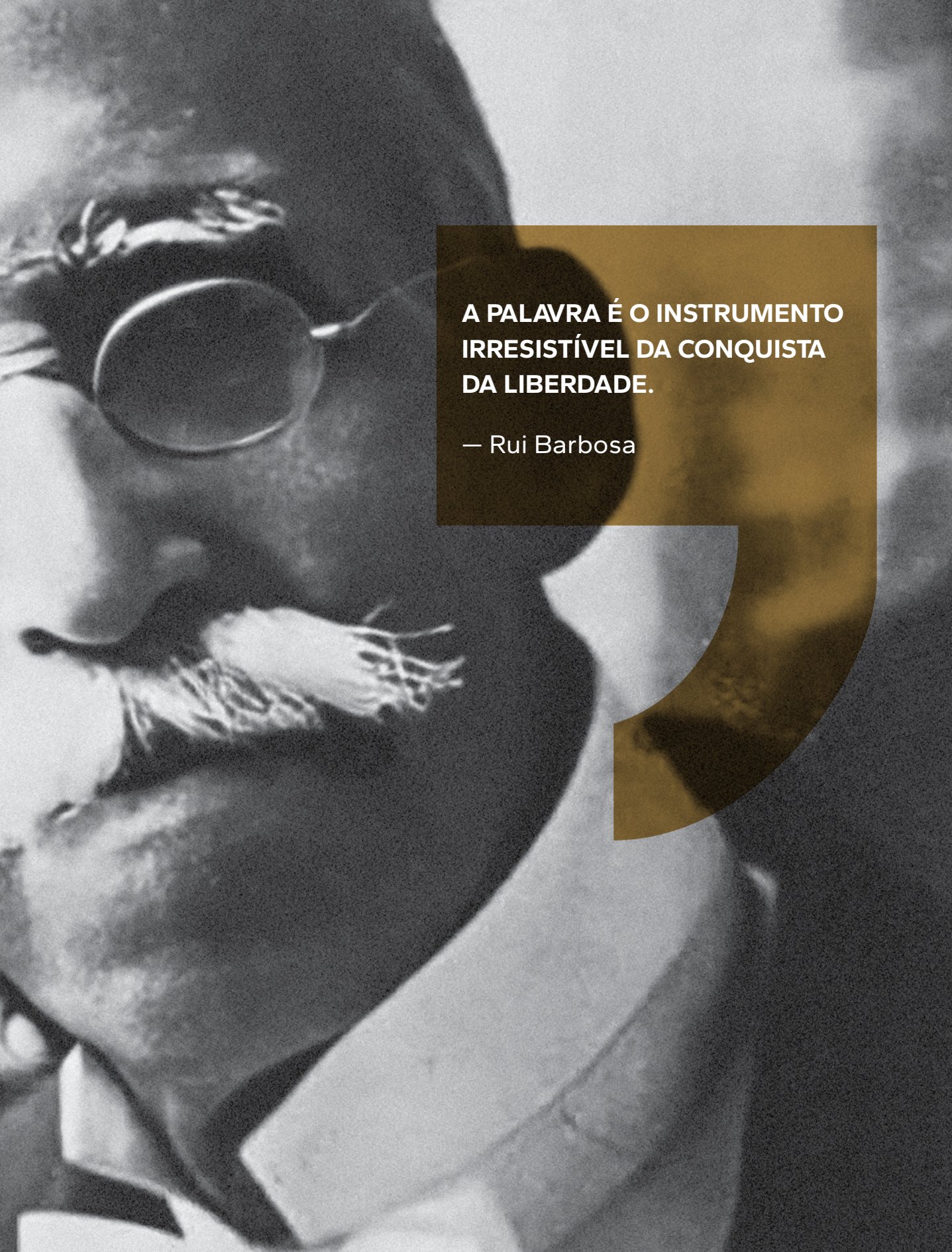
Os textos referentes a esta obra tomaram por base os últimos títulos constantes das referências bibliográficas. As imagens ilustrativas são de domínio público de acordo com Wikipedia Commons, um acervo de conteúdo livre da Wikippdia Foundation que pode ser utilizado por outros projetos. Qualquer forma de produção, distribuição, comunicação pública ou transformação desta obra, só pode ser realizada com autorização expressa da editora, salvo exceção prevista em Lei. Caso necessário reproduzir algum trecho desta obra, seja por meio de fotocópia, digitação ou transcrição, entrar em contato com a editora. A editora não se pronuncia, expressa ou implicitamente, a respeito da acuidade das informações contidas neste livro e não assume qualquer responsabilidade legal de erros ou omissões.



Instituto Rui Barbosa

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas



A black and white portrait of Rui Barbosa, a Brazilian statesman, writer, and orator. He is shown from the chest up, wearing a dark suit, a white shirt, and a dark tie. He has a prominent, thick mustache and is wearing round, dark-rimmed glasses. The background is a soft, out-of-focus landscape with trees and a body of water. A large, semi-circular, golden-brown graphic element is positioned on the right side of the image, partially overlapping the text.

**A PALAVRA É O INSTRUMENTO
IRRESISTÍVEL DA CONQUISTA
DA LIBERDADE.**

— Rui Barbosa

DIRETORIA BIÊNIO 2022-2023

Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-Presidentes

Cristiana de Castro Moraes

Vice-presidente de desenvolvimento e políticas públicas

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Vice-presidente de Auditoria

Ivan Lelis Bonilha

Vice-presidente de relações institucionais

Mario Manoel Coelho de Mello

Vice-presidente de desenvolvimento institucional

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Vice-presidente de Ensino Pesquisa e Extensão

Algir Lorenzon

Primeiro secretário

Fabício Macedo Motta

Segundo secretário

Severiano José Costandrade de Aguiar

Tesoureiro

Suplência da Vice-Presidência

Domingos Augusto Taufner

Felipe Galvão Puccioni

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Naluh Maria Lima Gouveia

Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

Conselho Fiscal

Carlos Thompson Costa Fernandes

Celmar Rech

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Luiz Eduardo Cherem

Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço

Suplência do Conselho Fiscal

Cilene Lago Salomão

Estilac Martins Rodrigues Xavier

Fernando Ribeiro Toledo

Inácio Magalhães Filho

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Equipe Técnica

Juraci Muniz Júnior

Coordenador Geral

Ana Perpétua Ellery Corrêa

Gerente de Políticas Públicas

Izabelli Lima

Gerente Supervisora

José Wesmeyer da Silva

Gerente Financeiro

Sandra Valéria de Moraes Santos

Gerente Administrativa e Planejamento

Assessoria Técnica

Alisson Sousa Maciel

Fernanda Ferreira Aguiar

Geovana dos Santos Teixeira Ferreira

Iolanda Piancó Amorim

Lia Skaty Pinheiro

**A LIBERDADE NÃO É UM LUXO
DOS TEMPOS DE BONANÇA;
É, SOBRETUDO, O MAIOR
ELEMENTO DE ESTABILIDADE
DAS INSTITUIÇÕES.**

— Ruy Barbosa

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE | EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA 15

CAPÍTULO PRIMEIRO | AS RAÍZES..... 21

CAPÍTULO SEGUNDO | A INSPIRAÇÃO47

CAPÍTULO TERCEIRO | O NASCIMENTO 63

CAPÍTULO QUARTO | AS HISTÓRIAS 83



Edilberto Carlos Pontes Lima

Presidente do Instituto Rui Barbosa

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em 2023, o Instituto Rui Barbosa alcança um marco histórico, o seu cinquentenário, e é com imensa satisfação que anunciamos o lançamento deste livro, que narra a sua respeitosa trajetória.

O livro não é apenas uma compilação de datas e eventos; é uma tapeçaria rica em histórias, lutas, conquistas e, sobretudo, comprometimento com a excelência na administração pública.

O Instituto Rui Barbosa tem sido uma pedra angular na evolução dos Tribunais de Contas brasileiros, e seu papel na promoção de técnicas de auditoria inovadoras, de publicação de revistas técnicas, de livros, e de promoção de conhecimento, por meio de debates, colóquios, seminários, congressos e cursos e treinamentos é inestimável. As páginas que o Instituto Rui Barbosa escreveu não apenas ilustram nossa história, mas também servem como um manual para aqueles que aspiram a aprimorar a eficácia do controle externo e a integridade da gestão pública.

Neste meio século de existência, fomos pioneiros no fomento ao diálogo entre os Tribunais de Contas e as universidades, estimulando o intercâmbio de conhecimentos técnicos e acadêmicos. Nosso compromisso com a educação e com o avanço do saber tem sido um dos pilares para garantir que as fronteiras do conhecimento sejam continuamente expandidas e que suas repercussões no âmbito da administração pública e no controle externo sejam profundamente positivas.

Não posso deixar de mencionar e agradecer a cada um que contribuiu para o nosso crescimento. Aos ex-presidentes que, com sua visão e liderança, nos conduziram por caminhos de sucesso; aos diretores e servidores, cuja dedicação e competência são os alicerces de nossa instituição; e aos integrantes dos Tribunais de Contas de todo o país, cujo trabalho diligente e ético reforça o valor e a importância do nosso propósito comum.

Conforme olhamos para o passado com respeito e admiração, também focamos no futuro com determinação e esperança. Os desafios que enfrentamos são numerosos, incluindo a necessidade contínua de adaptação às novas tecnologias, a permanente luta contra a desadministração e irregularidades, e a constante busca pela transparência e eficiência governamental. No entanto, a história que construímos juntos nos fornece uma base sólida para enfrentar esses desafios e qualquer outro que possa surgir.

O livro que lançamos é mais do que uma retrospectiva; é uma afirmação de nosso compromisso com um futuro em que os Tribunais

de Contas continuem a ser sustentáculos de justiça e integridade. É uma promessa de que permaneceremos incansáveis na busca pela excelência e na promoção de práticas que assegurem a boa gestão dos recursos públicos.

Celebramos, portanto, meio século de existência com a certeza de que o Instituto Rui Barbosa permanecerá como um farol de conhecimento e inovação para os Tribunais de Contas e para a sociedade brasileira. Agradecemos a todos que fizeram parte dessa jornada até aqui e convidamos cada um a se juntar a nós enquanto traçamos o caminho para os próximos cinquenta anos.

Com sincera estima e gratidão.





**SÓ O BEM NESTE MUNDO É DURÁVEL,
E O BEM, POLITICAMENTE, É TODO
JUSTIÇA E LIBERDADE, FORMAS
SOBERANAS DA AUTORIDADE E DO
DIREITO, DA INTELIGÊNCIA E DO
PROGRESSO.**

— Rui Barbosa

CAPÍTULO PRIMEIRO

As raízes

Está na gênese do Estado, como instrumento normatizador da vida em comunidade, a necessidade de monitoramento e controle do que é de todos, para benefício e tutela da coletividade.

Desde os tempos mais antigos, quando as primeiras formas de Estado começavam a ganhar corpo, o bem comum se fez imperativo, exigindo olhar acurado daqueles que o guardavam.

“O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas. A arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada”, dizia o filósofo, estadista e orador romano Marcus Tullius Cícero, quase meio século antes do início da era cristã, o que demonstra serem os preceitos básicos da administração pública universais e atemporais.¹

01. DELANO, Câmara. Contas de Governo e de Gestão e o Controle Social da Administração Pública. Teresina: TCEPi, 2020. Disponível em: <<https://www.>



Busto de Marcus
Tullius Cicero
(106-43 AC)

“Um país vai mal quando aquele que o governa se deixa levar pela opinião dos outros, e quando as autoridades começam a se divertir logo de manhã. Mas um país vai bem quando quem governa toma as próprias decisões, e as autoridades sabem se controlar”, diz a parábola da sucessão do reino de Davi pelo filho Salomão, expressa em Eclesiastes (10:16-17).²

Há registros que permitem inferir a presença do controle de gastos como uma preocupação explícita daqueles que governam, desde os mais antigos instrumentos legais tornados públicos. As *plaquetas de Gilgamesh*, rei de Uruk (MMDCL a.C.), consideradas as primeiras expressões da escrita humana, podem ser entendidas como uma espécie de registro de contas. O *Código de Ur-Nammu*, criado na Mesopotâmia antiga, por volta do século MMC a.C., aplicava princípios uniformes de justiça e liberdade a um largo espectro de instituições sociais. *“Não impus trabalhos obrigatórios; fiz desaparecer a inimizade, a violência e os gritos de dor dirigidos ao deus Utu; estabeleci a justiça no país”*, diz Ur-Nammu.³ O *Código de Hammurabi*, do século XVIII a.C., ordenava as relações sociais

tcepi.tc.br/dmdocuments/CONTAS_DE_GOVERNO_E_DE_GESTAO_-_Delano.pdf>. Visitado em 12/10/2023.

02. SANTOS, Marco Antônio da Silva. A apropriação dos mitos em La Serrana de La Vera e em El Mejor Mozo de España – O resgate da memória e a restauração da imagem de poder. 2015. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
03. PACHECO, J. Franklin. Mesopotâmia, leis e códigos - Código de Ur-Nammu. Disponível em <https://www.calameo.com/read/00550561588d05784b26c>. Visitado em 16/09/2023.



Busto de Marcus Tullius Cicero (106-43 AC)



Plaqueta
de Gilgamesh,
rei de Uruk
3200-3000 a.C.



Código de
Ur-Nammu



Código de
Hammurabi

entre os habitantes do primeiro império babilônico. Ao lado do Eclesiastes de Salomão e dos tratados romanos de Cícero e Plínio, essas obras traduzem os mais antigos instrumentos de controle de que se tem conhecimento.⁴

A Grécia antiga, berço da civilização ocidental e lar original da Democracia, também nos legou os primeiros guardiões da administração pública, os *hellenotamiais*, antigos tesoureiros que acompanhavam a evolução das contas públicas, e perante os quais, todos quantos exerciam parcela dessa administração, deveriam, não só justificar os atos de sua gestão, como também prestar contas dos recursos recebidos.⁵ Em Roma, os assuntos financeiros do Estado passam a ser supervisionados pelos *questores*, cobradores de impostos que também respondiam pela auditoria e proteção do Tesouro Público, em auxílio aos magistrados e ao Senado. Durante a República, quando Roma foi governada por senadores e magistrados, os *questores* exerceram papel de interventores nas províncias, com autonomia para regular os limites de crédito de todos os contribuintes e funcionários do Estado. O próprio Consul deveria submeter suas contas à medição de um questor. Durante o Império, já no início da era cristã, o erário e o fisco do Principado

04. BRITTO, Cristina. Uma breve história do controle: na visão de um Tribunal centenário. Salvador: P55 Edições, 2015

05. SILVA, Joel Ferreira da. Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo do Distrito Federal – Exercício 1984. Disponível em: < <https://www2.tc.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Contas-de-Governo-1984.pdf> >. Visitado em 18/10/2023.



Magistrados romanos: Tribuno, Pretor, Questor e Aedilos.

romano passaram a ser gerenciados pelos *praeffecti aerarii*, como se chamavam os fiscais do erário público (*aerarii*).⁶

Somente e no entardecer do século XII, em 1188, a Península Ibérica iniciaria de fato o que se poderia chamar de controle dos gastos públicos, com execução nas Cortes de León. Já no amanhecer do século XIII, seria instituído o *Exchequer*, Tribunal de Justiça Financeiro da Inglaterra, que antecedeu a Carta Magna de 1215. Em 1389, nasceria a *Casa dos Contos*, o primeiro órgão de ordenação e fiscalização das receitas e despesas do Estado Português, cujas normas fazendárias

05. *Ibidem*.



Uma Reconstrução do Aerariun Saturni (acima) e uma vista das ruínas (abaixo), desenho, Jan Goeree (antes de 1704).

chegaram a reger o Brasil colonial até 1761, quando foram substituídos pelo Erário Régio.⁷ A Câmara de Contas de Nápoles, viria em 1502; a Câmara de Contas do Império Austríaco, em 1661; e o Tribunal Maior de Contas, seria instituído em Buenos Aires, pela Espanha, em 1767. Somente no final do século XVIII, em 1800, nasceria a *Chambre de Comptes* (Corte de Contas) francesa,⁸ que tinha três missões principais: exercer o controle *a posteriori* sobre a gestão dos cobradores de impostos, zelar pelo domínio real e registrar todos os atos que tivessem dimensão financeira.⁹

A Corte de Contas seria substituída pelo *Cour des Comptes*, instituída por Napoleão Bonaparte em 1807, como instituição suprema de auditoria das contas públicas na França. Tal ato marcou o início de uma nova era para o controle externo das finanças públicas em âmbito global, a ponto de, até hoje, o modelo de Tribunal de contas ser conhecido como modelo napoleônico. Daí em diante, viu-se, tanto na Europa quanto nos demais continentes, uma onda de implementação

07. FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. Casa dos Contos. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/administracao/casa-dos-contos/> >. Visitado em 18/10/2023.

08. Em publicação recente, o Procurador-geral do MP junto ao TCM do Estado de Goiás, Henrique Padim Barbosa Machado, chama atenção para o fato de que, em 1256, o rei santo Luís IX, emitiu uma *ordonnance* através da qual ordenou que os administradores do reino deveriam ir a Paris, no ano de 1262, para prestar contas de suas receitas e despesas. Ou seja, desde então, a *Chambre des Comptes* já estava lá situada.

09. BRITTO, Cristina. *op. cit.*



Chambre de Comptes, França 1800.

de instituições similares se espalharem pelo mundo, chegando inclusive ao Brasil.¹⁰

Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, no dia 22 de janeiro de 1808, D. João VI publica alvará que institui o Erário Régio e cria também o Conselho da Fazenda. Ao primeiro caberia a gestão do patrimônio real, enquanto o segundo seria responsável pela administração dos fundos públicos. O mesmo alvará ditava regras procedimentais de aperfeiçoamento da contabilidade pública que merecem registro, *in verbis*.

I. Para que o methodo de escripturação, e formulas da contabilidade da minha Real Fazenda não fique arbitrario, e sujeito á maneira de pensar de cada um dos Contadores Geraes, que ser servido crear para o referido Erario: ordeno que a escripturação seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a unica seguida pelas Nações mais civilisadas, assim pela sua brevidade para o manejo de grandes sommas, como por ser a mais clara, e a que menos logar dá a erros e subterfugios, onde se esconda a malicia e a fraude prevaricadores.

10. MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. De guardiões de um a guardiões de todos: notas sobre os Tribunais de contas, do Medieval à modernidade. Revista da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Pará – Belo Horizonte, ano 2, n. 03, p. 107-116, jul./dez. 2022. Disponível em: < <https://cnpqc.org.br/de-guardioes-de-um-a-guardioes-de-todos-notas-sobre-os-Tribunais-de-contas-do-medieval-a-modernidade/> >. Visitado em 20/10/2023.

INSERIDOS NESSA
NOVA QUADRA
HISTÓRICA, SOCIAL E
POLÍTICA, ORIENTADOS
PELO MOVIMENTO
CONSTITUCIONALISTA,
OS TRIBUNAIS DE
CONTAS DEIXAM
DE CONTROLAR PARA
UM, E PASSAM A
CONTROLAR PARA
TODOS. DE GUARDIÕES
DO DINHEIRO DO REI,
PASSAM A GUARDIÕES
DO ERÁRIO, DO
DINHEIRO PÚBLICO,
DAQUILO QUE É DE
TODOS.

— Henrique Pandim Barbosa Machado

II. Portanto haverá em cada uma das Contadorias Geraes um Diario, um Livro Mestre, e um Memorial ou Borrador, além de mais um Livro auxiliar ou de Contas Correntes para cada um dos rendimentos das Estações de Arrecadações da minha Real Fazenda. E isto para que sem delongas se veja, logo que se precisar, o estado da conta de cada um dos devedores ou exactores das rendas da minha Coroa e fundos publicos.

III. Ordeno que os referidos livros de escripturação sejam inalteraveis, e que para ella se não possa aumentar ou diminuir nenhum, sem se fazer saber, por consulta do Presidente, a necessidade que houver para se diminuir ou acrescentar o seu número.¹¹

Tais medidas se, por um lado, visavam garantir que as funções de controle ficassem sob a tutela do poder central, por outro, lançavam as bases para a fiscalização das finanças públicas no país, especialmente por parte do Conselho da Fazenda, considerado por muitos como o embrião do Tribunal de Contas da União.¹²

11. Alvará de 28 de junho de 1808: Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda (Publicação Original). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anteriores1824/alvara-40209-28-junho-1808-572257-publicacaooriginal-95382-pe.html>>. Visitado em 11/10/2023.

12. BRITTO, Cristina. *op. cit.*



Constituição do
Império do Brasil
(1824).

Somente quase duas décadas depois, após a queda do Império e a as reformas introduzidas pela República, o Brasil ganharia seu primeiro Tribunal de Contas.

Bem antes disso, dois anos depois da independência, seria promulgada a primeira Carta Magna do Brasil, em 1824, que em seu artigo 170 criava o Tesouro Nacional, o qual nascia com características de Tribunal.

*A Receita, e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo de nome de ‘Thesouro Nacional’ aonde em diversas Estações, devidamente estabelecidas por Lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em recíproca correspondência com as Thesourarias, e Autoridades das Províncias do Império.*¹³

Os artigos 37 e 172 da Constituição determinavam a realização anual e compulsória da prestação de contas, registrada em relatório aprovado previamente pelo Parlamento e posteriormente divulgado pela imprensa, visando dar transparência e submetê-lo à apreciação da população.

13. Constituição Política do Império do Brasil (cic), de 25 de março de 1824 (texto original). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Visitado em 12/10/2023.

Art. 172. O Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos ás despesas das suas Repartições, apresentará na Camara dos Deputados annualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Thesouro Nacional do anno antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do anno futuro, e da importancia de todas as contribuições, e rendas publicas.¹⁴

Logo no início do período regencial, seria promulgada a Lei no 657/1831, que criava o Tribunal do Tesouro Público Nacional, em substituição ao Erário Régio e ao Conselho da Fazenda. Ao novo órgão cabia administrar a despesa e a receita pública, a contabilidade e os bens nacionais, receber a prestação de contas anuais de todas as repartições públicas, além de inspecionar as repartições da Fazenda. Porém, o Tribunal não guardava qualquer independência, pois era completamente subordinado à Regência Trina.¹⁵

Já se passara quase cem anos desde que a ideia de criação do Tribunal de Contas começou a ser pensada, quando, após a queda do Império e a implantação da República, o advogado baiano, Ruy Barbosa de Oliveira, que recentemente fora nomeado Ministro da

14. *Ibidem.*

15. BRITTO, Cristina. *op. cit.*



Ruy Barbosa de Oliveira

Fazenda, fez uma inquestionável exposição de motivos que justificavam a criação do órgão.

[...] a criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à Administração e à Legislatura que colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil [...] Convém levantar entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que comunicando com a Legislatura e, intervindo na Administração, seja não só o vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infrações orçamentárias por veto oportuno aos atos do Executivo que, direta ou indireta, próxima ou remotamente, discrepem na linha rigorosa das leis das finanças.¹⁶

Percebe-se no texto, que Ruy Barbosa refere-se à Corte como “corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura”, colocado em posição autônoma. Da leitura completa do documento¹⁷ é possível

16. SILVA, Joel Ferreira da. *op. cit.*

17. Exposição de motivos de Rui Barbosa sobre a criação do TCU. Disponível em:

inferir ainda, que a sua fonte de inspiração estava na Europa, especialmente nos modelos italiano, belga e francês de Tribunal de Contas, quando ele explicita sua preferência pelo modelo italiano ao afirmar expressamente que dos três “o italiano é o mais perfeito”. O que mais atraía Ruy Barbosa era o controle prévio exercido pela Corte de Contas da Itália.

¹⁸Assim, em plena efervescência política de um novo país que surgia, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, então Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, assina o Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, que em seu artigo 1º declara: *“É instituído um Tribunal de Contas, ao qual incumbirá o exame, a revisão e o julgamento de todas as operações concernentes à receita e despesa da República.”*¹⁹

Já no artigo 2º, o decreto afirma que *“Todos os decretos do Poder Executivo, ordens ou avisos dos diferentes Ministérios, susceptíveis de criar despesa, ou interessar as finanças da República, para poderem ter publicidade e execução, serão sujeitos primeiro ao Tribunal de Contas, que os registrará,*

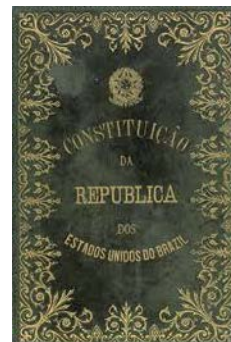
<<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1113>>. Visitado em 12/10/2023.

18. BUGARIN, Bento José. O controle externo no Brasil: evolução, características e perspectivas. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/954/1018>>. Visitado em 12/10/2023.

19. BRASIL. Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d00966-a.html>. Visitado em 14/10/2023.

pondo-lhes o seu «visto», quando reconheça que não violam disposição de lei, nem excedem os créditos votados pelo Poder Legislativo.”²⁰

No ano seguinte, seria promulgada a Carta Magna de 1891, que em seu artigo 89 afirmava: *“É instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso. Os membros deste Tribunal serão nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado, e somente perderão os seus lugares por sentença.”²¹* A partir de então o Tribunal de Contas brasileiro adquiriu *status* constitucional.



Carta Magna de 1891, a primeira Constituição da República.

O texto constitucional, na forma como exposto, estabelece um critério eminentemente político na composição do Tribunal (*membros nomeados pelo Presidente da República com aprovação posterior do Senado*), algo que perduraria por longos anos, estando presente nos textos constitucionais de 1934, 1946, 1967 e pela Emenda Constitucional no 1, de 17 de outubro de 1969. Somente em 1988, no evento da promulgação da nova Constituição, tanto as atribuições quanto a composição do Tribunal de Contas da União sofreriam mudanças.²²

20. *Ibidem*.

21. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891. Art. 89. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Visitado em 14/10/2023.

22. ARAÚJO, Dilton Oliveira de; SOARES, Geraldo Ramos. Caminhos de Contas: A História do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), 2016.

Convém registrar que, durante o XIII Congresso Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado entre os dias 2 e 6 de setembro de 1985, na Bahia, foi formulada a “Carta de Princípios de Salvador”, que seria entregue à Comissão de Estudos Constitucionais com o objetivo de subsidiar a inclusão do controle orçamentário no texto constitucional.

CONSIDERANDO que, neste momento difícil da vida nacional encontramos-nos todos irmanados nos mesmos sentimentos de nobreza e de grandiosidade do povo brasileiro, convictos de que a Nação haverá de marchar, vitoriosamente, ao encontro do seu glorioso destino, com fundadas esperanças de que, no próximo Congresso, estejam os Tribunais de Contas experimentando já uma nova realidade de sua vida institucional, como coroamento de uma longa trajetória de lutas e colocações afirmativas, decidem tornar pública a CARTA DE PRINCÍPIOS DE SALVADOR, concebida nos seguintes termos:

01. O controle da Administração Financeira e Orçamentária deve ser instituído por norma constitucional, e fortalecido mediante a definição de sua organização, de suas competências e atribuições, em capítulo próprio da nova Constituição Federal, que assegure ao Tribunal de Contas a necessária independência e autonomia em relação aos órgãos que lhe compete fiscalizar.

02. A atividade fiscalizadora deve ser estruturada mediante a instituição de um sistema de controle externo, a ser exercido pelo

Tribunal de Contas, e de um sistema de controle interno a cargo dos respectivos Poderes, este com a finalidade de contribuir para a eficácia do primeiro.

03. O controle externo compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira, orçamentária e operacional, bem como o julgamento da legalidade dos atos de despesas e das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

04. O controle tem por finalidade assegurar a boa aplicação dos dinheiros públicos. A identificação de irregularidades, mas também a sustação do ato impugnado e a imposição de sanções aos responsáveis.

05. A nova Constituição Federal deve assegurar eficácia às decisões do Tribunal de Contas, ao definir as prerrogativas a serem atribuídas ao Congresso Nacional em matéria de fiscalização.

06. As normas constitucionais de controle decorrentes desses princípios devem aplicar-se aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.²³

23. BRITTO, Cristina. *op. cit.*

Quando, no dia 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Carta Magna que ficaria conhecida como “Constituição Cidadã”, esta trazia em seu artigo 73 (§1º. itens I, II, III, IV; §2º. itens I, II; §3º e §4º) a um novo modelo de composição do Tribunal, retirando algumas indicações do campo dos poderes do chefe do Executivo e criando a nomeação oriunda do corpo de técnicos, embora não tenha modificado o sistema de forma completa, eliminando a ingerência política²⁴. Segundo a nova Carta:

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II – Dois terços pelo Congresso Nacional;

Para o professor Inaldo da Paixão Santos Araújo, indubitavelmente, foi a “Constituição Cidadã” que mais valorizou o papel dos Tribunais de Contas, tendo ampliado significativamente as atribuições das Casas de Controle, e priorizado a atividade auditorial quando, em

24. ARAÚJO, Dilton Oliveira de; SOARES, Geraldo Ramos. *op. cit.*



seu art. 71, estabeleceu que compete ao Tribunal de Contas auxiliar o Poder Legislativo na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Para tal fim, entre outros, os Tribunais devem realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Assim, é inaugurada a fase moderna dos Tribunais de Contas no Brasil, que pode ser denominada genericamente de fase da auditoria integrada (englobando a auditoria de regularidade e operacional). Em outras palavras, do controle prévio e formal, surge o controle de resultados, pois mais importante do que dizer se as contas estão certas é verificar a efetividade das políticas públicas, o que somente se torna possível com a realização de auditorias operacionais. Ou seja, não basta dizer apenas que o gasto está autorizado e foi realizado conforme a lei, mas, sim, se foi justo e alcançou os resultados previstos.²⁵

A evolução do modelo de controle externo do uso dos recursos públicos tornando-o hoje aceito como instrumento autônomo e legítimo. Mas nem sempre teve o caráter atual. Houve um momento

25. *Ibidem.*

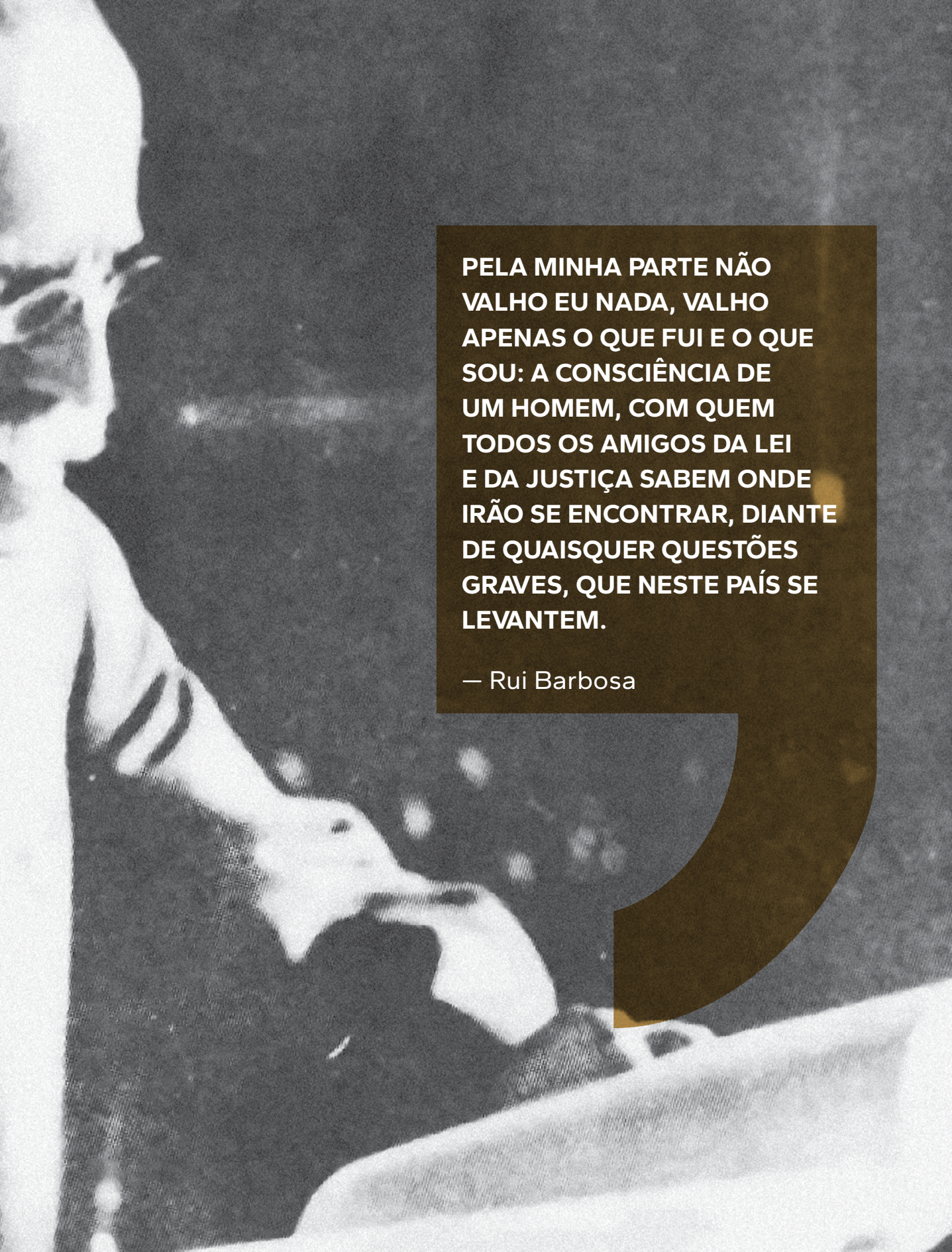
em que seu principal objetivo era evitar os desvios de recursos públicos, ou seja, combater a corrupção financeira. Realizava, portanto, um controle formal, focado nos procedimentos de despesa e de arrecadação, bem como na punição dos responsáveis por eventuais desfalques.

Tempos depois, com o crescimento acelerado da “máquina estatal”, diante da impossibilidade de se fazer o controle e o julgamento de todos os atos de despesa, o órgão de controle externo procurou estimular a implementação de mecanismos internos de controle pela própria administração pública, cabendo-lhe exercer um controle seletivo e verificar o correto funcionamento dos controles internos.

E, mais recentemente, com o reconhecimento de que a administração pública não se legitima apenas pelos meios, mas, sobretudo, pelos resultados que apresenta, os órgãos de controle externo passaram a assentar a sua ação no controle dos três “Es”: economicidade, eficácia e eficiência das despesas. Surgia assim, as chamadas “auditorias de performance”, das quais se ocupam grande parte dos Tribunais de Contas e dos demais órgãos de controle externo de hoje.²⁶

26. *Ibidem*.



A black and white photograph of Rui Barbosa, a Brazilian politician and writer. He is shown from the chest up, wearing a dark suit and a white shirt with a dark tie. He is looking down and to the right, with his right hand raised towards his face. The background is dark and out of focus. A large, semi-transparent dark brown shape is overlaid on the right side of the image, containing the text.

**PELA MINHA PARTE NÃO
VALHO EU NADA, VALHO
APENAS O QUE FUI E O QUE
SOU: A CONSCIÊNCIA DE
UM HOMEM, COM QUEM
TODOS OS AMIGOS DA LEI
E DA JUSTIÇA SABEM ONDE
IRÃO SE ENCONTRAR, DIANTE
DE QUAISQUER QUESTÕES
GRAVES, QUE NESTE PAÍS SE
LEVANTEM.**

— Rui Barbosa

CAPÍTULO SEGUNDO

A inspiração

Era dia 5 de novembro de 1849, uma segunda-feira de primavera, quando o casarão da antiga Rua dos Capitães, na misteriosa e bela capital do Brasil-Colônia, acolheu o primeiro e único varão do casal Maria Adélia e João José Barbosa de Oliveira.

O pai, médico, deputado provincial e diretor da Instrução Pública da Bahia, guardava em casa uma rica biblioteca. Ali o filho, Ruy Barbosa de Oliveira, madrugou para os livros, objetos que iriam compor o pano de fundo de sua vida toda. Livros que o surpreenderam tão cedo, que nem lhe consentiram ingressar na própria infância, enchendo-lhe completamente os primeiros anos, a ponto de afastá-lo do convívio das crianças de sua idade, e nunca mais o libertarem da sua invencível e fecunda servidão.²⁷

27. NOGUEIRA, Rubem. História de Ruy Barbosa. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

Quando quer que Ruy Barbosa, mais tarde, haja olhado para trás, terá visto, esbatida nos longes do passado, a imagem de solitárias estantes, com as quais travara os primeiros contatos com o mundo. Contatos que, pela disciplina da continuidade, marcaram-lhe a nascente personalidade.

Tudo tinha, por sinal, conspirado para convertê-lo, prematuramente, em um devorador de literaturas. Era a antiga capital do Brasil-Colônia uma cidade sem crianças. As ruas, consideradas pouco dignas de gente limpa, eram habitualmente povoadas de negros seminus, de malandros e traficantes. Assim, as crianças confinavam-se em casa, fora dos instantes fugazes e de inocentes brincadeiras, cabendo-lhes desde muito cedo a iniciação nos estudos, decorando verbos, regras de sintaxe, as primeiras operações e, em casos de precocidade, o mergulho na gramática latina, em retórica, línguas e filosofia.²⁸

Ruy deixou de ser menino entre os cinco e seis anos de idade. Não que seu pai fosse severo, pelo contrário, era muito “caído” pelo filho, fazia-lhe versos e, afastando-se radicalmente da pedagogia familiar da época, nunca lhe dava pancada. Não vacilou, contudo, em animar a precocidade daquele filho, cuja inteligência desde logo se anunciava extremamente vivaz. Confiou-lhe conjugar verbos, fazer análise sintática. E o filho deu para achar bom tudo aquilo. Não quis mais saber de outra coisa além de ler, ler e ler.²⁹

28. *Ibidem.*

29. *Ibidem.*

Aos dez anos, estava matriculado no mais famoso estabelecimento da província, o “Ginásio Bahiano”, fundado pelo Barão de Macaúbas. Ali fez progressos enormes no conhecimento das matemáticas e das línguas, se tornando-se um aluno exemplar. Acabadas as aulas, afundava nos livros, sua paixão maior. Já no ginásio, foi à estante política, e ficou conhecendo os rudimentos daquilo que arrebatava seu pai: o constitucionalismo norte-americano e o liberalismo democrático da Inglaterra. Acabou por ler até livros de assuntos médicos da biblioteca paterna, em busca de cada vez mais conhecimentos.³⁰

“Médico era meu pai, ainda que também político e homem de letras; e as minhas leituras de criança e moço, já então afervoradas pela sede insaciável desta curiosidade, a que ainda estou por descobrir sedativo, não distinguiam, na variada e abundante biblioteca de casa, entre os volumes de literatura, os livros de política e os tratados de medicina, em todos os quais, ora uns, ora outros, consoante me afetava o apetite, bebia eu a pasto, sem ordem nem regra, o que o ensejo me deparava, e o entendimento, ainda verde, ingeria, de ordinário, sem digerir”³¹

30. *Ibidem*.

31. Trecho do discurso proferido por Rui Barbosa, em 1917, em homenagem a Oswaldo Cruz.

Concluído o curso ginásial, Ruy Barbosa foi estudar na Faculdade de Direito do Recife. Mas o ambiente pernambucano não o animou. Limitava-se a cumprir os deveres de estudante. Enchia os cadernos de apontamentos sobre direito natural, público, eclesiástico e a diplomacia. Mesmo mantendo uma rotina rígida de estudos, acabou tendo um conflito com um professor substituto, que o criticou, “apesar do seu grande talento e extraordinária aplicação”. O pai, preocupado com as relações do filho com o mestre, resolveu transferi-lo para a Academia de São Paulo.

A capital paulista, então uma melancólica cidade de vinte e poucos mil habitantes, tinha nos estudantes que frequentavam as aulas do convento de São Francisco, onde funcionavam os cursos jurídicos, a agitação e a alegria mais marcantes. Ruy gostou, identificou-se com o novo teor de vida acadêmica. Numa página de reminiscências paulista dessa época, lida na própria Faculdade de Direito de São Paulo, tempos depois, em 1909, disse Ruy: “O estudo aqui nunca foi *livresco, egoístico, indiferente à vida social. Nunca o direito se regulou aqui em textos estéreis e mortos. O seu tirocínio escolar, nesta cidade, sempre se animou ardentemente do espírito de luta, de civismo, de reação liberal.*”³²

Pessoalmente Ruy Barbosa chegou a participar de intensas manifestações do espírito de luta da classe acadêmica, conciliando-as, quando pôde, com a sua inexaurível dedicação ao estudo sistemático

32. NOGUEIRA, Rubem. *Op. Cit.*



Santos Werneck, Ruy Barbosa, Félix José da Costa e Sousa, Emigdio dos Santos Lobo e Adriano Fortes de Bustamante - Bacharelandos da Faculdade de Direito de São Paulo em 1870.

e cotidiano. Figurou entre os agitadores de comícios e conferências populares com o ideal de liberação da raça negra a animar-lhe o ímpeto de luta.

Ao colar grau em outubro de 1870, retorna a Salvador, onde se fez jornalista do Diário da Bahia. De convicções ardentemente liberais, clamava pela eleição direta, fazia críticas contundentes à Igreja, à infalibilidade do Papa, à Companhia de Jesus e à interferência do poder público na jurisdição eclesiástica e na economia das sociedades religiosas. Todas essas ideias agitavam reuniões populares e atraíam a curiosidade dos círculos sociais para aquele “sorumbático mancebo de grande cabeça, corpo de menino e pensamento avançado”.

Na advocacia, cedo também se revelou um profissional talhado para grandes pugnas jurídicas. Mas sua eloquência não lhe trouxe sucesso em terras baianas, precisou imigrar para o Rio de Janeiro, onde, além de ganhar reconhecimento na profissão, no final do ano de 1876, viveu seus primeiros tempos de casado, ao lado de Maria Augusta Viana Bandeira. Um ano depois, retornou a Salvador, onde se elegeu deputado pelo Partido Liberal. No entanto, duraria pouco a sua passagem pela Assembleia Provincial, vez que ainda no mesmo ano seria eleito deputado geral, iniciando assim um novo ciclo de vida, agora definitivamente na capital do Império.

Aos vinte e nove anos de idade, Ruy Barbosa estreou no Parlamento do Império, no dia 9 de janeiro de 1879. E começou

Diario de Noticias



Conselheiro Ruy Barboza,
redactor chefe do DIARIO DE NOTICIAS.

Ruy Barbosa jornalista



Maria Augusta e Rui Barbosa em 1916.

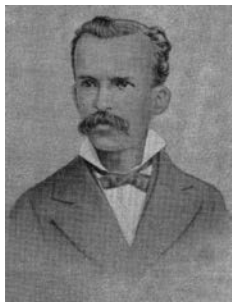
advertindo os seus pares sobre a necessidade de promover a verificação dos poderes, a fim de que todas as Províncias tivessem representação plenamente reconhecida. Por seus discursos sempre muito coerentes com o pensamento liberal, logo foi identificado por seu colega Barros Pimentel, como “o maior orador do país”.

Nenhum dos nobres deputados nutre em si a paixão liberal, que em mim é, até hereditária, com mais veemência do que eu; nenhum, proporcionalmente, lhe tem consagrado uma parte mais larga da sua vida, um emprego mais contínuo de sua atividade intelectual.

Nenhum, comparativamente, lhe tem sacrificado mais interesse e afeição, nenhum sofreu por ela mais gratuitas injustiças, ódios mais implacáveis.³³

Entre os anos de 1879 e 1889, Ruy Barbosa se movimentou no parlamento, no foro, na tribuna popular e na imprensa com um dinamismo que contrastava visivelmente com o seu aspecto exterior de homem frágil, com a sua aparência franzina, que dava a impressão de incapacidade para grandes esforços. Nenhum contemporâneo seu, porém, produziu mais, nem melhor, durante esse período que foi dos

33. *Ibidem*.



Ruy Barbosa
quando Deputado
no Parlamento da
Monarquia.

mais brilhantes da civilização brasileira e que mais vivamente marcou a decadência das instituições monárquicas.

Nos últimos tempos da Monarquia, após a luta que empreendeu contra o cativo, quando chegou a instituir um esboço de *justiça do trabalho*, em contraposição à “Lei Áurea” que, pura e sumariamente, suprimiu a escravidão no Brasil, sem tomar qualquer precaução em benefício dos negros subitamente entregues à própria sorte, despojados inteiramente de qualquer defesa, Ruy Barbosa iniciou uma nova luta, desfraldando a bandeira do sistema federativo.

Foi essa a sua grande batalha. Tinha sido sempre monarquista, mas condenava muitas maneiras de ser do Trono, notadamente a centralização exagerada que atrofiava a vida das províncias; interferência pessoal do monarca na composição dos gabinetes, a qual feria fundamentalmente o regime parlamentarista constitucional e o controle da autoridade espiritual do país pelo poder civil. Prezava a monarquia, mas não fazia o jogo do Trono. Admitia a grandeza de Pedro II, porém, não aceitava o controle absoluto que o monarca exercia sobre o governo.

Quando veio a República, durante o governo de Deodoro da Fonseca, foi convidado para exercer as funções de Ministro da Fazenda, tempo em que, sem embargo de ter encontrado o país em grave situação inflacionária gerada no império, fez uma administração corajosa. Instituiu a cobrança em moeda-ouro dos impostos de importação; criou bancos emissores, e depois adotou a unidade bancária. Aconselhou a

legislatura a adotar o imposto de renda. “Enquanto nós não deliberarmos a recorrer a essa forma de imposto, rendas haverá, das mais justamente imponíveis, das mais capazes de suportar o gravame dos encargos do Estado, que escaparão inteiramente aos deveres de cooperação para a subsistência dele”, diria no *Relatório do Ministro da Fazenda*. A realidade posterior confirmaria o vaticínio, quando o imposto de renda se fez um dos maiores sustentáculos da receita federal.

Mas a experiência governamental durou pouco. Diante dos constantes conflito entre o Congresso e o Executivo e seus ministros, todo o ministério demitiu-se, em 20 de janeiro de 1891, por não compactuar com a outorga de garantia de juros dada por Deodoro a uma empresa concessionária das obras do Porto das Torres, no Rio Grande do Sul.

No período em que esteve no governo, sua obra-prima segundo inúmeros historiadores, foi o anteprojeto de Constituição apresentado pelo Governo Provisório ao Congresso Constituinte. Diante da tendência presidencialista para ultrapassar os limites de sua jurisdição, com sacrifício da clássica teoria dos poderes harmônicos e independentes entre si, era preciso, segundo Ruy Barbosa, corrigir desvios substanciais dos Poderes do Estado e fixar-lhes as normas de comportamento, que a Constituição assinalava, a fim de resguardar os direitos individuais legítimos e os também legítimos interesses da comunidade nacional. Cumpria, portanto, “educar os governantes, incutir-lhes a mentalidade do respeito incessante aos limites constitucionais de sua ação.”

O século XX já encontrou Ruy Barbosa um personagem de fama nacional, possivelmente o homem mais notório do Brasil, e algum tanto conhecido também no exterior, pela cultura, pela combatividade constante em favor de ideias superiores e pela participação pessoal em decisivos acontecimentos políticos.³⁴

Tanto no campo da evolução das ideias políticas, quanto da jurisprudência e das letras, a influência do seu pensamento se fez notória. “Nunca em torno de um homem só, haviam gravitado tantas circunstâncias relacionadas com a sorte dos governos e o desenvolvimento dos interesses públicos.”

A influência de Ruy Barbosa decorria unicamente da natureza de suas ideias, às quais comunicava rara intrepidez de ação e servia com um volume de conhecimento muito acima dos níveis tradicionais da cultura brasileira. Em um tempo ainda paupérrimo de comunicações, ele cedo alcançou reputação nacional. Era o mais famoso dos homens públicos do país.

Em março de 1921, dirigindo-se aos bacharelados paulistas, que o haviam escolhido para paraninfo, fala em tom de despedida.

Era presunção, era temeridade, era inconsciência insistir na insana pretensão de minha fraqueza. Só um predestinado poderia arrostar

34. *Ibidem.*

empresa tamanha. Desde 1892 me empenhava eu em lutas com esses mares e ventos. Não os venci. Venceram-me eles a mim. Era natural. Deus nos dá sempre mais do que merecemos. Já me não era pouco a graça, pela qual erguia as mãos ao céu, de abrir os olhos à realidade evidente da minha impotência, e poder recolher as velas, navegante desenganado, antes que o naufrágio me arrancasse das mãos a bandeira sagrada.

Tenho o consolo de haver dado ao meu país tudo o que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável, com que, desde os bancos acadêmicos, o servi.

Por isso me saí da longa odisseia sem créditos de Ulisses. Mas, se o não soube imitar nas artes medrançosas de político fértil em meios e manhas, em compensação tudo envidei por inculcar ao povo os costumes da liberdade e à república as leis do bom governo, que prosperam os Estados, moralizam as sociedades, e honram as nações.

No 1º de março de 1923, a ele desceram a lousa posta sobre o túmulo. Apagou-se o sol, anunciaria a manchete do Jornal do Rio, no dia seguinte.





**CUMPRE NÃO
CONCENTRARMOS NO ESTADO
TODAS AS COUSAS, PARA NÃO
FAZER DELE O CENTRO DE
CONVERGÊNCIAS A TODAS
AS AMBIÇÕES, A TODAS
AS AUDÁCIAS, A TODOS OS
RESSENTIMENTOS. SE O POVO
ESPERAR DO ESTADO MAIS
DO QUE AQUILO, AI DESSE
POVO! AI DE SUA SOBERANIA!
AI DE SUA LIBERDADE! AI
DE SUA MORALIDADE! AI DE
SUA CIVILIZAÇÃO! AI DO SEU
DINHEIRO! AI DE SEUS FILHOS!**

— Rui Barbosa

CAPÍTULO TERCEIRO

O nascimento

Os anos 1970 se iniciam sob uma onda de ufanismo estrategicamente propagada por um governo que se queria visto como moderno, coeso e com larga visão de futuro.

Sob o slogan oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”, no ritmo de “Eu te amo meu Brasil”, de Dom e Ravel, e embalado pela conquista do tricampeonato mundial de futebol, o país seguia calado sob um regime militar que expunha uma taxa de crescimento econômico de dois dígitos, sob a batuta de obras vultosas como a ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica, e Itaipu binacional, que viria a ser a maior hidrelétrica do mundo. Era o “milagre econômico” acontecendo.

Boa parte dos 100 milhões de brasileiros de então, começavam a ser educados por um sistema que prometia erradicar o analfabetismo no país em dez anos. “O povo ajuda o país a crescer” dizia a cartilha do Mobral. Em contraponto, uma chama de liberdade latejava sob o tom de “apesar de você amanhã há de ser outro dia.”

Foi nesse contexto que os Tribunais de Contas ganharam novas responsabilidades, trazidas pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que amplia suas atribuições, ao autorizar a inclusão da fiscalização financeira e orçamentária dos recursos estaduais e municipais no bojo das Constituições Estaduais respectivas. Além do Provimento no 1, de 1970, que regulamentava os procedimentos para as prestações de contas dos municípios.

A evolução experimentada pelos Tribunais de Contas, desde sua criação, no já distante ano de 1891, aliada à necessidade de implantação de novas normas de procedimentos suscitadas pela Emenda de 1969, com fins de alcançar cada vez mais eficiência na execução das ações de fiscalização, exigia a adoção de uma cultura de aprendizado contínuo no corpo institucional dos Tribunais de Contas do Brasil.³⁵

Desde a década de 1950, os Tribunais de Contas já realizavam Congressos periódicos como forma de reunir o corpo de conselheiros e de técnicos para debater as grandes questões relacionadas à sua atuação, bem como e compartilhar experiências exitosas nos diferentes estados onde estavam instalados. O primeiro deles acontecera entre os dias 20 e 27 de abril de 1958, em São Paulo. E, em 1972, no mesmo estado, aconteceria o “Congresso da Independência”.

35. GARRETT, Cleverson (organizador). IRB Rumo aos 50 Anos: A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas. Curitiba: Saluki Editora, 2022.

Naquele momento, o então Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Nelson Marcondes do Amaral, propôs a criação de uma entidade que pudesse centralizar a elaboração de estudos, pesquisas e normas sobre controle financeiro, utilizando modernas técnicas executivas capazes de contribuir para o aprimoramento do trabalho desenvolvido pelos Tribunais, dando-lhes mais eficiência na execução das tarefas fiscalizadoras. A nova instituição teria, portanto, dupla atividade-fim: a coleta de dados e de informações que pudessem subsidiar a elaboração de relatórios mais assertivos e a qualificação da atuação do corpo de conselheiros e técnicos dos Tribunais.³⁶



Nelson Marcondes
do Amaral

A nova entidade foi assim definida por Nelson Marcondes do Amaral: *“Uma fundação incrustada nos Tribunais de Contas, por isso mesmo sob seu controle, direcionada para pesquisa, estudo, investigação sobre métodos e controle na fiscalização orçamentária e financeira na órbita de competência dos Tribunais de Contas”*.

Sua subsistência se faria por meio de subvenções de natureza pública ou privada, e de recursos advindos de serviços técnicos prestados, como a realização de concursos, treinamento de pessoal, pesquisas etc. A direção seria definida estatutariamente por seus instituidores, os Tribunais de Contas.

36. IRB. Breve história do Instituto Rui Barbosa. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br/historico/>>. Visitado em 18/10/2023.



Victor Amaral Freire

Theófilo Ribeiro
de Andrade

Aceita a ideia, foi imediatamente criada uma Comissão Especial presidida pelo Ministro Victor Amaral Freire, do Tribunal de Contas da União, tendo como membros os Conselheiros Theófilo Ribeiro de Andrade (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), que atuou como relator, Jarbas Maranhão (Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco), Nelson Marcondes do Amaral (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), e Renato Bião de Cerqueira (Tribunal de Contas do Estado da Bahia), para examinar a matéria proposta e oferecer suas conclusões, que seriam apresentadas e apreciadas em plenário durante o próximo Congresso Ordinário, o qual deveria acontecer no estado do Pará, no ano de 1973.

Entre os dias 10 e 12 de outubro de 1973, aconteceria o VII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, tendo como sede o Teatro da Paz, em Belém do Pará. No último dia do congresso, a Comissão Especial apresentou o relatório que concluía pela necessidade de instalação da nova entidade. Àquele anexou um conjunto de estudos e documentos complementares que seriam essenciais para a sua constituição definitiva, deixando claro que ela atuaria no apoio técnico aos Tribunais de Contas. Na mesma ocasião, foi proposto e que a nova entidade deveria se chamar *Instituto Ruy Barbosa* (IRB).

O evento contou com a participação de trezentos e vinte personalidades que lotaram o secular Theatro da Paz, inaugurado quase um século antes, nos tempos áureos do Ciclo da Borracha. Todas as cortes de contas do país estavam presentes, exceto a do estado do Ceará.

Fizeram-se presentes o Ministro de Estado da Justiça, Dr. Alfredo Buzaid, que no ato também representou o Presidente da República, Gen. Emílio Garrastazu Médici; o Chefe de Gabinete do Ministério da Educação, Dr. Wanderley Normando, representando o Ministro da Educação, Cel. Jarbas Passarinho; o Governador do Estado do Pará, Dr. Fernando José de Leão Guilhon; o Vice Governador do Estado, Cel. Newton Barreira; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Gerson dos Santos Peres; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Agnato Monteiro Lopes; o Comandante da 8ª Região Militar, Gen. José Ferraz da Rocha; o Comandante do IV. Distrito Naval, Almirante Roberto Andersen Cavalcante; o representante do Comandante da 1ª Zona Aérea, Cel. Pedro Tupinambá; o Prefeito Municipal de Belém, Cel. Nélcio Dacier Lobato e o ex-Governador do Estado do Pará, Cel. Alacid da Silva Nunes.³⁷

Presidiu o conclave o Conselheiro Elias Naif Daibes Hamouche, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Foi Coordenador Geral das Comissões, o Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa. Ao Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho coube a Presidência de Honra do Congresso. O trabalho de apoio logístico para o cumprimento da programação, a cargo do Tribunal anfitrião, foi efetuado pelos seus funcionários sob a coordenação da Conselheira Eva Andersen Pinheiro,



Jarbas Maranhão



Victor Amaral Freire

37. BARBOSA, José Maria de Azevedo. O VII Congresso de Tribunais de Contas do Brasil. Notícia Histórica do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Belém: TCE, 1973.



Medalha do VII Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido em 1973, em Belém - Pará.
Concedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará. Em metal dourado, com 5 cm de diâmetro frente

secundada pelos Conselheiros Mário Nepomuceno de Souza, Emílio Martins, Clóvis Silva de Moraes Rêgo e Sebastião Santos de Santana.³⁸

O VII Congresso em peso aplaudiu a iniciativa de criação do *Instituto Ruy Barbosa*, que foi corporificada em Belém, durante a sua realização. O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) se fez nela representar na pessoa da Conselheira Eva Andersen Pinheiro, como sócia fundadora da entidade recém-criada, ao lado dos também sócios-fundadores, Conselheiros Ariosto Jaeger, Ivan Gualberto do Couto, Jarbas Maranhão, Joaquim Fernando Paes Barros, José de Lima Fontes Romero, Nelson Siqueira, Renato Bião de Cerqueira Souza, e Victor Amaral Freire.

Assim, no dia 12 de outubro de 1973, por ocasião do encerramento do Congresso com sessão solene, às 20h, no Teatro da Paz, consolidava-se, com o registro da “Escritura Pública de Constituição”, a criação do então Instituto Ruy Barbosa, entidade de apoio técnico aos Tribunais de Contas brasileiros, o qual mais tarde ficaria conhecido com a “Casa do Conhecimento” dos Tribunais de Contas. Sua direção seria definida estatutariamente pelos Tribunais de Contas, seus instituidores.³⁹

A escritura foi redigida pelo Secretário-Diretor, Sérgio Ciqueira Rossi, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP). Assinaram

38. *Ibidem*.

39. *Ibidem*.



A Mesa Diretora de Sessão de encerramento do VII Congresso de Tribunais de Contas do Brasil. Ao centro, o Conselheiro Elias Naif Daibes Hamouche, Presidente do T.C.E. e do VII Congresso ladeado pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Guilhon, e o Ministro de Estado da Educação, Cel. Jarbas Passarinho. Presentes, também, os Presidentes da Assembleia Legislativa e do T.J.E., Deputado Gerson Peres e Desembargador Agnano Monteiro Lopes, respectivamente, o Prefeito Municipal de Belém, Gel. Nélio Lobato, ex-Governador do Estado, Cel. Alacid da Silva Nunes e os representantes dos Comandos Militares.

a escritura os conselheiros Joaquim Fernando Paes de Barros Netto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; a Conselheira Eva Andersen Pinheiro, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; o Conselheiro Ariosto Jaeger, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; o Ministro Victor Amaral Freire, do Tribunal de Contas da União; o Conselheiro Ivan Gualberto do Couto, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; o Conselheiro Renato Bião de Cerqueira Souza, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Bahia, e o Conselheiro José Fontes Romero, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, todos na qualidade de sócios fundadores do “Instituto Ruy Barboza” e de membros do seu Conselho de Administração.

No dia 5 de novembro, daquele mesmo ano, o Conselheiro Joaquim Fernando Paes de Barros Netto, como primeiro Presidente do IRB, assinou a ata da primeira reunião do Conselho de Administração do “Instituto Ruy Barbosa”, em São Paulo. A direção dos trabalhos coube ao Ministro Victor Amaral Freire, que agradeceu a sua escolha e afirmou que aquela reunião poderia ser considerada da como histórica, pois, dava-se início ao funcionamento de um órgão que, no seu entender, era da maior importância para a vida dos Tribunais de Contas do Brasil.

A preocupação de modernizar a legislação, estrutura e técnicas relativas ao exercício do controle das finanças públicas, pelos Tribunais de Contas Brasileiros, uma das metas prioritárias do Instituto, e possivelmente a principal, por si só justifica a sua fundação.



Ariosto Jaeger



Eva Andersen Pinheiro



Ivan Gualberto do Couto



Jarbas Maranhão



Joaquim Fernando Paes Barros



José de Lima Fontes Romero



Nelson Siqueira



Renato Bião de Cerqueira Souza

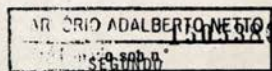


Victor Amaral Freire

CARTÓRIO DINIZ
2.º OFÍCIO

DR. JACYNTHO V. MOREIRA DE CASTRO
TABELIÃO VITALÍCIO

Sucessor de JOANNA DE VASCONCELLOS DINIZ
Rua 13 de Maio, 104 — Fone: 22-0518
Belém-Pará-Brasil



Traslado

L.º ..357.....

Fls. ..37vº.....

Escritura Pública de constituição da ASSOCIAÇÃO CIVIL criada tendo em vista a recomendação do VII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, sob a denominação de Instituto "RUY BARBOSA", como abaixo melhor se vai declarar:----



SAIBAM quantos virem esta Escritura Pública que, aos doze (12) dias do mes de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), da Era Cristã, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em o meu cartório, à rua Treze de Maio, número cento e quatro (104), compareceram, partes justas e avindas, como outorgantes e reciprocamente outorgados, JOAQUIM FERNANDO PAES DE BARROS NETTO, casado, residente e domiciliado em São Paulo, Estado do mesmo nome; JARBAS CARDOSO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, casado, domiciliado e residente na cidade de Recife, Estado de Pernambuco; EVA ANDERSEN PINHEIRO, casada, domiciliada e residente nesta cidade; ARIOSTO JAEGER, casado, domiciliado e residente na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; NELSON SIQUEIRA, casado, domiciliado e residente na cidade de Goiania, Estado de Goiaz; VICTOR AMARAL FREIRE, viuvo, domiciliado e residente na cidade / de Brasília, Capital Federal; IVAN GUALBERTO DO COUTO, casado, domiciliado e residente na cidade de São Paulo, Estado do mesmo nome; RENATO BIAO DE CERQUEIRA SOUZA, casado, domiciliado e residente na cidade de Salvador, Esta-

CARTÓRIO DINIZ
2.º Ofício
Jury II - Tabelião Público do 1.º Ofício
de São Paulo - VITALICIO
do 1.º Ofício - 15/10/73
DECLARANTE AUTORIZADO

Estado da Bahia; e JOSÉ FONTES ROMERO, casado, domicilia do e residente na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, todos brasileiros, funcionários públicos, presentemente nesta capital; os presentes, meus conhecidos e / das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que dou fê. E, em presença dessas testemunhas, disseram / os outorgantes e reciprocamente outorgados acima nomeados:--- QUE, tendo eles resolvido constituir uma Associação Civil idealizada pelos componentes dos Tribunais de Contas do Brasil, sob a denominação de Instituto "RUY // BARBOSA", pela presente escritura e de acordo com os artigos 1.306 e seguintes do Código Civil Brasileiro, a // constituem, Associação essa que se regerá pelos seguintes Estatutos que eles outorgantes e reciprocamente outorgados elaboraram os quais aceitam e ora aprovam de inteira conformidade como neles se acha declarado, por serem inteiramente conforme as suas vontades, Estatutos / esses que constam dos seguintes artigos:- CAPITULO I - DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, DURAÇÃO E SEDE - ARTIGO // PRIMEIRO - A Associação civil, de caráter técnico, cultural e educacional, e sem intuítos econômicos, denominada "INSTITUTO RUY BARBOSA", criada sob os auspícios dos Tribunais de Contas do Brasil, funcionará por tempo indeterminado e terá fôro e sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo:- CAPITULO II - DOS FINS - ARTIGO SEGUNDO - A Associação Civil INSTITUTO "RUY BARBOSA" tem as seguintes finalidades:- a) estudar, pesquisar e investigar a / organização, métodos e procedimento de controle e fiscalização financeira e orçamentária de interesse dos Tribunais de Contas do Brasil; b) promover e incentivar seminários, conferências, encontros e debates, de que participem, Ministros, Conselheiros, Juizes, Procuradores, Auditores e servidores dos Tribunais de Contas; c) assegurar, dentro dos recursos disponíveis integrada na Associação e sob sua administração, o funcionamento de uma / escola de seleção, preparação aperfeiçoamento, treinamento e retreinamento permanente de servidores dos Tribunais de Contas do Brasil; d) atender, na medida de seus recursos, solicitações de serviços e estudos dos Tribunais de Contas do Brasil para aprimoramento de diretrizes que // permitem obter melhor produtividade nos encargos de suas Secretarias, com a adoção de procedimentos modernos no / exercício de suas funções administrativas e fiscalizadoras; e) publicar e divulgar, entre sócios, obras nacio -

Vivemos num mundo que se transforma todos os dias com velocidade cada vez mais acelerada. Como nos lembra o ilustre Professor João Afonso Rezende, da Universidade Católica da Guanabara, “dia a dia são as artes, ciência, filosofia e religiões que se renovam com vigor”, e os sistemas políticos, morais, econômicos e sociais recebem, a breves intervalos, o estímulo e amplas e profundas reformas. E assim tem sido desde que o mundo é mundo. A diferença é que hoje, as renovações se fazem não passo a passo, mais ou menos lento, mas aos saltos, com velocidade supersônica. Se assim é o panorama do mundo em que se vive, também ele se reflete nos conceitos, na filosofia e no modo de exercer o controle financeiro, que também está submetido a esses impactos renovadores.

Portanto, na área em que atuam os Tribunais de Contas, há que se lutar contra preconceitos e práticas arraigadas, no correr de dezenas de anos. Duas serão as primeiras missões que o Instituto Ruy Barboza terá pela frente: Primeiro, detectar essas transformações para fazê-las chegar ao conhecimento dos órgãos que exercem, no Brasil, o controle das finanças Públicas, quer elas se encontrem fora quer dentro dos muros da Administração; e, segundo, investigar quais as novas técnicas de exercício desse controle, estimular a utilização das mesmas pelos nossos Tribunais de Contas e colaborar para o melhor preparo técnico do seu pessoal.⁴⁰

40. Ata da primeira reunião do Conselho de Administração do Instituto Ruy Barbosa, em 5/11/1973.



Sérgio Ciqueira Rossi

Ainda naquela reunião seriam aprovadas as Normas Regimentais Provisórias que disciplinariam o funcionamento das atividades iniciais do Instituto, até que fosse elaborado o Regimento Interno. Ato subsequente, deu-se a eleição do Conselho do Instituto, que seria composto por um Presidente, dois Vice-Presidentes, um 1º Secretário e um 2º Secretário. Por aclamação foram eleitos: Presidente, Conselheiro Joaquim Fernando Paes de Barros Netto; 1º Vice-Presidente, o Conselheiro José Fontes Romero; 2º Vice-Presidente, o Conselheiro Ariosto Jaeger; 1º Secretário, o Conselheiro Ivan Gualberto do Couto e 2º Secretário, o Conselheiro Nelson Siqueira.

Ainda naquele ato foram definidos cinco projetos *prioritários* para a nova instituição.

PROJETO Nº 1

Proceder estudos das atuais legislações estaduais e municipais relativas aos Tribunais de Contas do Brasil para, rigorosamente fiel às atuais diretrizes constitucionais e respeitadas as peculiaridades locais, traçar normas gerais que permitam alcançar-se: a) uma maior uniformidade entre as Leis Orgânicas dos Tribunais; b) uma ampla flexibilidade de ação, da parte de cada Tribunal, na montagem e respectivo funcionamento do aparelhamento fiscalizador de suas Secretarias;

PROJETO Nº 2

Preparar um documento com o objetivo de, ajustado à orientação do Projeto no 1, oferecer aos Tribunais de Contas do Brasil um tipo ideal de organização da estrutura básica e apontar normas de funcionamento que assegurem agilização nos trabalhos de responsabilidade de seus Órgãos técnicos e administrativos;

PROJETO Nº 3

Preparar, paralelamente à elaboração dos Projetos 1 e 2, a confecção de Manuais de Trabalho, os quais, levando em consideração a nova disciplina na execução das tarefas a cargo dos Tribunais e uma nova tecnologia de ação controladora, permitam obter-se maior eficiência e produtividade, com vistas a objetivos sempre mais nobres e do mais crescente interesse da coletividade;

PROJETO Nº 4

Iniciar uma aprofundada pesquisa sobre os recursos humanos existentes nos Tribunais, seu grau de escolaridade e sua capacidade técnica, com o objetivo de: a) Definir uma política de pessoal para os mesmos Tribunais; b) traçar as linhas mestras de um programa de treinamento e retreinamento de seu pessoal, a ser executado paulatinamente, de forma a habilitá-lo ao exercício da técnica de auditoria financeira e orçamentária, melhorando a eficiência e a produtividade de cada Tribunal, tanto nos seus trabalhos internos como nas suas atividades externas; c) facilitar aos Tribunais o exercício do controle, o seu cargo, com a mesma eficiência com que atuam os empresas privados do setor;

PROJETO Nº 5

Preparar estudo circunstanciado para, atendendo se necessário às condições peculiares de cada Estado, elaborar as normas de implantação das Auditorias Financeiras já em funcionamento no Estado de Goiás, sob responsabilidade do Tribunal de Contas daquela unidade da Federação, como um dos instrumentos válidos de ação fiscalizadora do setor público.

PROJETO Nº 6

Publicação, em um só volume, dos textos das legislações constitucionais relativas aos Tribunais de Contas, de suas Leis Orgânicas e dos respectivos Regimentos Internos, para facilidade de consulta de todos os interessados.

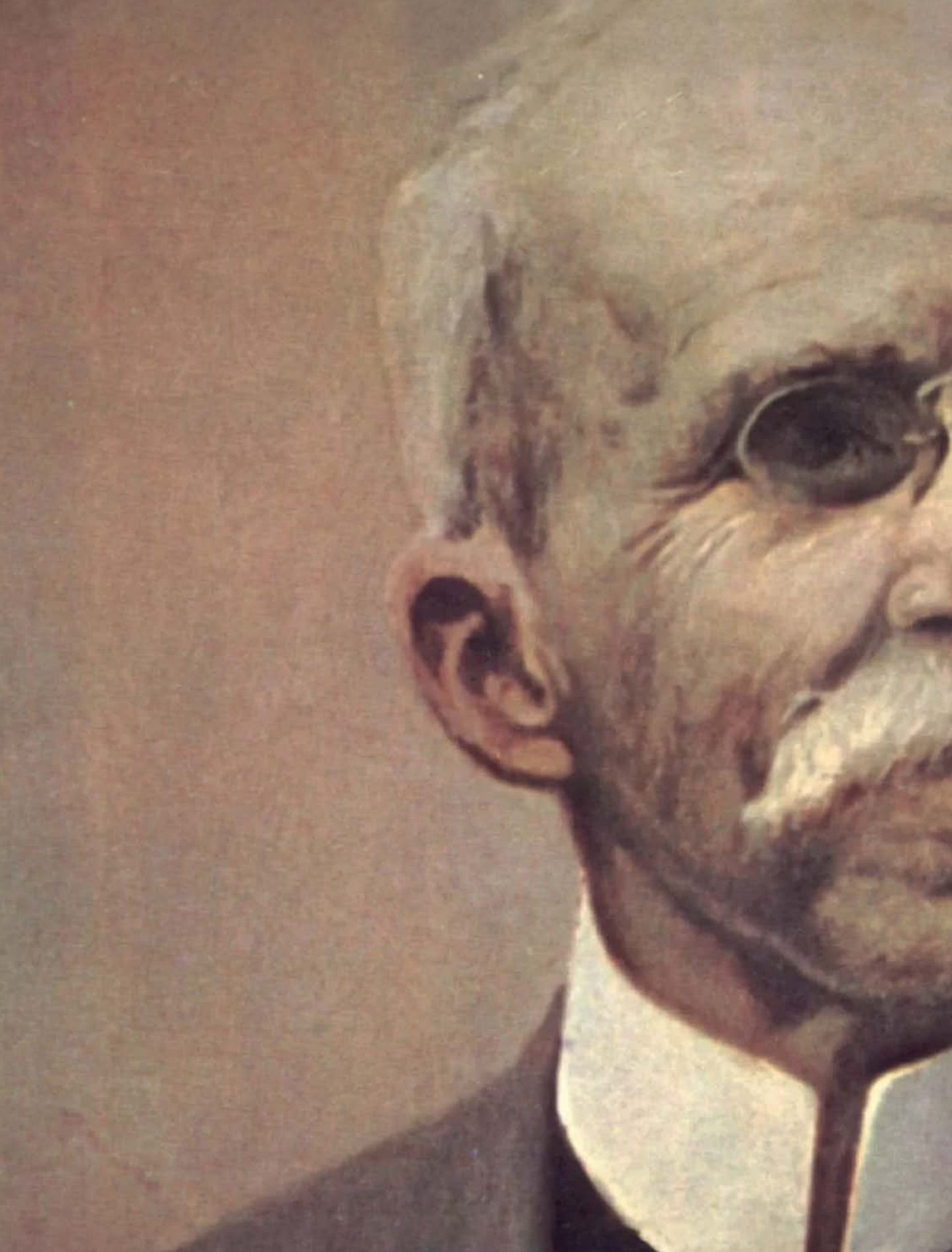
PROJETO Nº 7

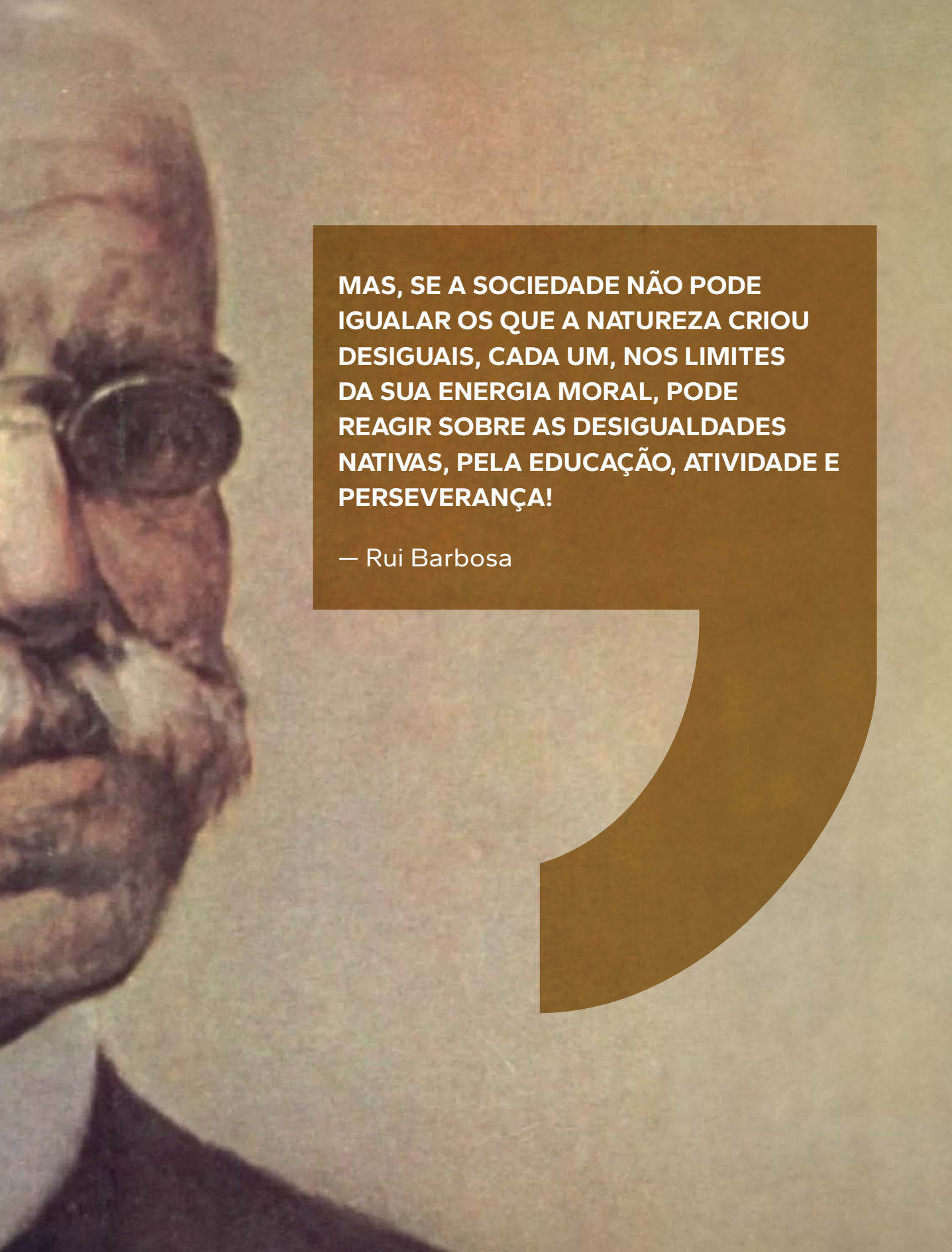
O Instituto promoverá estudos para formulação de projeto de lei, ou sugestão, a se enviar ao Governo Federal, no sentido de permitir que os pequenos municípios brasileiros, carentes de pessoal técnico, possam dar execução às novas técnicas de administração financeira, orçamentária e contábil previstas na Lei no 4320, de 1964.

Estava lançada a mais revolucionária iniciativa tomada pelos Tribunais de Contas do Brasil. Em pouco tempo, o Instituto Rui Barbosa (cujo nome passaria a ser grafado sem o y) se tornaria o grande fomentador de estudos, pesquisas, capacitações e publicações do conjunto de organizações que compõem o que mais tarde seria chamado de Sistema de Controle Externo.

As histórias que se seguem, retratam as vivências daqueles que assentaram os pilares sobre os quais se apoia essa instituição que, não por acaso, fez-se a Casa do Conhecimento.

Que suas leituras inspirem a geração de mais e mais saberes.





**MAS, SE A SOCIEDADE NÃO PODE
IGUALAR OS QUE A NATUREZA CRIOU
DESIGUAIS, CADA UM, NOS LIMITES
DA SUA ENERGIA MORAL, PODE
REAGIR SOBRE AS DESIGUALDADES
NATIVAS, PELA EDUCAÇÃO, ATIVIDADE E
PERSEVERANÇA!**

— Rui Barbosa

CAPÍTULO QUARTO

As histórias

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

Eu cheguei ao Tribunal de Contas de São Paulo ainda muito jovem, no dia 27 de setembro de 1970. Em 1973, fui nomeado Auditor de Controle Externo. Eu tinha uma proximidade bastante razoável com os conselheiros, especialmente com o Dr. Nelson Marcondes do Amaral, que era extremamente bem-preparado. Uma vez ele me falou que estava notando um certo ‘divorciamento’ dos Tribunais, que se resumiam à realização de um congresso anual muito mais com o caráter diplomático, do que propriamente para cuidar de interesses institucionais. “Nós precisamos fundar uma entidade de apoio, que incremente a formação e o aperfeiçoamento técnico, e traga uma igualdade de tratamento entre os Tribunal de Contas”, disse-me ele.

Em 1973, durante o congresso realizado em Belém do Pará, sob a presidência da Dra. Eva Andersen, que foi a segunda mulher conselheira e era uma entusiasta da ideia do Nelson Marcondes, nós partimos para a constituição do *Instituto Ruy Barbosa* (IRB).



Sérgio Ciquera Rossi

Eu me recordo bem de que as coisas foram ganhando importância no período em que o Tribunal foi presidido pelo Dr. Nicolau Tuma, que incrementou as ações do IRB. Nós começamos com a realização de encontros permanentes com os técnicos de outros Tribunais, eram jornadas de grande participação, sempre discutindo a normatividade de ações.

Estive, durante muito tempo, com o Dr. Roque Citadini. Foi exatamente na gestão dele que nós levamos a cabo a assinatura do acordo com o PROMOEX⁴¹, naquela ocasião tínhamos uma excelen-

41. Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros, que tem por objetivo geral fortalecer o sistema de controle externo como instrumento de cidadania, incluindo o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas, inclusive, ao controle do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Objetiva a modernização do conjunto de Tribunais de Contas que atuam nos estados, Distrito Federal e Municípios, principalmente por meio da capacitação de pessoal, introdução de novos procedimentos e sistemas organizacionais e investimentos em informática.

te relação com o planejamento, especialmente com o professor José Roberto. Teve também a presidência do Dr. Ivan Gualberto, depois acho que foi para o Rio de Janeiro, com o Sérgio Franklin Quintella, que era um especialista em estatística de municípios. João Féder, do Paraná, com esse eu trabalhei muito proximamente, organizando alguns congressos.

De certa forma, a chegada da ATRICON⁴² e do CNPTC⁴³, acabou por ofuscar um pouco o protagonismo do IRB, que era extremamente atuante. Nós chegamos a discutir a formação de um Código de Processo de Prestação de Contas, como se fosse um Código de Processo Civil, para que houvesse uma normatividade nacional, já que se percebia que havia uma disparidade imensa no tratamento de questões que eram as mesmas. E essa era uma tarefa que o IRB se impôs, de tentar trazer um tratamento igualitário com as matérias.

42. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), criada no dia 26 de agosto de 1992, atua com o intuito de garantir a representação, a defesa, o aperfeiçoamento e a integração dos Tribunais de Contas e de seus Membros (Ministros, Conselheiros, Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos), visando aprimorar o Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade.

43. Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), entidade de âmbito nacional, integrada por Presidentes dos Tribunais de Contas, e tem como característica principal a representação gráfica do território brasileiro, a fim de destacar aspectos como a brasilidade e a capilaridade dos Tribunais de Contas, presentes em todas as unidades da Federação, por meio de suas diferentes conformações.

Nas décadas de 1970 a 1990, o IRB nos proporcionou momentos grandiosos. Quando veio a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nós quase nos pegávamos, eu, o Carlos Maurício e algumas figuras notáveis dos Tribunais, que tinham os seus entendimentos sobre como é o artigo 42 da LRF; isso causava uma celeuma danada. Como era o cálculo da despesa de pessoal? Era nominal ou percentual? O cálculo da despesa de pessoal, percentual ou nominal? Tudo isso foi muito discutido em reuniões do IRB.

Mas, nesses 50 anos, o momento mais marcante do IRB foi a participação ativa nas discussões sobre a Constituição de 1988. O texto originário da Carta Magna não é esse que está escrito, eu mesmo corriji, aos 49 minutos do segundo tempo, uma expressão que era a “fiscalização de sociedades civis”. Falei: “Não é isso que nós precisamos, queremos fiscalizar as sociedades de economia mista.” Participamos ativamente, discutimos muito, em Brasília, toda terça-feira eu estava lá, tentando fazer lobby no parlamento. Basta comparar o texto das constituições anteriores com o da Constituição de 1988, para ver o fortalecimento que nós tivemos. E não há dúvida de que o IRB deu uma grande contribuição.

Ainda na Constituição, a definição clara de como se compõe o corpo de conselheiro de um Tribunal é fruto da atuação do IRB. Antes disso todos eram figuras escolhidas pelo rei, hoje a Constituição estabelece uma divisão que me parece extremamente democrática. Mas não é só isso, as competências foram alargadas, hoje a gente

tem competência para mandar um contrato para o Poder Legislativo com proposta de sustação, e isso é muito importante para o interesse público, que às vezes precisa avaliar se é o caso ou não de sustar um contrato, por exemplo, de um atendimento médico hospitalar.

E tudo isso decorrente de discussões feita no IRB. O Instituto Rui Barbosa é seguramente uma instituição que merece todo respeito dos Tribunais de Contas, que são seus patrocinadores.

Outra coisa que nós fizemos foi desconcentrar o Tribunal de Contas. Falo aqui de São Paulo, onde nós tínhamos um Tribunal com sede na capital, e precisávamos fazer a fiscalização em municípios distantes, a 800 km, pois fazemos a fiscalização física em todas as prefeituras e câmaras municipais. E isso era impraticável se não tivéssemos criado unidades regionais, que são subsedes do Tribunal espalhadas por todo o estado. Hoje temos 20 unidades, a maior distância que o agente percorre é de 100 quilômetros, o que naturalmente dá muito mais eficácia ao seu trabalho. E isso foi assunto discutido no IRB.

O trabalho dos Tribunais evolui muito ao longo dos anos. Hoje temos uma atuação mais pedagógica que punitiva. Há anos nos encontramos com agentes de todo estado e dizemos com clareza que a Constituição não nos confere e nem nos obriga a termos um papel pedagógico, mas nós entendemos que diante de algumas fraquezas das administrações, especialmente dos pequenos municípios, impunha-se que o Tribunal levasse a eles um pouco da experiência, dizer o que é

certo e errado, o que se faz ou não. E tudo isso decorreu das lições colhidas com o IRB.

Se pegarmos a finalidade do IRB, que está na escritura de 12 de outubro de 1973, vamos ver que ele veio com o propósito de preparar os técnicos, pois quando estou bem-preparado me sinto autorizado a dizer o que acho sobre determinado assunto.

Hoje eu posso dizer que me sinto um homem realizado. Quando aqui cheguei eu encontrei um Tribunal frágil de ações, de pouca respeitabilidade e hoje eu vejo um Tribunal que está envolvido com a Justiça Eleitoral, com a Lei de Improbidade, que pode aplicar sanções pecuniárias, ou seja, alguns instrumentos que deram à instituição uma força que ela nunca teve. E eu participei de tudo isso. Nada pode ser mais gratificante.

Se me fosse pedido para dar uma opinião sobre o futuro do IRB, eu diria simplesmente: que ele mantenha no incremento das políticas que inspirou a sua criação. O IRB não pode se desviar daquilo que é sua missão. Ele foi criado para o aperfeiçoamento dos métodos de fiscalização e a troca de informações, e isso não pode ser sepultado.

SEBASTIÃO HELVECIO RAMOS DE CASTRO

Eu sou o terceiro filho de uma família de seis irmãos, quatro homens e duas mulheres. Eu cresci nesse ambiente muito típico da família mineira em que o pai era o provedor e a mãe estava sempre orientando, especialmente os estudos, e acredito que essa orientação inicial foi muito importante.

Sempre fui um aluno muito estudioso e acabei passando no vestibular de Medicina em primeiro lugar, o que me deu um certo destaque na sociedade. Na faculdade eu tive a oportunidade de ser monitor de Bioquímica, aliás, esse é um traço que vai me acompanhar a vida inteira, sempre na busca da racionalidade, uma sede muito forte pelas bases epistemológicas, científicas de qualquer conhecimento.

Quando terminei o curso de Medicina, fiz a residência médica e, logo em seguida, um concurso para ser professor de Pediatria e ali achei

Sebastião Helvecio Ramos de Castro



Foto: Sergio Almeida

que estava com a minha vida resolvida. Um belo dia, durante um plantão na Santa Casa de Misericórdia, eu recebo a visita do Dr. Tancredo Neves, me chamando para entrar na política. Era o ano de 1982, e teríamos aquelas eleições vinculadas para Governador, e ele disse que precisava de pessoas como eu. Assim eu acabei ingressando na política.

Eu não entendia o processo político com muita clareza, foi aí que resolvi fazer o curso de Direito. Mas consegui ser eleito deputado, já na eleição de 1986, quando tive a oportunidade de ser um dos deputados que escreveram a Constituição do meu Estado, que foi a primeira que ficou pronta no Brasil, em 1989. Peguei o gosto pela política e ali fiquei por 6 mandatos consecutivos, até 2009, quando assumi uma vaga no Tribunal de Contas.

Eu acabara de concluir o meu doutorado em Políticas Públicas, e percebi que poderia levar uma mensagem nova, que era a preocupação de fazer avaliação de políticas públicas, algo ainda novo para os Tribunais. Assim, assumi primeiro como Conselheiro do Tribunal de Minas Gerais. E já em 2010, como relator das contas do Governador, eu trago para a pauta a questão de avaliar o impacto de políticas públicas, que fora tema do meu doutorado e a razão maior da minha atividade no controle externo.

Logo me interessei pelas atividades das entidades de representação do controle externo, quando fui convidado a colaborar com a ATRICON e o Instituto Rui Barbosa. Em 2014 eu assumo a presidência do IRB,

onde tive a oportunidade de exercer dois mandatos, colaborando para consolidar o papel do Instituto nos organismos de controle. Talvez a grande contribuição que eu tenha dado foi, em 2015, harmonizar as normas brasileiras de auditoria do setor público com os colegas do comitê de auditoria. Até então nós tínhamos dois tipos de Normas: o TCU adotava um procedimento e os Tribunais de Contas Regionais adotavam outro. Nós conseguimos harmonizar estas duas normas em uma só.

Recentemente, quando me aposentei no Tribunal por ter completado o meu tempo, recebi convite do TCU para integrar o Conselho de Altos Estudos em Controle e Administração Pública. Continuo lá até hoje. Mas sigo colaborando com o IRB, na vice-presidência de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Quando assumi a presidência do IRB, fiquei muito feliz porque até então, os Tribunais de Contas, quase todos, tinham como missão ser guardião do erário, assim como o STF é guardião da Constituição. Era muita preocupação com a parte fiscal, o equilíbrio fiscal das contas públicas, era o que nos dominava, especialmente com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas nós chegamos à conclusão de que o Tribunal de Contas era mais que isso, precisava ser um Tribunal de Governança, pois mais que guardiões do erário, somos instrumentos de cidadania.

E para a minha alegria, já em 2015, todos os Tribunais de Contas do Brasil, hoje somos 33, passaram a falar que a sua missão

era contribuir para uma administração em benefício da sociedade. Acho que isso foi um legado muito importante. Mais que gerar conhecimento, é nosso papel gerar conhecimento que possa ser útil para a vida das pessoas.

E o IRB, depois com as duas gestões do presidente Bonilha e agora com a presidência do Edilberto, segue nessa mesma toada, de cada vez mais empoderar os servidores e membros dos Tribunais de Contas, com essa visão de ir além do controle, pois não basta fiscalizar por fiscalizar, tem que procurar dar utilidade a esse orçamento, para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Na última contribuição que eu dei, quando participei recentemente da comissão do Governo Lula, representando os Tribunais de Contas, apontei, na produção do relatório, a necessidade de o Governo Federal adotar como obrigação a avaliação das políticas públicas antes de lançá-las. E para minha alegria o tema foi aceito.

A grande vantagem do Tribunal em relação aos órgãos do Executivo é que podemos dar uma contribuição mais imparcial, pois não temos vínculos político-partidários. E o princípio fundamental é a soberania. Quem recebe o voto popular, o executivo - presidente, governadores, prefeitos – e ao legislativo, eles é que têm a legitimidade para propor a política pública. E cabe, dentro das suas estruturas de controle interno, fazerem mecanismos de avaliação dessas políticas. Agora esses mecanismos devem ser aferidos pelo controle externo,

porque a própria Constituição diz exatamente isso, que é importante que se tenha um aferidor imparcial.

Temos uma organização internacional, que se chama INTOSAI⁴⁴, são mais países até do que a própria ONU, são 296 países que participam dessa dimensão e ali a gente discute exatamente essas modernidades técnicas para fazer as auditorias com esse viés que é avaliação de desempenho. Eu era parlamentar, quando tive acesso a essa técnica de verificar avaliação de políticas públicas e foi o que me encantou muito dentro do Parlamento.

Diante disso tudo, eu acho que o IRB está no caminho certo, mas devemos ter uma atenção redobrada com esses termos atualíssimos, especialmente nessa questão da busca da verdade material. O Tribunal de Contas de Portugal, por exemplo, é o primeiro do mundo que coloca uma Comissão na busca da verdade. Eu acho que esse é um sentimento muito forte que o IRB tem de ter, além de ser a Casa do Conhecimento, estar sempre na busca da verdade, para facilitar a tomada de decisão.

Também entendo que o IRB tem sido assim muito corajoso, em patrocinar causas mais modernas como controle externo mundial,

44. Organização internacional autônoma, independente e apolítica, que congrega Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), que funciona como uma organização guarda-chuva para a comunidade externa de auditoria governamental. É uma organização não governamental com estatuto consultivo especial junto do Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas.

porque a nossa burocracia é muito assentada na zona de conforto, a gente precisa estar encharcado de otimismo para fazer essas mudanças, porque na maioria das vezes o que a pessoa quer é manter tudo do jeito que está.

E aqui eu vou resumir a minha posição hoje como um homem ligado ao controle externo: se você me perguntar qual é o futuro, eu não sei exatamente, mas eu posso garantir uma coisa, o nosso futuro, enquanto Tribunal de Contas, é nos capacitarmos para fazer auditoria de algoritmos, a grande preocupação que nós temos pela frente são os algoritmos e como eles podem estar enviesados, como podem prejudicar pessoas, interferir nas decisões.

O futuro nosso é conhecer cada vez mais os algoritmos e fazer o controle deles para a sociedade saber o que eles estão falando. O caminho que o IRB tem para isso é valorizar cada vez mais os trabalhos de Ouvidoria, trazer as pessoas para conhecerem os Tribunais de Contas.

Um dado absolutamente fundamental, é o uso da tecnologia da informação sem medo de perda de espaço para as máquinas. Pois tudo que a máquina faz é baseado no passado, naquilo que foi alimentado e essa alimentação é feita por humano, todo computador de uma forma ou de outra, é induzido num sistema binário por um ser humano, então eu não tenho nenhum receio, aliás quanto mais eu estudo, mas compreendo que o ser humano vai ser fundamental.

INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO

A Constituição de 1988 foi um marco para os Tribunais de Contas, mas todas as constituições republicanas perseveraram garantiram a figura dos Tribunais de Contas, mas isso só começa a ser documentado ou valorizado quando surgem instituições que procuram valorizar e documentar, ou seja, registrar essa história, e quem tem feito isso com uma certa maestria é o Instituto Rui Barbosa.

Quando aqueles pioneiros do controle, em 1973, em São Paulo, resolvem criar esse Instituto, na minha lógica era para poder valorizar a história dos Tribunais de Contas. E quando a gente tem a oportunidade de contar essa história, estamos contando a história do controle brasileiro nesses 50 anos.

Eu estou no controle há 36 anos, e digo sem sombra de dúvida que este é o momento mais feliz para o IRB, o mais importante da sua

Inaldo da Paixão Santos Araújo



história, porque hoje, ele consegue ter uma penetração na academia, com instituições de outros países mais fortes do que os próprios Tribunais; hoje o IRB é mais conhecido fora do que nos próprios Tribunais.

E, ao longo desses 50 anos, um marco que é fundamental no meu modo de pensar, é o período de 2006 a 2012, porque foi justamente quando o sistema de controle externo brasileiro conseguiu um aporte com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para um programa de modernização dos Tribunais de Contas, e o ator principal desse programa foi o IRB. Pela primeira vez na história, tivemos um programa de âmbito nacional que envolvesse os Tribunais de Contas estaduais e municipais financiado pelo BID.

E aqui eu vou citar figuras que não podem deixar de ser registradas, como o conselheiro Severiano do Tocantins, depois o conselheiro Sebastião Helvecio, que abriu o IRB para o mundo, hoje eu até brinco e chamo o conselheiro Sebastião de “Cavaleiro das Contas”, porque ele conseguiu a projeção internacional dos Tribunais de Contas e do IRB. Depois veio o Ivan Bonilha que conseguiu marcar sua gestão de forma ímpar, e agora o cearense Edilberto Pontes, um auditor de carreira do sistema Tribunais de Contas, um técnico de escol, que conseguiu fazer mais em 2 anos do que conseguimos nos 10 anos anteriores, com sua agilidade e equipe.

Eu costumo dizer que sou um egresso das ruas da liberdade e não da liberdade das ruas. Eu gosto muito dessa frase porque eu nasci na

primeira invasão de Salvador, que é a invasão Corta-Braço. Aqui no Salvador nós chamamos as favelas de bairros, então aquela invasão Corta-Braço, dos anos 1950-1960, nos bairros mais populosos da cidade, se transformou no bairro do Pero Vaz, onde eu nasci, na rua Virgílio Gonçalves. Quando eu tinha 6 para 8 anos o meu pai conseguiu comprar uma casa pelo BNH (uma versão antiga do programa “Minha casa Minha Vida”), assim, nós saímos da invasão e fomos morar nesse conjunto. Estudei na escola Luiz Viana a vida toda, era um centro integrado que você entrava no primeiro ano do primário e saía no terceiro ano do segundo grau com especialização. Fui para a faculdade. Não havia política de cotas naquela época, e meu pai não tinha condições de pagar uma escola privada. Enfim, passei na segunda lista da Católica para Contabilidade e na Estadual para Química. Eu nem sabia o que era Contabilidade, achei que era apenas contas, matemática. Cursava Química durante o dia e Contabilidade durante a noite. Mas depois tive que largar Química para trabalhar, fui fazer o estágio na Caixa Econômica.

Quando veio o concurso para o Tribunal, em 1986, tive sorte porque se cobrou muito de Contabilidade, de Auditoria, não se cobrou muito de Direito, que eu não sabia nada. Passei em quarto lugar como Auditor. Entrei, portanto, no Tribunal, em março de 1987. Um ano e meio depois eu era Supervisor de Auditoria, depois passei a ser Coordenador de Auditoria; no Tribunal ocupei quase todos os cargos possíveis.

No Tribunal, os auditores de carreira passaram a substituir os conselheiros, isso continuou por mais de 25 anos. Agora o Supre-

mo mudou esse critério, mas o fato é que fui Substituto de 2000 até 2012, quando surge uma vaga e acabei sendo designado pela Assembleia para uma vaga, mesmo não sendo parlamentar, mas egresso de carreira do Tribunal.

Nesse período, há duas coisas que me marcaram muito; primeiro que quando fui ingressar aqui eu não queria, eu passei num concurso, mas não queria ser servidor público, porque eu tinha todos os preconceitos que a sociedade tem em relação ao servidor público e eu estava numa empresa que tinha uma perspectiva de fazer carreira, mas quis o destino que eu estivesse em Belém do Pará, fazendo uma auditoria, fui deportado, não ia tomar posse, mas meu pai me pegou no aeroporto e me trouxe para tomar posse praticamente forçado. O que me ajudou nesse período foi um livro de Viktor Emil Frankl, “O homem em busca de si mesmo”. Ele conta que no campo de concentração, onde ficou preso, tinha que fazer 3 coisas que era sobreviver, ajudar quem ele pudesse com o conhecimento e depois que saísse, contar sua história, e aquilo me marcou muito.

No Tribunal de Contas desde que foi constituído, pouco se falava em fiscalização, o Tribunal era mais um órgão de registro, controle prévio, quando se vai falar de auditoria é somente na Constituição de 1967, a fiscalização orçamentária e financeira, então você muda o modelo de controle, aquele órgão cartorial de registro prévio e despesa, para aquele órgão de olhar as despesas e emitir opinião se aquelas despesas estão corretas ou não. Mas os Tribunais pouco evoluí-

ram nesse sentido. Naquela época falar em auditoria, era semelhante a um palavrão, o pessoal dizia que a gente queria substituir o Tribunal de Contas por empresas privadas de auditoria.

Mas, enfim, eu posso dizer que a minha história no Tribunal está associada a auditoria. Que é uma das ações que para mim é a mais importante, porque o que o Tribunal de Contas faz ou deveria fazer depende da auditoria. Mas a partir desse momento que vejo a necessidade de implantar a auditoria aqui no Tribunal, a gente consegue entre aspas.

Aqui na Bahia, somos o primeiro Tribunal a ser credenciado para auditar os projetos do Banco Mundial. Nós fazemos esse trabalho há quase 35 anos. e até hoje todos os projetos que esses bancos financiam na Bahia, Banco Mundial, BID, Banco Alemão, é o Tribunal que audita. Aliás, foi uma parceria com órgãos multinacionais de financiamento que fez com que a gente evoluísse não só na questão de capacitação, de novas técnicas, como também na incorporação de normas profissionais. Enquanto pouco se falava de auditoria nos Tribunais, a Bahia em 1995 já traduzia normas de auditoria.

Nós traduzimos o *Yellowbook*, em 1995, quando ainda não existia internet. Nesse processo de modernização da Bahia, há uma pessoa que teve um papel fundamental, que se chama Antônio Lins Freire, um auditor que, por conta própria, foi ao Canadá, que na época tinha um dos órgãos mais avançados do mundo, trouxe o manual

de auditoria integrada, em espanhol, numa tradução colombiana, e tentou introduzir no TCE da Bahia.

Eu nunca deixei de sonhar e acreditar no Tribunal de Contas, o que eu pude fazer nesses 36 anos foi trabalhar e ajudar a quem foi possível. Deus colocou na minha vida anjos bons que me mostraram bons caminhos, como conselheiro Adhemar Bento Gomes, conselheiro Antônio Honorato de Castro, enfim, pessoas que me ajudaram a fazer minha trilha. Dou aula na universidade desde 1990, fiquei 25 anos como professor da Católica, sou doutor na Universidade do Estado, concursado desde 1997, enfim, evolui e continuo evoluindo.

Há uma frase que eu gosto muito, que dizem ser de Henry Ford, não tenho certeza: “Se me sobrar um dólar, eu invisto em propaganda.” Eu discordo um pouco dele, porque se me sobrarem 2 reais, 1 seria para propaganda e outro para o controle, porque um Estado precisa divulgar o que faz, mas é preciso que a divulgação tenha um respaldo da auditoria, então é preciso criar pontes entre aquele que faz e aquele que audita, que controla.

IVAN LELIS BONILHA

Eu me formei em 1989, coleei grau em 1990 e passei no concurso para Assessor Jurídico do Tribunal de Contas, no ano de 1993. Desde 8 de março de 1993, quando eu tomei posse, comecei a trabalhar no Tribunal de Contas e, com nove meses, acabei sendo convidado para ser Diretor Jurídico, cargo que ocupei por dois anos. Depois continuei trabalhando em inspetoria e atuando também como advogado, principalmente na Justiça Eleitoral. Isso fez com que eu me aproximasse de disputas eleitorais.

Como advogado do candidato a prefeito, que se elegeu, em 2004 eu fui convidado a ser Procurador Geral do Município de Curitiba. O Tribunal me liberou, e eu permaneci no cargo durante dois mandatos. Depois esse prefeito se tornou governador e, como eu fui coordenador jurídico da campanha, acabei sendo convidado para o cargo de Procurador Geral do Estado. E quando estava na

Ivan Lelis Bonilha



Procuradoria do Estado, surgiu a vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas e eu pude então voltar ao Tribunal de Contas, minha casa de origem, como Conselheiro.

Tendo voltado como Conselheiro, tive oportunidade de ser Corregedor, Vice-presidente, e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. Quando era presidente é que tive uma atuação no Conselho Fiscal do IRB, na época presidido pelo Conselheiro Sebastião Helvecio, que é um verdadeiro marco na atividade do Instituto Rui Barbosa. Eu diria que a grande marca do Helvecio foi a operacionalidade que ele deu para o IRB. Ele estabeleceu um calendário de fóruns e cursos, multiplicou o relacionamento com as escolas dos Tribunais de Contas, implantou uma cultura de agenda voltada para a promoção do aperfeiçoamento técnico e cultural dos Tribunais de Contas, até então nunca visto. Ele tem essa grande responsabilidade, somada a uma herança que deixou, de absoluto equilíbrio das contas do IRB. E eu fui, de certo modo, aquinhoadado com a escolha dele para ser o candidato a substituí-lo e coloquei de modo muito claro que a minha atuação seria na mesma linha do Sebastião Helvecio, tentando potencializar aquilo que ele vinha aplicando.

Se me perguntarem uma nota distintiva do meu período no IRB, eu diria que foi a compra da sede. Nós compramos a sede em Brasília conjuntamente com a ATRICON e com a ABRACOM. Esse não é só um marco material, significa uma integração entre essas instituições que representam os Tribunais de Contas, os conselheiros

e até os conselheiros dos Tribunais de Contas municipais e o Instituto Rui Barbosa. Então, ela corporifica no momento de absoluta concordância, de absoluta colaboração entre segmentos representativos do Sistema de Controle Externo.

Nós somos todos iguais ali, não há nada mais difícil do que você superintender, presidir, comandar e liderar os seus iguais, isso precisa ser feito com muito cuidado, muita concordância e eu acho que tive essa qualidade, fui muito ajudado em razão dos outros presidentes. Era um relacionamento muito franco, aberto, de muito respeito.

Se perguntarem se eu quero deixar alguma imagem, é a imagem da concordância, da integração que houve, sem precedentes entre essas entidades, e que agora, na gestão que me sucedeu, só se potencializa, não só no entendimento, mas também na agenda.

Hoje o IRB está melhor do que esteve anteriormente e tem que estar mesmo, as instituições são assim, não há comparação entre o IRB de hoje, e o de antes de ontem. Eu sinto isso dos meus colegas conselheiros, sinto de quem faz parte da composição da diretoria do IRB, sinto essa vontade de sempre evoluir, elogiando o trabalho que foi feito, mas sempre procurando agregar alguma coisa mais para o futuro e é isso que torna as instituições grandes, que torna as instituições sólidas, que torna as instituições com credibilidade e acho que isso nós conseguimos fazer.

Eu sou de uma família de pessoas que tiveram acesso à educação. Meus pais fizeram curso superior, meu pai era farmacêutico, minha mãe professora. Então o estudo sempre foi uma coisa muito presente na minha casa, a gente tinha sala para estudar, tinha enciclopédia, eu sempre fui leitor voraz, sempre gostei muito de ler, de ter essa curiosidade do conhecimento. Isso é o que prepara muitas vezes as pessoas para exercer essas atividades mais intelectuais, então acho que é uma decorrência natural.

A minha experiência no IRB foi muito rica. Ele serve como uma espécie de rincão, onde se busca um conhecimento de qualidade para desenvolver as atividades dos Tribunais de Contas. Aliás, para mim esse é o principal papel do IRB. A partir daí você monta toda uma estrutura de cursos, de fóruns, debates, comissões, que vão estudar sobre determinados aspectos. Como presidente do IRB, eu diria que a coisa mais importante que definiu o meu sucesso foi a possibilidade que o Tribunal de Contas do Paraná me deu de contar com um corpo de servidores de uma qualidade sem precedentes na história do IRB. Quando assumi disse para mim mesmo: “Só dá para tocar o IRB se tiver servidores, que além de qualificados, estejam comprometidos exclusivamente com as atividades do Instituto.” Eu tive esse privilégio.

E diria mais, que a conduta profissional do nosso time, a objetividade e colaboracionismo que nós imprimimos, de certo modo serviu de exemplo para o que veio depois. Por exemplo, eu hoje, participo e vejo com absoluta aprovação, a forma como o Edilberto toca o IRB,

sinto na assessoria dele, a partir do Juraci Muniz, a mesma nobreza de propósitos, a incorporação dos valores que a gente tinha também, de fazer o Instituto dar certo, de produzir cursos com qualidade, de atender as demandas. Evidente que essa assessoria que cerca o presidente é que toca o propósito no dia a dia, mas é importante também dizer que existe um *onboarding* de diretores, conselheiros, comitês, que são muito operosos e cada conselheiro que está à frente também põe missão para os seus funcionários. Então, o Instituto é feito dessa conjugação de esforços vindo de conselheiros, que são dos mais variados estados da federação, e isso garante a qualidade, porque são todos gabaritados e garante uma representatividade; eles se reconhecem nos cursos, fóruns, debates que a gente trava e se integram cada vez mais.

É uma coisa impressionante como a gente foi construindo, nos últimos anos, um relacionamento muito forte entre funcionários do Tribunais de Contas dos mais variados estados. Hoje eles todos se conhecem, já trabalharam juntos em algum momento. Assim você vai criando uma história, e de forma muito mais acelerada, e quando você constrói algo junto o significado é muito maior. Daí também a importância de estarmos numa mesma sede.

Mas se há um legado deixado pelo IRB, nesses 50 anos, acho que as auditorias operacionais sua uma boa referência. Uma coisa que é muito presente na nossa vida, os índices de deficiência da administração pública, só debatendo isso você já cria parâmetros de decisão e de compreensão daquilo que é bom. Não tenho dúvida de

que não existe hoje nenhum Tribunal de Contas que não tenha se influenciado, olha minha pretensão, grandemente, a partir daquilo que o IRB propôs e fez. Todos os Tribunais são incentivadores, aliás sinto um carinho enorme de todos os Tribunais de trabalhar com o IRB, porque a essência do IRB é trabalhar para o sistema.

A gente tem uma multiplicidade de perfis dos conselheiros, que é a riqueza do sistema e essa multiplicidade se renova com uma frequência incomum. Recentemente, em Pernambuco, dois conselheiros novos que vieram do Parlamento, cheios de novidades e capacidades, já na primeira semana participaram de um fórum sobre o portal digital do IRB, e ficaram impressionados com o trabalho do Instituto.

É impressionante como o IRB já criou uma boa fama de ser um órgão catalisador e multiplicador de conhecimento. Então eu acho que isso faz com que a gente se integre cada vez mais. A leveza de relacionamento que mantemos entre nós, entre os Tribunais, se deve em grande parte à identidade que o IRB criou. A amizade que eu tenho pelo Inaldo, pelo Fábio Nogueira, pelo Edilberto, isso foi criado tudo em torno dessa entidade chamada Instituto Rui Barbosa. É algo impressionante, a gente tem uma confiança um no outro, uma relação fraternal, porque acredita nessa instituição como ente catalisador de aproveitamentos para o sistema.

JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO

Eu vim para Goiânia estudar, depois fui para a cidade de Novo Brasil onde meu pai era cartorário. Em seguida, já formado em Direito, fui para Jussara, que era sede da Comarca. Advoguei em Jussara durante vinte anos, até que um dia colocaram na minha cabeça que eu tinha que ser prefeito na cidade. No ano 2000, eu me candidatei e fui eleito, em uma disputa ferrenha, ganhei por 57. Aí eu fiz o primeiro mandato e em seguida fui reeleito. Antes disso eu fui presidente da subseção da OAB de Jussara. Aliás, fui o fundador e o primeiro presidente. Quando deixei a prefeitura em 2008, eu me candidatei a deputado estadual e fui eleito. Durante o mandato ocupei o cargo de Secretário de Governo do Estado de Goiás.

Depois disso, em conversa com um amigo, o Daniel Goulart, então Conselheiro do Tribunal de Contas de Goiás, fiquei sabendo que ia surgir uma vaga no Tribunal. “Você podia pleitear esse cargo”, disse-me

Joaquim Alves de Castro Neto



ele. Mas eu achava que o meu cacife não era para tanto. “Nós vamos te ajudar”, insistiu ele. E assim eu acabei sendo indicado pela Assembleia Legislativa no dia 24 de abril de 2015 para a vaga de Conselheiro.

Logo em seguida, chegou lá no Tribunal, o Sebastião Helvecio, que era o presidente do IRB na época. Ali nasceu uma grande amizade. Ele estava fazendo uma campanha, nos Tribunais de Contas, sobre a importância do Instituto Rui Barbosa, e precisava de alguém para ajudar. A minha convivência com o IRB começou justamente nessa época. Ainda naquele ano, eu fui eleito vice-presidente, e no final de 2016, quando o presidente se aposentou, fui eleito presidente, tendo permanecido por três mandatos no cargo. Nesse período eu pude contribuir bastante não só com o crescimento dos Tribunais, mas também com a questão da capacitação dos servidores, gestores, auditores e de conselheiros.

Primeiro veio o Helvecio, depois o Bonilha. O Helvecio é uma das maiores inteligências que a gente tem hoje, na minha pequena avaliação; ele tem a visão de um homem de grande capacidade intelectual, cultural, na articulação política também. O Helvecio tem sido para mim uma referência exemplar. Em seguida veio o Bonilha, que também fez um excelente trabalho. Aí eu fui assumir a presidência do Conselho Nacional de Presidentes de Tribunal de Contas, durante três anos. A convivência me aproximou ainda mais do IRB, com Bonilha, que sempre esteve presente, principalmente em atuação no Comitê de Educação. Depois eu fui para o Comitê de Gestão de Pessoas. E agora, com o Edilberto, tenho tido também uma parceria bastante saudável e produtiva. A

melhor coisa de quando você deixa um cargo e alguém vai te suceder é que você deixa um avanço. E o Edilberto avançou muito, trazendo para o IRB o braço acadêmico, fazendo capacitações (iniciou no ano passado cursos de estudos avançados para conselheiros), conhecendo a macropolítica, não só fazendo aquilo que está acontecendo no dia a dia, mas aquilo que está acontecendo mundo afora.

Nessa participação no Comitê de Gestão de Pessoas teve uma experiência bastante interessante no período de pandemia, que foi a questão do *home office*, que resultaria no teletrabalho. Nosso comitê tem atuado bastante junto com a Adriana e várias pessoas que têm colaborado. No ano passado eu assumi a presidência da ABRACOM. Então fiquei conciliando a associação com o Conselho Nacional e o Tribunal de Contas do Município do Estado de Goiás. A ABRACOM é uma entidade não tão grande como o IRB e a ATRICOM, mas agrega os cinco Tribunais de Contas dos municípios. O IRB tem dado suporte nas capacitações, na realização de eventos, de modo que há uma interação muito grande entre as entidades, nossos auditores e servidores.

A grandeza dos Tribunais, guardada a relevância dos conselheiros pela pluralidade de ideias, a grandeza mesmo está nos servidores, principalmente nos auditores, que têm uma enorme capacidade de compreender e entender o que a sociedade espera de um Tribunal de Contas.

Um fator que sempre me chama a atenção é a forma de composição dos Tribunais de Contas. Reuni pessoas que vieram da

política, da gestão pública, com técnicos que são concursados. Assim, com essa diversidade de inteligências e competências, os Tribunais de Contas conseguem contribuir de forma mais efetiva para a sociedade, pois pode analisar com mais propriedade as questões abordadas em suas peculiaridades.

Então, muitas vezes você vai analisar uma conta, analisar um contrato, ouvir uma denúncia que alguém fez, e tem uma noção exata de como que é, como um gestor teria que agir naquele momento, e isso torna sua decisão mais justa. Isso humaniza mais a decisão.

Seja qual for o papel que você estiver exercendo, como deputado, prefeito, conselheiro, auditor do Tribunal de Contas, em qualquer desses papéis, você está trabalhando com um propósito, em todos eles você está promovendo cidadania. E isso exige entender que sua missão é contribuir para que as pessoas melhorem a sua relação com a cidade, com o Estado, com o país em que vivem. Essa consciência é fundamental, e se saber nessa condição é um privilégio.

Sem falsa modéstia, eu falo muito isso, eu advoguei por muitos anos, fui Procurador de município, ocupei esses cargos de prefeito e deputado. Mas onde eu me realizei mesmo como ser humano, como profissional, foi no Tribunal de Contas. Porque o Tribunal de Contas, pela forma como ele é constituído, pela sua composição, você tem uma autonomia enorme para sugerir, gerenciar, administrar, sem falar que você está lidando com pessoas, com comportamentos, e

isso me trouxe uma realização e um conforto muito grande. Por onde eu passei, o melhor lugar que eu encontrei para trabalhar, o trabalho que me realizou mais, foi aqui. Porque eu pude aliar a função de julgador com a de gestor. A gestão do Tribunal não é coisa fácil também. São praticamente 450 servidores, com orçamento de 200 milhões anuais, e quem julga as minhas contas é o TCE, mas você está naquele momento, ao mesmo tempo, exercendo as duas funções, e isso me realiza muito, a convivência com o sistema, com um conjunto de pessoas dotadas de um nível intelectual e cultural bastante elevado, traz muito conforto, conviver com pessoas que querem ver a gestão pública melhorar, que querem ver a sociedade com bons resultados, traz satisfação e alegria.

Ainda sobre o IRB, quando a gente vê que a realidade do Amapá não é a mesma do Rio Grande do Sul, e que o sistema como um todo está em constante atenção para integrar ideias, pensamentos, comportamentos, sempre respeitando as particularidades de cada Tribunal, isso traz uma flexibilidade muito grande para poder conduzir o Tribunal. A essência dos Tribunais de Contas é a mesma em todo país, e isso faz com que a gente tenha a segurança de promover uma boa convivência entre todos os órgãos dos diferentes estados, porque a essência nossa é uma só, lógico que respeitando as peculiaridades, mas sempre conscientes de que é nossa missão cuidar da boa aplicação do dinheiro público, zelar pela coisa pública e aferir a qualidade dos serviços que a sociedade está recebendo. E nesse afã o Instituto Rui Barbosa tem sido fundamental.

O IRB tem sido um condutor de ideias, de elementos que contribuem para que cada vez mais os Tribunais possam unificar os seus entendimentos e exercer com segurança o seu desafio diário. O IRB tem feito um trabalho excepcional nesse sentido, criando seus comitês, Comitê de Primeira Infância, Comitê de Educação, Comitê de Saúde, Comitê de Gestão de Pessoas, e tudo isso sem perder o foco da avaliação de políticas públicas de modo praticamente uniforme em todos os Tribunais de Contas. Isso dá um ganho enorme para a sociedade.

Tem uma frase que diz o seguinte: “tudo que tinha de ser inventado, já foi inventado, o que tem que fazer agora é aprimorar aquilo que foi inventado.” Então, o que o Instituto faz é nos dar condições para aprimorar aquilo que está em prática. Ninguém sabe de tudo, ninguém conhece tudo. Como diz aquela máxima, “ninguém é tão ignorante que não possa dar a sua contribuição, a sua opinião, e nem tão sábio que não precise da opinião de alguém.” Nessa interação, nessa troca de ideias, o IRB tem tido um papel fundamental.

Eu sou uma pessoa que tem muita fé e esperança, acredito que as coisas vão acontecendo no seu tempo, e vejo no Instituto Rui Barbosa uma fonte de entusiasmo e de energia para todos nós. Como conselheiro, é meu dever seguir lutando pela promoção de políticas públicas voltadas para o interesse do cidadão comum. Trabalho cotidianamente para que a sociedade seja mais justa e igualitária, e acredito que o IRB possa ser a ponte que nos levará a um país mais justo e igualitário para as próximas gerações.

SEVERIANO COSTANDRADE DE AGUIAR

Eu sou piauiense de nascimento, toda a minha vida escolar foi no meu estado, até me formar em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Em 1991 eu decidi ir para o Tocantins, desbravar novos horizontes no estado que tinha sido criado na Constituição de 1988 e implantado em 1989. Inicialmente exerci o cargo de Defensor Público, em 1993, e em seguida fiz um concurso para Procurador do Estado. Tomei posse em 1994. Quando foi em 1998, assumi o cargo de Secretário Executivo, da Secretaria do Trabalho e Ação Social. Posteriormente, fui convidado pelo prefeito da capital para ocupar o mesmo cargo, só que com outra denominação: Secretária de Desenvolvimento Social. Exerci esse cargo durante exatos 145 dias, até quando o Governador Siqueira Campos, me convidou para ser Secretária Especial, e desenvolver um programa novo, lançado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Assim me tornei coordenador do programa Comunidade Solidária. Depois assumi

Severiano Costandrade de Aguiar



a presidência de uma autarquia que tinha linhas de financiamentos sociais na área de microcrédito, até o momento em que o Governador me pediu para assumir toda a área social do Estado, que envolvia o Instituto Social e a Secretaria do Trabalho a Ação Social. Fiquei de 2000 até o final de 2002 como Secretário da Ação Social de Tocantins.

Quando foi em 2002, abriram quatro vagas para Conselheiro do Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa colocou o meu nome. No dia 31 de dezembro, daquele ano, eu tomei posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Estou aqui desde então.

Quando eu cheguei no Tribunal, tinha concluído uma especialização em Administração da Educação na UNB (Universidade de Brasília) e posteriormente, concluí o doutorado na Argentina, em 2019. E como Conselheiro eu já fui Corregedor, Presidente do meu Tribunal e em 2010 fui eleito Presidente do Instituto Rui Barbosa.

Quando eu assumi a missão de Presidir o Tribunal, entendendo que a gente precisava fazer com que o IRB se tornasse independente, pois até então ele era muito dependente da ATRICON, colocamos uma ideia para os Presidentes de fazer convênio com os Tribunais de Contas, que destinariam um montante de recurso por ano para que o Instituto pudesse continuar com o trabalho que havíamos iniciado com o PROMOEX e evoluir ainda mais. O modelo foi aprovado e até hoje está funcionando muito bem.

Antes, na gestão do Sebastião Helvecio, o IRB começou a ser chamado de a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas, mas ele vai além, é um vetor do aperfeiçoamento e do desenvolvimento dos Tribunais. Lembro muito bem dos programas feitos em parceria com o Sebrae, para o fortalecimento das pequenas e microempresas, com o qual criamos o “Dia D” para discutir essa questão nos diversos estados do país, desenvolvendo ações voltadas para o alerta da sociedade e dos governos, sobre a importância do fortalecimento dos pequenos negócios, da economia local. Nossa época foi de muita efervescência e criatividade.

Eu entendo que o nosso Tribunal precisa estar mais próximo da sociedade, ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve em prol de uma boa política, uma política que realmente dê resultados para a população. A nossa função não é só fiscalizar a conta pública, é fiscalizar também como está essa conta, aí eu vou chegar aonde eu quero. Estamos chamando os prefeitos, e fazendo capacitação com os nossos técnicos, explicando para eles o que é preciso para colocar no orçamento da Primeira Infância, por exemplo, então eles fazem um pacto conosco e com a sociedade. Mas além disso, nós temos que envolver o Parlamento, para que o Parlamento destine recursos de emendas no orçamento, porque não adianta você falar de política pública se você não tem orçamento, temos que colocar no orçamento, e cabe aos Tribunais de Contas fiscalizar e acompanhar a aplicação desses recursos.

Por isso que é também importante a questão das micro e pequenas empresas, do desenvolvimento local, porque o prefeito reclama muito

que não tem recurso, mas às vezes é porque o dinheiro do município vai todo para fora, para fornecedores de outras cidades, que não agregam valor dentro do município, que não empregam pessoas do município, nem tampouco utilizam recursos naturais do próprio município. Então, eu acho que assumir esse papel é preponderante para nós.

Também precisamos aprofundar as discussões sobre a nossa comunicação. Nós nos comunicamos muito mal, não conseguimos fazer a comunidade enxergar quem de fato somos, qual o nosso verdadeiro papel, a nossa importância para a promoção da cidadania. A população não sabe de fato quem nós somos, porque na realidade, às vezes nós ficamos com receio, não sei, nós não encontramos mecanismos, a gente tem que buscar mecanismo, de fazer com que a comunicação efetivamente chegue até a sociedade. Eu gosto muito de viajar de carro. E certo dia eu peguei um carro, saí de Palmas e fui para São Paulo, passamos numa cidade onde eu tinha feito um evento na Câmara de Vereadores, uns 2 ou 3 meses antes. Parei no posto de gasolina e me pediram um sanduíche. Aí, conversando com o rapaz ele me disse: “Eu sou presidente de um partido”, e citou o nome partido, falou que era de um partido tal, um partido importante da história brasileira. Aí eu falei: “Eu estive aqui na cidade um tempo atrás, eu estava com o meu Chefe de Gabinete, o motorista e um outro assessor”. Aí ele disse assim: “O senhor trabalha onde? O senhor parece uma autoridade”. Eu disse: “Eu não sou autoridade, trabalho no Tribunal de Contas”. “Ah, o Tribunal de Contas? O que o Tribunal de Contas faz?” “O Tribunal de Contas fiscaliza.” “Ah, é aquele do Ministério Público?” “Não!” “Judiciário?” “Não!” Aí eu dei uma explicação muito rápida e o

cidadão, presidente de um partido importante. Conteí isso só para mostrar que de fato nós não somos conhecidos da sociedade.

Aí eu fico me questionando, se me perguntasse o que é que é um Conselheiro? Como eu responderia?

Vamos ver. O Conselheiro é um cidadão que trabalha no controle e na fiscalização da aplicação do recurso público. Mas isso é uma definição técnica. Talvez melhor usar um tom mais coloquial? O Conselheiro é um Juiz, é um julgador, mas além de um julgador ele também é um Promotor, porque ele também tem essa função, ele não precisa ficar esperando como o Judiciário, esperando ser provocado para fazer a fiscalização. Ele pode, através das matrizes de riscos, que são estabelecidas através do planejamento do Tribunal de Contas, ou da equipe técnica, da importância da política pública, promover a fiscalização independente de ser provocado. Então, o Conselheiro é esse mix de julgador e de Juiz, porque ele julga. Além disso, ele é o Promotor, porque também pode promover a ação. Ele pode incentivar a ação ou ao ser provocado, também fazer com que a ação passe a valer, passe a existir, então o Conselheiro é isso. Como se vê, ficou ainda mais complexo.

Precisamos trabalhar melhor a nossa comunicação, precisamos aprender a traduzir esses conceitos, para que as pessoas possam de fato entender para o que existimos, qual o nosso real papel. O IRB pode ser o grande agente desse processo. E com certeza o amigo Edilberto é muito preocupado com isso, pois já tem demonstrado essa preocupação.

Finalizando, a minha experiência com o IRB foi das mais prazerosas que eu vivenciei. Porque eu tive, junto com os companheiros, com os amigos, e com outras representações, a oportunidade de ajudar um pouco, colocar uma pedrinha, aliás, uma pedrona, nessa construção, nesse muro, nessa casa que é o Instituto Rui Barbosa.

Nos próximos 50 anos o grande sonho que eu tinha era transformar o Instituto numa coisa concreta, numa grande escola de preparação dos agentes públicos nas suas mais diferentes instâncias. Quem sabe, numa universidade corporativa. Esse foi um sonho. Eu ainda estive discutindo isso com o reitor da UNB, em Brasília, mas infelizmente não consegui. Edilberto está construindo isso de uma forma muito exemplar, o Sebastião Helvecio construiu isso de uma forma muito exemplar, o Bonilha também, então eu acho que a gente tem que se aproximar da Academia exatamente para isso, para levar a Academia para dentro dos Tribunais. Para que os alunos, não só os professores, conheçam os Tribunais, para que eles levem isso para suas atividades no futuro, quando encerrarem suas carreiras, seu aperfeiçoamento, seu estudo.

Então eu acho que é esse o IRB que eu sonho. Eu quero estar velhinho, mas lá, assentando a pedra inaugural, a pedra fundamental, com um prediozinho, uma salinha, para começar isso, preparar Comissão de Licitação, a questão da ordenação de despesa, do fiscal de obras, todos os segmentos da ação pública. Meu sonho é ver o IRB ser esse grande fomentador, essa grande escola. Se verei, não sei; mas que ela virá, não tenho dúvida!

EDSON JOSÉ FERRARI

Eu sou goiano, filho de uma família muito humilde, mas que sempre buscou estar em debates sociais. Eu fui criado nesse ambiente, e desde logo comecei a me preocupar com a participação coletiva. Sempre gostei de atividades que envolvessem gente, quanto mais comprometimento melhor, e se possível, capacitando as pessoas ao mesmo tempo.

O meu pai se chamava José Silveira Ferrari, era mecânico, e minha mãe, Lázara Barbosa Ferrari, era do lar, semianalfabeta, uma família humilde, mas muito feliz. Somos seis irmãos, filhos dedicados, e bacana como era o meu pai e minha mãe que, mesmo sendo semianalfabeta, sempre falava: “você tem que estudar, estudar, estudar”. Eu comecei a trabalhar muito cedo, dividia a minha atividade diária entre a escola e o trabalho, e continuo estudando. Cursei Jornalismo na Universidade Federal de Goiás. Também fiz Ciências Sociais, e depois fiz Direito.

Edson José Ferrari



Tenho duas graduações, quase três, e tenho ainda um curso de pós-graduação em Marketing.

E foi bacana a minha vida, de luta, de ir para o trabalho, assim, muito feliz, muito contente, eu não praguejava as minhas dificuldades, eu buscava nelas força para me realizar, e a minha mãe ali do lado, junto com o meu pai. Comecei a trabalhar muito cedo, saindo da adolescência, já adulto trabalhei em jornal, inicialmente como revisor de texto e depois como jornalista repórter, e nesse percurso eu conheci uma pessoa chamada Henrique Santillo, que era senador da República em Goiás, depois veio a ser Governador. Ele me trouxe muita experiência, era um humanista por excelência, médico, pediatra, e minha vida toda foi aparelhada por ele. A partir de 1982 eu comecei a trabalhar com ele. Quando ele foi governador eu fui seu chefe de gabinete. E esse envolvimento político acabou me levando ao Tribunal de Contas. Entrei no Tribunal, em 2004, portanto há dezenove anos, logo assumi a presidência, e de lá para cá eu já fui presidente eleito cinco vezes.

E, de repente, eu recebi uma proposta para atuar na ação social dos Tribunais de Contas, como órgão analisador de políticas públicas, era meu papel avaliar se as políticas públicas estavam dando resultado. Nesse percurso eu conheci o Edilberto, que então estava iniciando sua vida no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, como Conselheiro, e passei a me identificar muito com ele. Parece que os nossos santos se cruzaram, deram certo.

Em 2020, durante um Congresso da ATRICON e do IRB na Paraíba, em João Pessoa, eu apresentei para ele uma ideia: “Nós precisamos cuidar da área das crianças, elas estão abandonadas, as políticas públicas não estão sendo eficazes.” Aí ele falou: “Olha, eu estou sendo eleito presidente do IRB, então se você quiser cuidar do Comitê da Primeira Infância, a gente muda essa história.” Entrei de corpo e alma nesse projeto.

O Instituto Rui Barbosa realiza um trabalho excepcional nas áreas de formação, capacitação e produção de conhecimento. Mas o Edilberto conseguiu dar um “toque de Midas”, na relação do Instituto com seus membros e com a sociedade civil e a Academia. A capacidade pessoal dele, o carisma, a ação prática e intelectual que emprega na direção do IRB, fez com que o Edilberto conseguisse capitanear uma série de programas e projetos que têm feito a diferença.

Sob a sua liderança eu tenho viajado pelo país, para implantar os Conselhos Estaduais e Municipais da Primeira Infância, e isso me gratifica muito. Nesses 50 anos de IRB, como conselheiro e como pessoa, faço com muito prazer, muita dedicação, carinho e respeito todos os papéis que me são delegados.

Eu acredito que nós estamos descortinando um novo momento, uma nova etapa para os Tribunais de Contas. E o IRB tem atuado efetivamente, de forma objetiva e participativa. O Edilberto tem essa capacidade de aglutinar ideias e construir boas histórias.

O Estado Brasileiro está devendo à sociedade, e principalmente às crianças de 0 a 6 anos, que são mais de 30 milhões sem comida, sem formação, sem conhecimento. Assim que nós instalamos o Comitê, vimos que precisávamos de parceiros importantes, e a coisa foi tão bacana que o Conselho Nacional de Justiça nos pediu para ser parceiro do IRB e do Comitê da Primeira Infância. E um dos conselheiros, Richard, que é um juiz, da vara de Campinas, interior de São Paulo, pediu que nós e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás fizéssemos um portal que contemplasse indicadores satisfatórios acerca das crianças de 0 a 6 anos.

Criamos o portal, e hoje ele é alimentado diariamente com números, e com isso os parceiros foram aumentando, a proposta foi sendo ajustada, e graças ao IRB, nós estamos discutindo o que deveria ser obrigação do Estado. E a força que os Tribunais têm, a capacidade de articulação com as demais instituições, tem possibilitado a ampliação dessa ação. Já escrevemos um livro no final do ano passado, “A primeira infância e os Tribunais de Contas”, e estamos preparando um segundo livro mais específico, para falar das desigualdades brasileiras e o reflexo junto destas crianças de 0 a 6 anos.

O Instituto Rui Barbosa foi inicialmente pensado com o propósito de proporcionar mais conhecimento para os membros e os Tribunais de Contas, e de repente se vê avaliando políticas públicas e dando consequência a isso na educação, na saúde e em tantas outras áreas. Isso traz mais humanidade à relação dos Tribunais com a sociedade. O Edilberto teve essa capacidade de perceber rapidamente

a dívida que o Estado tem com a sociedade brasileira, e tem provocado os comitês a participar de debates efetivamente.

Durante o Congresso que realizamos entre os dias 3 e 5 de agosto de 2022, publicamos a “Carta de Fortaleza”, na qual recomendamos uma série de ações e estratégias a serem adotadas com o propósito de contribuir para fazer valer, com absoluta prioridade, os direitos das crianças de 0 a 6 anos.

Por conta de ações como essa, fomos recebidos pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que ficou impressionado querendo saber como chegamos àqueles dados contidos no livro. Na ocasião eu falei: “Nós temos um Instituto por trás disso, que é reconhecido hoje nacionalmente como importante órgão disseminador de conhecimento.” Também estivemos com o Ministro da Educação, Camilo Santana, a quem entregamos a Cartilha, e com a Secretária Executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, tratando do assunto da primeira infância.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins teve uma reunião com mais de 100 prefeituras, para tratar da primeira infância. O Estado de Pernambuco criou um comitê envolvendo todo mundo; em Roraima, a conselheira Cilene Salomão está fazendo um trabalho de mobilização das comunidades indígenas.

Tudo isso nos mostra a força de uma entidade como o IRB. Foi ele quem se apercebeu do problema, teve o farol voltado para a

questão, e hoje provoca tanta discussão sobre uma questão de suma importância, o que me deixa com uma pitada de honra, de estar participando de um movimento tão nobre e necessário.

Se a minha atividade pessoal é com a minha família, no âmbito profissional hoje é com a primeira infância, 24 horas por dia. Esse modelo de atuação envolvendo as pessoas é mais uma das tantas competências do IRB. E isso extrapola os limites do país. O Instituto tem promovido encontros na América Latina, em Portugal, Espanha, França, enfim, se o mundo é uma grande aldeia, nós queremos marcar nossa presença onde se fizer necessário.

Sem querer cometer injustiça, mas valorizar o bem-feito, o presidente Edilberto merece todo o nosso aplauso. Acadêmico que é, ele tem atentado para a importância do debate, da troca de ideias, do aprendizado coletivo.

Talvez a gente não consiga mensurar a importância da passagem do Edilberto na direção, na liderança, mas lá no futuro nós vamos saber. O conselheiro Sebastião Helvecio me disse o seguinte: “Ferrari, você vai ver o salto que nós damos em 2, 3 anos de conhecimento e a praticidade que a gente conseguiu aplicar desse conhecimento.” É mais ou menos isso.

LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

No início da minha infância eu queria ser trapezista, a minha paixão era o trapézio. Porém, o tempo tratou de me mostrar que não era exatamente isso que eu queria. Sou uma pessoa extremamente simples, vim de uma família simples, sou casada, tenho três filhos, um deles está no céu. Aliás, essa é uma triste experiência de vida, mas com ela eu cresci muito, não que para crescer você precise sofrer, não é isso, mas a forma como você enfrenta as adversidades é que te dá crescimento. Eu acho que a característica principal da minha vida é o meu olhar para a academia, para o conhecimento, a necessidade de aprender sempre.

Sou muito disciplinada, gosto do saber, mas não saber por saber, até porque tudo que se aprende que não tem fim em si mesmo, tem sempre um fim para alguma coisa, e é isso que eu tenho feito da minha vida. Fiz Enfermagem, fui enfermeira na Universidade

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins



Federal do Piauí, fiz especialização na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mas chegou o momento em que eu voltei para a área do Direito. Fiz o curso e comecei a ver a vida por novos ângulos. Sou de uma família basicamente de profissionais da área da saúde, marido e filho, são médicos. Mas há outros mundos e eu queria conhecer.

Fiz mestrado em Brasília, sou mestra em Direito Tributário. Eu sempre militei na política partidária. Em 2007 concorri a uma vaga na Assembleia Legislativa, fui a deputada estadual mais bem votada. Depois me reelei, novamente como a mais votada. Em 2011 eu fui Secretária de Saúde do Estado, e em abril de 2012 fui escolhida como Conselheira do Tribunal de Contas. Como se vê, vivi períodos bem diferentes, mas todos de grande aprendizado.

Quando eu cheguei ao Tribunal, tive uma ligação imediata e de forma afetiva e profissional com o Instituto Rui Barbosa. Comecei a conhecer as entidades de classe, a exemplo da ATRICON e do IRB. E uma coisa que me chamou a atenção, foi o fato de que a Associação é dos membros dos Tribunais, enquanto no Instituto é o Tribunal que é associado, a representação é do Tribunal e não das pessoas. Assim eu comecei a me envolver com as ações e articulações dos Tribunais. Eu não pensava só no Piauí, mas em cada um dos Estados, isso me permitia vivenciar outras experiências, e foi aí que o IRB me encantou, exatamente por ser a Casa de Conhecimento dos Tribunais de Contas, mas mais do que isso, ele tem tido a capacidade de mudar o posicionamento, mostrar para cada um, que tudo o que já

foi feito em relação a fiscalização, já não é mais suficiente, precisamos aprender mais, sempre mais.

Já em 2014 eu comecei a participar efetivamente do IRB, fazendo parte do Conselho Fiscal e como presidente do Comitê de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Num primeiro momento eu não me senti preparada, mas o desafio me move. Nos tempos de parlamentar, além da área de saúde, eu me envolvi muito com a questão da desigualdade da mulher, que sem a igualdade entre homens e mulheres a democracia fica extremamente comprometida. Essa desigualdade tem mudado ao longo do tempo, graças à ação de muitas mulheres visíveis e invisíveis. E a outra área foi a sustentabilidade, do meio ambiente, tenho inúmeras leis aprovadas que valorizam a questão da sustentabilidade, não só ambiental, mas econômica e social. Esses temas impactam muito na vida das pessoas.

Então eu fui presidir esse comitê, e fiquei extremamente feliz porque conseguimos fazer um trabalho importante, conseguimos deixar um produto também na época, um Plano de Logística Sustentável para os Tribunais de Contas. Quando eu assumi o Tribunal de Contas do Piauí, acabei sendo conhecida como a “Lilian do Instituto Rui Barbosa”.

O IRB tem contribuído muito para o aprimoramento dos Tribunais, especialmente da parte das lideranças. Os líderes são espelho para todos nós, se você tiver um bom líder acaba acompanhando suas

orientações, defendendo suas causas, porque mais facilmente acredita nelas. Ao longo do tempo o IRB teve excelentes presidentes, mas é óbvio que ninguém faz nada sozinho, esse é um trabalho coletivo, e eu faço questão de destacar o trabalho dos vice-presidentes, dos conselhos, dos comitês, dos assessores, a exemplo do nosso querido Juraci Muniz e tantos outros que já passaram pelo Instituto.

Nunca deixei de fazer nada na minha vida por razões menores. E essa foi uma visão que, agora como presidente, implantei. Sempre tive uma relação muito boa com os servidores, com todo mundo, com toda equipe. Volto a falar da importância desse trabalho coletivo: “Gente, vamos começar!” “Ah não tem isso...” “Mas nós vamos começar”, e a partir deste momento, a tomada de atitude começa a ser um indicativo de que as coisas vão acontecer. A responsabilidade tem que vir na frente, claro, mas a iniciativa de fazer as coisas acontecerem, é muito importante para legitimar o papel do líder.

O primeiro legado do comitê é o Plano de Logística Sustentável, que construímos coletivamente. Eu sou encantada com o exemplo que o IRB tem dado para o país e para os Tribunais de Contas. Acompanho desde a gestão do conselheiro Sebastião Helvecio, do conselheiro Ivan Bonilha também, e hoje nós estamos aí com o conselheiro Edilberto, que é uma pessoa que eu admiro, que me inspira. Eu fico impressionada com a capacidade de trabalho dele, é uma pessoa diferenciada. Com ele eu assumi o Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional, e me senti extremamente orgulhosa de ter tido meu nome escolhido,

pois esse comitê congrega todas as Escolas de Contas do país, que são órgãos vitais do sistema. Estamos conseguindo desenvolver um grande trabalho no IRB, e ressalto aqui o apoio recebido do meu Tribunal de Contas. Tenho total e irrestrito apoio.

Meu Tribunal tem 132 anos. É o segundo mais antigo do país, atrás apenas do Tribunal de Contas da União. Mas, por mais de um século nós fizemos o quê: controle de legalidade. Foi muito bom enquanto durou, isso é fundamental e que continue. Mas as coisas mudam, o tempo muda, mas nós podemos fazer muito mais. Especialmente após a Emenda 19 de 1998, que adotou o Princípio da Eficiência, nós podemos enveredar por outro caminho. O trabalho do Tribunal precisa mudar a vida das pessoas. A população não quer mais saber se fulano ou sicrano foi multado. Ela quer saber se está tendo atendimento de saúde de qualidade, se tem escola, educação para os seus filhos, se o lixo está sendo mal destinado para a sua criança não adoecer, é isso que a população quer efetivamente.

O IRB, em um bom momento eu diria, abriu os olhos para dos Tribunais de Contas nos dando subsídio para que pudéssemos também atuar de maneira diferente, mais na linha da avaliação das políticas públicas. Hoje existe uma movimentação muito grande na atualização e capacitação dos servidores, gestores ou jurisdicionados. Com os inúmeros comitês que o IRB tem hoje, há uma intensa movimentação em curso no seio do Tribunal de Contas, e isso é uma coisa que não tem volta. O IRB tem dado essa guinada de

exemplo, de demonstração, de participação, de conhecimento, essa aproximação com a academia. Na minha gestão fizemos um convênio com a Universidade Federal do Piauí, de mestrado, doutorado, isso para falar da parte dos estudos em si, mas a parte de tecnologia da informação, um trabalho muito grande integrado ao Tribunal de Contas, isso já anterior à minha gestão. Enfim, esse momento está borbulhando, é um momento efervescente.

Eu me sinto privilegiada de poder estar próxima ao IRB. Fico muito feliz de nesse momento ter tido a possibilidade de dizer que me sinto meio trapezista no processo todo, no sentido de ter “pulado” dentro de um contexto múltiplo, que inclui a área da saúde, do Direito e da política. Eu me sinto uma pessoa privilegiada, e ainda sedenta de conhecimento e de participação. Às vezes não dou conta, e fico “louca” porque não consigo acompanhar tudo que acontece dentro do Instituto.

A chegada do presidente Edilberto foi crucial para esse novo momento que vivemos nos Tribunais de Contas. O futuro que está reservado ao IRB é virtuoso. Disso não tenho dúvida.

REGINALDO PARNOW ENNES

Eu sou natural do Rio Grande do Sul, mas passei 12 anos no Amapá. A minha trajetória até aqui tem muitas das experiências vividas no IRB e nos Tribunais de Contas. Eu sou servidor público desde 1998, entrei extremamente novo, com pouco menos de 19 anos. Tudo começa no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a minha cidade natal.

Como concursado, fui Diretor de Contas de Contrato do Município. E é interessante falar disso porque a administração pública sempre foi um tema muito relevante na minha vida, na minha formação acadêmica também. Eu recorri muitas vezes aos trabalhos publicados pelo IRB, especialmente os relacionados à administração pública.

No curso de Direito eu percebi que algumas pessoas acabam se levando para o Direito Civil, outras para o Direito Penal. Eu fiz

Reginaldo Parnow Ennes



Direito na Universidade de Cruz Alta, que é focada no agronegócio, e naquele momento, mesmo dentro da Universidade, eu já me enveredei pela administração pública, que sempre foi algo muito forte na minha vida.

Com o tempo eu comecei a gostar muito do Direito Público, pois eu entendia que Direito Civil, Direito Penal, não era o que me abastecia para o dia a dia. A minha graduação toda foi nessa perspectiva, antes de me graduar eu já era servidor público do município de Santa Maria, e já atuava como assessor da Secretaria de Finanças. Logo quando me formei participei da elaboração do novo Plano Diretor do município. O próximo passo foi ingressar no mestrado em Direito Social e Políticas Públicas, quando foquei na temática do desenvolvimento sustentável.

Enquanto eu estava no mestrado, segui trabalhando como Diretor de Contas de Extrações e Contratos do Município. Eu também dava aula de Direito Constitucional Administrativo em cursos preparatórios para concurso. Em 2005, inclusive, eu abri meu próprio cursinho. Em 2007 eu fiz concurso para Procurador de Município de Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre, cidade que por muitos anos foi a capital do calçado, talvez uma das mais importantes do mundo em calçado feminino nos anos 1990.

Ingressei como procurador no município de lá, mas eu sempre voltava para área administrativa, tratava das improbidades administrativas e das ações populares. Em 2010, o prefeito me convidou para ser o primeiro

Procurador Geral do Município. Como procurador atuei muito nas questões de políticas públicas, tive vários enfrentamentos na regularização fundiária, de 2010 a 2012, mas também em projetos estruturantes, na área de saúde, educação e saneamento. Ainda como procurador eu decidi fazer um concurso do Ministério Público de Contas. Só que é um concurso que abre vagas muito esporadicamente, são extremamente limitadas. Fiz concurso em vários Estados. E um ano e meio depois eu fui chamado para assumir o Ministério Público de Contas do Amapá.

A função do Ministério Público de Contas era muito desafiadora na época, muito diferente da experiência que eu vivenciara até então. Mas eu ficaria pouco tempo ali, pois dois meses depois a Dra. Margarete Salomão de Santana Ferreira, que fora a primeira presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, veio a falecer. E a vaga surgida deveria ser dada ao Ministério Público de Contas. Mas na época eu não tinha idade para assumir, estava com apenas 33 anos. A vaga ficou em aberto até maio de 2013, quando eu completei 35 anos, e, após todos os trâmites, assumi o cargo em dezembro, me tornando assim o mais novo conselheiro do Brasil.

Assumi como vice-presidente, e logo depois virei Ouvidor. O Instituto Rui Barbosa desde o primeiro momento esteve ao meu lado, me alimentando de informações relevantes. A partir de 2013, como Conselheiro, começo a atuar na função de julgador, e percebo que em nenhuma situação eu posso dizer que tal saída está errada ou certa, mas que pode ser mais ou menos apropriada,

dependendo das circunstâncias. A sociedade evolui muito na busca por resultados, pela efetividade, mesmo com alguns percalços, alguns erros, e acho que é isso que faz com que nós sejamos uma sociedade melhor.

Eu passei 33 anos de vida morando no Rio Grande do Sul, e nesses últimos doze anos vivi no Amapá, onde aprendi muito com a cultura do Norte, com o povo do Norte, sua forma de viver, sua simplicidade, e que a vida não precisa ser muito complexa, as pessoas conseguem sobreviver muito bem na sua forma simples e autêntica de viver. Isso acabou de certa forma aprofundando o meu amor pelas políticas públicas, a gente tem uma população simples que precisa ser assistida pelo poder público, e aí a gente começa a perceber que o poder público também assiste à sociedade, mas ele precisa assistir de acordo com o que a sociedade necessita, por que muitas das políticas públicas não são voltadas para o Norte do país. São mais voltadas para o Sul e para o Sudeste.

A gente percebe claramente que há um certo entrave na esfera federal, por não compreender o quanto o Norte merece ser olhado com olhos diferentes pelo resto do país. E, a partir de todas essas circunstâncias, começa essa vivência essa busca dessas definições. Nos últimos 4 anos, como ouvidor do Tribunal, entendi que é muito importante compreender as necessidades reais das pessoas, pois às vezes nós queremos levar uma política pública X, só que a pessoa não precisa dela, mas de algo diferente.

Numa tentativa de reverter esse distanciamento da realidade, a gente fez um programa em que vamos nas comunidades do interior e nos bairros periféricos para ouvir as necessidades da população, porque a capital já é bem assistida, mas os bairros periféricos do interior do Estado têm uma população que precisa ser ouvida, ser assistida, e que muitas vezes o país nem reconhece que existe. Por exemplo, tem um município aqui no interior do Estado, cujo gestor era “catraieiro” (que atravessa as pessoas de uma ponta a outra do rio a bordo de uma catraia, uma espécie de barco), e ele acabou sendo eleito prefeito. E ele é legitimado para isso, não precisa ter conhecimento técnico, mas ao mesmo tempo em que ele assume, vai ter que entender e aprender um pouco mais do conhecimento técnico, e nós temos que ajudá-lo nesse processo de aprendizagem sobre a gestão do município.

E aqui volto o meu olhar para o IRB, que tem um papel muito importante nos Tribunais de Contas, porque ele consegue agregar e qualificar o que os Tribunais têm de melhor, que é o seu corpo técnico. Ademais, ele é uma esfera neutra, onde os servidores dos Tribunais de Contas têm liberdade para atuar, para se desenvolver e pensar o que seria melhor para as políticas públicas. O IRB é um espaço que eu acho vital, porque ele congrega o Tribunal de Contas como um todo, ele não é apenas os Conselheiros, ele é muito mais do que isso, muito mais do que as autoridades que perpassam por esses órgãos. Ele é também os servidores. O que eu acho mais gratificante de tudo, é a gente ver esses servidores de todos os Tribunais de Contas apaixonados por atuarem dentro do IRB. Porque ali, naquele ambiente, eles têm

a liberdade de pensar, o que eles irão querer que melhore, e dialogar sobre quais os melhores caminhos a seguir.

O IRB é fundamental e estratégico neste momento em que nós estamos pensando um novo futuro para o controle. A gente não pensa mais no controle de “cumpricidade”, olhando se o gestor cumpriu ou não cumpriu a lei. Claro que isso segue sendo necessário, mas nós queremos avançar mais, precisamos discutir não só a avaliação de políticas públicas, mas discutir o que poderia ser melhor, e auxiliar o gestor e o parlamento a desenvolver políticas públicas mais coerentes com as reais necessidades da população.

O IRB no futuro será ainda mais essencial para consolidar esta perspectiva que a gente tem de uma nova visão de Controle. Um Controle que saia das nossas salas e de uma certa forma interaja com a sociedade. O Instituto tem que se aprofundar mais nessa questão de ser um campo neutro, mas necessário para todos no âmbito da discussão, isso é fundamental.

CEZAR MIOLA

Eu sou conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, há pouco mais de 15 anos, mas estou no TCE gaúcho há mais de 31 anos. E sou servidor público há mais de 41 anos, onde ingressei muito cedo, mal tinha completado 17 anos.

Sou natural de uma cidade que hoje tem a condição de município autônomo, era um distrito chamado São João da Urtiga, que fica no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Iniciei os meus estudos em uma escola rural. Aliás, na comunidade onde eu nasci não tinha energia elétrica em casa, então a família mudou para um lugarejo um pouco maior, para que tivéssemos acesso a energia elétrica e escola, que era uma das preocupações sobretudo da minha mãe.

Venho de uma família numerosa, somos dez irmãos, meu pai e minha mãe eram pequenos agricultores, minha mãe costureira também.

Cezar Miola



Meu pai foi expedicionário, lutou na Segunda Guerra Mundial, foi soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Ele sempre foi muito cuidadoso em respeito aos valores, às instituições. Minha mãe é filha de um antigo professor primário rural, que na época, os primórdios do século XX, não tinha nem vínculo formal com a rede pública.

Eu cursei ensino técnico federal, sou técnico em agropecuária, embora praticamente não tenha atuado como. Mas aquele foi um período muito rico de experiências, especialmente por estudar em regime de internato, onde tive a oportunidade de ter uma formação de boa qualidade e conviver com pessoas muito diferentes. Éramos mais de 300 alunos internos, filhos de famílias de várias regiões.

Quando concluí o curso fui convidado para trabalhar na Prefeitura do Município. Assim eu me tornei uma espécie de oficial de gabinete aos 17 anos de idade. Em seguida, cursei a faculdade de Direito, em uma cidade próxima. Antes de me formar em Direito, acabei fazendo também a Faculdade de Educação, e só depois concluí os estudos em Direito. E na sequência eu fiz uma especialização em Processo Civil. Essa múltipla visão me ajudou muito ao longo da minha vida.

Em 1988, deixei a prefeitura e voltei para a minha cidade natal, São João da Urtiga, para ajudar a instalar o novo município, a plantar suas bases administrativas. Fui o primeiro servidor da prefeitura, era uma espécie de faz tudo, oficial do gabinete, secretário da Educação, secretário da Fazenda.

No dia 28 de fevereiro de 1992, eu assumi o cargo de Auditor de Controle Externo, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que tinha oito unidades no interior do Estado, fui lotado em Passo Fundo, onde fiquei até o final de 1996, quando fui para Porto Alegre, exercer uma função de assessoramento superior na Unidade Técnica do Controle Externo, como Superintendente de Controle Externo.

Em 1998 foi aberto o primeiro concurso da história do Tribunal para a carreira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Era apenas uma vaga. Passei, e no dia 4 de dezembro de 1998, tomei posse como o primeiro procurador do Ministério Público de Contas do TCE do meu estado. Em julho de 2000 eu já era Procurador Geral, cargo que ocupei até me tornar Conselheiro em abril de 2008.

O Controle Externo tem uma capacidade transformadora na vida das pessoas. Temos uma capacidade indutora com garantias constitucionais muito robustas. Todas as prerrogativas que o Ministério Público de Contas tem em relação ao Ministério Público Tradicional, nos dá possibilidades e ao mesmo tempo nos impõe um dever muito grande de agir pela concretização dos direitos fundamentais. No Direito a gente emprega muito, dever-poder, poder-dever, nós temos um dever-poder e um poder-dever de trabalhar pela concretização dos direitos fundamentais por esse viés do controle. E algo que talvez só nós tenhamos expertise, ou musculatura funcional para fazer, que é o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, algo que tem nos atraído cada vez mais.

Em 2008, eu ingressei no Conselho do TCE do Rio Grande do Sul, e em 2011 assumi a presidência. Eu passei a ter uma convivência mais direta com o IRB durante a gestão do Conselheiro Sebastião Helvecio, uma liderança destacada no sistema, muito culto, muito preparado. Em 2016, houve um grande acordo de cooperação entre a ATRICON, IRB, Ministério da Educação e FNDE, para que os Tribunais de Contas, fossem agentes indutores de ações no sistema de controle externo, em prol da política pública de educação com foco no Plano Nacional da Educação. Ali foi criado um grupo de trabalho e eu assumi a coordenação desse grupo. Com a investidura do Conselheiro Ivan Bonilha, foi constituído o Comitê Técnico da Educação, e pelas normativas do IRB eu assumi a presidência. Nós fizemos um movimento grande, procurando despertar os Tribunais de Contas para essa atuação.

A norma própria da Educação nasceu lá em 2015, eu ajudei a construir aquela resolução, e até hoje é a baliza para os Tribunais de Contas exercerem a fiscalização da política pública da Educação. O comitê teve um protagonismo muito grande nesse período e continua tendo, no sentido de auxiliar os Tribunais com estudos técnicos, pesquisas, levantamento de boas práticas. Em 2018, 2019, concluímos uma grande análise das redes de ensino fundamental do Brasil, mantidas pelos municípios, queríamos mostrar para o país, não só para os Tribunais de Contas, o que nós denominamos “o que dá certo em Educação”. O foco era o ensino fundamental das Redes Públicas Municipais. E temos ali uma espécie de roteiro, guia básico, que nós identificamos, seja no Estado do Ceará, em Pernambuco,

no Rio Grande, no Acre, as escolas que têm um determinado nível de desempenho, seguem mais ou menos o mesmo receituário, independente da região. Esse estudo está disponível na Internet, chama-se “A Educação que faz a diferença”, é fruto de uma parceria do IRB com o Instituto “Interdisciplinaridade em Evidências do Debate Educacional”, que trabalha basicamente com evidências.

O Comitê da Educação do IRB, junto com a ATRICON, contribuiu para aliviar um pouco aquele tensionamento e as angústias, por exemplo, contrato de transporte escolar e para fornecimento de alimentação escolar, no período da pandemia. Naquele momento era tudo muito difícil, nós mesmos tínhamos certas angústias e bancamos certas posições, e justiça se faça aos Tribunais de Contas. Inúmeras notas técnicas, recomendatórias que o comitê emitiu foram essenciais. Naquele período de transição também lançamos uma cartilha em parceria com a UNICEF, chamada “Todos na Escola”.

Cristovam Buarque dizia assim, “o destino da criança no Brasil está ditado pelo CEP ou pelo CPF”. O CEP refere-se ao lugar onde nasce, porque que no meu Estado a criança que nasce em Carlos Barbosa, na região da serra, onde fica a sede da Tramontina, é uma bem-aventurada, mas a criança que nasce do lado de Porto Alegre, em Alvorada, tende a padecer. Lá em Carlos Barbosa ninguém deve estar procurando creche. Aqui em Alvorada sabe qual é a taxa de atendimento em creche das crianças de 0 a 3 anos? Menos de 10% das famílias das crianças são atendidas, exatamente as que mais precisam.

Os Tribunais de Contas brasileiros terem, há 50 anos, se preocupado em criar um organismo, uma entidade com esse escopo, que se mantém ao longo do tempo, voltado para a qualidade, a melhoria, é algo memorável. O que o Instituto vem fazendo ao longo desse período para a melhoria do sistema dos Tribunais de Contas no Brasil, merece todo o nosso aplauso. Eu vejo o Instituto Rui Barbosa como um agente essencial para esse compromisso todo que eu mencionava, do controle externo não ser apenas fiscalizador, fiscalizar é nosso papel, controlar é nosso papel, mas geralmente a gente ouve: “antes dos Tribunais fiscalizarem ou sancionarem deveriam orientar.”

Há espaços para todas essas funções do Tribunal de Contas, agora a nossa raiz, a nossa gênese, é ser os olhos da sociedade, em relação ao que acontece na administração pública, nós fomos criados para cumprir esse papel. Nós podemos e devemos cumprir outras missões, sim. Podemos porque temos expertise técnica, capacidade operacional e compromisso com a democracia e com a República. E devemos porque manejamos recursos públicos. Então, todo esse acervo, toda essa expertise, não pode ficar encapsulado em nós mesmos.

O IRB ao olhar para essa dimensão que eu chamo muito de qualitativa, fomenta, estimula a atuação dos Tribunais de Contas, e oferece suporte, seja através dos seus comitês técnicos, das capacitações ou das Escolas de Contas. Eu vejo o IRB importantíssimo para o Sistema de Tribunais de Contas no Brasil, para uma atuação de natureza qualitativa, que não se limite a verificar a legalidade restrita.

ANTÔNIO GILBERTO DE OLIVEIRA JALES

Eu sou sertanejo, carrego comigo o DNA do sertão, de luta, de garra e fazendo de cada dificuldade um trampolim. Não costumo reclamar da vida a não ser das oportunidades perdidas. Então aprendi a admirar o homem do sertão, aquele que cava o chão para tirar água. Eu tenho uma ligação muito forte com isso, uma trajetória de vida que me dignifica. Precisei sair de casa aos seis anos para estudar. Depois fui para Mossoró, terra que eu aprendi a admirar. Eu sou natural de Messias Targino, no interior do Rio Grande do Norte, onde estão minhas raízes. Morei em Mossoró muito tempo e daí fui para Fortaleza, pois era o caminho que se fazia com estudantes que terminavam os estudos secundários, na época chamado de científico. Fiz meu ensino básico numa escola do Estado, que na época era modelo, mas sob direção de uma entidade católica. Depois fui para o colégio Diocesano Santa Luzia, muito tradicional, que hoje tem 123 anos de existência. Na capital cearense eu me graduei em Geologia pela

Antônio Gilberto de Oliveira Jales



Universidade de Fortaleza. Mais raízes no chão, não só no solo, no subsolo também. Depois me graduei na área de educação ambiental e de gestão pública.

Quando voltei para Mossoró fui Secretário do Município durante 12 anos ininterruptos. Fiz na UFESA (Universidade Federal Rural do Semiárido) o meu mestrado. Depois tive a oportunidade de estar à frente de duas Secretarias, uma ligada à área fundiária e a outra ao meio ambiente e recursos hídricos. Presidi também o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Fui membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos.

Em 2013, fui convidado para o Tribunal de Contas, tomei posse no dia 8 de maio. Eu me considero uma pessoa meio irrequieta e acho que a gente tem que ser, dizem que sou poeta, não sou, apenas rabisco umas coisas que o coração traz para a mente, e às vezes, quando chega à mão, eu escrevo. Também costumo dizer que “onde a gente chega tem que desarrumar a mala”. Não dá para dizer que em nenhum lugar por onde eu passei foi temporário, pelo contrário, eu chegava, desarrumava a mala, e ali me entregava de corpo e alma. E assim fiz ao chegar no Tribunal de Contas.

Logo tomei conhecimento da ATRICON e do Instituto Rui Barbosa. Tive grandes professores no meu Tribunal, o decano conselheiro Tarcísio Costa, a Conselheira Ana Paula de Oliveira Gomes, a Conselheira Maria Délia, que foram me apresentando essas

instituições. Me aproximei mais quando o professor Sebastião Helvecio assumiu a presidência do IRB. Na época fiquei como “neófito”, mas de vez em quando sinalizava: “olha, estou presente, estou aqui!”. Eu costumo dizer de uma forma bem espontânea, “se precisar descarregar um caminhão de telha, contem comigo”.

Quando o Sebastião Helvecio criou, na época, as Jornadas Científicas do IRB, o nosso Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte teve a honra de receber a primeira edição. Nosso Tribunal tinha acabado de fazer uma auditoria na área de saúde, coordenada nos Hospitais Gerais do Estado, tinha levantado tapete, e mostrado muita coisa. E eu trouxe essa temática para a Jornada Científica. Lembro de ter dito algo assim: “olhe, esse trabalho é importante para o Brasil, que todo mundo tome conhecimento.” E a partir daí todos os Tribunais dos Estados Brasileiros foram visitados, assuntos foram debatidos e o IRB conseguiu dar visibilidade a esse trabalho.

Ao mesmo tempo, começa-se a criar no IRB os chamados Grupos Técnicos, e um desses grupos técnicos começou a estudar as Normas Internacionais de Auditoria. Cada Tribunal de Contas auditava de um jeito diferente, cada um com seu jeito, sem uniformidade e o IRB foi buscar um modelo por meio do INTOSAI que é o órgão internacional dos Tribunais, traduziu e adaptou à nossa realidade. Isso foi um trabalho fantástico que o Instituto Rui Barbosa fez, talvez seja a maior contribuição que o Instituto deu aos Tribunais de Contas, só isso já valeria a pena todo o esforço desses cinquenta anos.

O Instituto Rui Barbosa hoje, é reconhecido junto à entidades que cuidam dos Tribunais de Contas da América Latina e Caribe, a EURORAI⁴⁵, a Comunidade de Língua Portuguesa, está sempre promovendo intercâmbio, participando de eventos internacionais. Nós tivemos ainda na gestão do professor Helvecio o I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, também um evento marcante, e que tem tido continuidade.

Em 2017, assumiu o Conselheiro Ivan Bonilha, do Paraná, que também fez um belíssimo trabalho à frente do IRB, trazendo uma coisa interessante, a criação dos Comitês Técnicos, que deram uma nova forma de pensar as ações e estudos dos Tribunais. Desde então, temas que passam a ser importantes no cenário da administração pública brasileira começam a ser estudados mais detalhadamente nesses comitês. Por exemplo, nós temos um Comitê Técnico de Concessões de Parcerias Público-Privadas e Privatizações, um tema relativamente novo na Administração Pública. Hoje os eventos técnicos do Instituto são tocados sempre em parceria com esses Comitês. A pedido do Ivan Bonilha, eu passei a presidir o Comitê Técnico de Corregedorias e Ouvidorias e Controle Social. Fato é que nós tivemos um avanço, então os quatro anos do Conselheiro Ivan Bonilha.

45. A EURORAI é um projeto de cooperação entre organismos de controle do setor público na Europa, que facilita a troca de experiências e permite avançar na área comum de controle financeiro do setor público regional e local, com o objetivo de garantir uma melhor utilização dos fundos públicos.

Em 2021, foi o eleito o conselheiro Edilberto Pontes, que dispensa comentários, um catedrático, com muita competência, apaixonado pelos temas acadêmicos, e deu um caráter de mais profundidade científica e técnica ao IRB, qualificando as publicações, otimizando, estimulando o caráter científico, realizando estudos aprofundados, acerca de todas as temáticas, e em uma interação muito bonita, muito importante, com todas as demais Instituições.

Esses Comitês Técnicos trouxeram para o Instituto, o poder de ter estudos permanentes e aprofundados sobre diferentes e atuais temas. Para nós, que somos membros dos Tribunais de Contas, conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores, não é nenhuma admiração ter a dedicação a esses órgãos. Mas o que mais encanta é a dedicação dos servidores dos Tribunais de Contas a essas instituições. Há uma verdadeira devoção ao trabalho desses comitês, algo que traz uma energia muito grande para quem está à frente, e essas pessoas não recebem um centavo a mais, do que recebe por estar fazendo o seu trabalho no Tribunal, mas se dedicam de corpo e alma, ao trabalho desses comitês.

Tudo o que o IRB tem recebido de apoio, estímulo, investimento, tem devolvido em dobro aos Tribunais. Seja na forma de ânimo novo, conhecimento, eventos, cursos, normas técnicas, publicações, enfim, uma gama de entregas que nos motiva a estar junto.

Portanto, são cinquenta anos de muito trabalho. E não poderia ter um nome diferente do que tem. Não é por acaso que tem tido o

reconhecimento internacional por sua atuação. O IRB tem um respeito grande da academia, dos Tribunais de Contas, e ganha cada vez mais respeito das Instituições Brasileiras, inclusive do Congresso Nacional.

Eu diria que o IRB é uma espécie de “grande bateria de conhecimento”, que acumula todo esse conhecimento, vindo de todos os recantos e ao mesmo tempo disponibiliza essa energia para todos os que o procuram.

Quando o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte humildemente deposita algum conhecimento no IRB ele ao mesmo tempo, está sendo indutor de uma energia gigantesca de conhecimento e atuação para o dia a dia dos Tribunais de Contas.

Celebrar 50 anos do Instituto Rui Barbosa é celebrar a cidadania, é celebrar o controle social, é celebrar a boa gestão pública, celebrar a governança, celebrar a democracia, celebrar o fortalecimento do conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil.

CARLOS DA COSTA PINTO NEVES FILHO

Eu sou formado em Direito, sou advogado há 20 anos, e estou há 4 anos no Tribunal de Contas como Conselheiro. Eu tinha sido advogado do Governador de Pernambuco em suas campanhas eleitorais, minha área de atuação era Direito Eleitoral e Direito Administrativo, em razão disso, de forma até curiosa, não criei qualquer expectativa de que eu seria escolhido, mas acabei sendo.

A minha ligação, não com o Instituto, mas com o próprio Rui Barbosa, é histórica, porque o meu avô foi presidente da OAB, ganhou a medalha Rui Barbosa, viveu até os 100 anos. Uma vida longínqua, teve 12 filhos e eu fui o primeiro neto dele a se formar em Direito. Venho de uma família de advogados, e quando chegou na minha geração, o meu avô teve a oportunidade ainda de me ver advogando, e isso teve uma influência muito forte em minha postura profissional.

Carlos da Costa Pinto Neves Filho



Eu me formei e fiz mestrado em Portugal, passei dois anos na Faculdade de Direito de Lisboa. Eu cheguei lá sem saber muito bem o que fazer, e foquei em acompanhar um professor que era referência, Jorge Miranda. Ele tinha sido constituinte durante a redemocratização portuguesa, na Revolução dos Cravos, uma pessoa diferenciada, era muito ligado ao Brasil, e que me ajudou muito.

Quando eu fui chamado pelo Governador para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, fiquei surpreso, nunca tinha projetado isso na minha carreira, nem para a minha vida, nem para a minha família. Mas o convite foi quase uma intimação, um cargo público de relevância, a escolha do Governador, não podia recusar.

Assumi a missão. Entrei no sistema como eu entro na minha vida, integralmente. Deixei o escritório, deixei a carteira da OAB, o Conselho Federal da OAB, e me dediquei só ao Tribunal. O primeiro contato que eu tive com o IRB, com a ATRICON, foi no congresso em Foz do Iguaçu, e me encantei. Quando eu vi a organização do evento, aquele debate acadêmico e prático ao mesmo tempo, mas profundo, eu disse, “eu preciso participar disso”. Eu gosto dessa coisa associativa, da possibilidade de colaborar, de aprender junto. Nosso trabalho já não é fácil, e fazer sozinho torna-o mais difícil ainda. Virar a chave para ser Juiz, ser julgador, é um processo, e eu fui aprendendo, e com a pandemia eu peguei uma carga muito grande de processos na área de saúde, e foi muito pesado, muito intenso, mesmo com restrições de reunião, sessões virtuais, mas também foi um momento para eu me fortalecer como julgador.

Já associado à ATRICON, quando veio a pandemia eu fui chamado para ser da Diretoria de Controle Externo e do Fomento ao Controle Externo. Isso para mim já foi interessantíssimo, até que recebi do presidente Cezar Miola o convite para cuidar da Rede de Infocontas. Eu não conhecia a matéria, mas logo comecei a estudar e entender um pouco qual era a minha função, o que significava essa mediação com a chamada Alta Gestão dos Conselhos dos Tribunais. Assim fui aprendendo, convivendo e vendo que as mudanças trazidas pela tecnologia passaram a ser fundamentais para os Tribunais. Hoje a inteligência na verdade é a inteligência de dados, ela faz análise de dados, análise preditiva, ou seja, antecipa situações para os julgadores, para os auditores, isso pode ser muito utilizado para as transformações que nós estamos passando, aí na minha inquietude mesmo, apesar de não ser da tecnologia, comecei a me interessar por essa questão, querendo enxergar como seria o Tribunal do futuro.

E nesse debate eu fui vendo que a gente tem um elemento de trabalho que pode ser o gancho para a transformação, que são justamente os dados, a existência de um volume muito grande de dados sob a confiança dos Tribunais, e que muitas vezes a gente não faz uma leitura adequada, não tem o cuidado de entender o que eles têm para nos dizer. Aquilo começou a me mostrar que ali podia estar a transformação. A gente é o grande repositório de dados públicos, temos condição de fazer levantamentos, análises, antes mesmo de acontecer os fatos, com uso da inteligência artificial. Eu comecei a rever o meu papel como Julgador e como alguém que pode fomentar esse debate.

O Presidente Edilberto me convidou para coordenar o comitê de Governança, Segurança e Tecnologia dos Tribunais de Contas, que é formado por Diretores de Tecnologia dos Tribunais, auditores que comandam a tecnologia. Os 33 Tribunais se reúnem neste comitê do IRB, de forma orgânica, e funcionam muito bem, mas muitas vezes precisam de apoio para levar aquela matéria importante, colocá-la na mesa daqueles que dirigem as casas.

Nenhuma organização pode achar que está sendo protegida pela previsão constitucional, tem que garantir legitimidade por aproximação com a população, uma validação de nossos valores, não só dizer à população, mas ter certeza de que a gente faz bem-feito, que as pessoas saibam que a gente faz bem-feito. É um processo difícil esse de ganhar relevância, você também tem que se abrir mais, ouvir a população.

Eu digo brincando que se fecharem o Tribunal não vai ninguém para a rua. Se fechar o Ministério Público todo mundo vai com a plaquinha “não pode fechar”. Eles ganharam relevância com essa aproximação com a população. A gente não soube se colocar, ou não quis se colocar, preferiu ficar ali escondido, achando que era melhor fazer o trabalho e seguir em frente. Sei que é difícil explicar o que é um Tribunal de Contas, mas esse é um desafio que precisa ser enfrentado. E com a participação do IRB, eu acho que a gente tem como pensar uma nova forma de comunicação.

Eu fiz um evento aqui em Recife, trouxe quase todos os Diretores de Tecnologia dos Tribunais para compartilhar experiências exitosas. O

TCU fez um contrato com uma ferramenta parecida com o ChatGPT que foi apresentado no encontro, discutindo o uso da inteligência artificial no TCU, para leitura de dados, resumo de votos longos, o trabalho que já estava sendo feito no TCU. Cada experiência exitosa de cada Tribunal foi apresentada. Aproveitando o fato de Pernambuco ter um Porto Digital, o maior locus de fomento da tecnologia do país, eu trouxe o Pierre Lucena para explicar como funciona essa questão de academia, universidade, empresas.

Na ocasião o Fernando Sodré fez a seguinte colocação: “Se juntasse todos os Tribunais de Contas do país, e somassem o que vocês gastam em tecnologia, que é algo em torno de 4 a 5% do orçamento, vocês estariam entre as dez empresas de tecnologia do Brasil que mais investem nesse setor. Deixem de comprar separado e passem a comprar juntos”.

O IRB é o fórum ideal para a construção de uma nova visão de futuro do Tribunal de Contas no Brasil. Ele tem essa função, e o Edilberto está sempre trazendo algo novo, como o curso de Estudos Avançados, que está colocando os Conselheiros para pensar fora da caixinha, do dia a dia, fora do tradicional, relendo temas como Lei de Licitação, Processo de Tribunal de Contas, Direito Administrativo, com um olhar renovado.

Eu vim para o Tribunal com 45 anos e vou ficar até os 75 se Deus permitir. Um projeto de vida de 30 anos, eu não posso me

acomodar achando que daqui a 20 anos será do mesmo jeito. A função do Tribunal vai estar igual? Eu acho que a gente precisa pensar, todo mundo, e o IRB é um lugar para se debater onde nós vamos estar no futuro, qual a relevância da gente daqui há alguns anos.

Está mais que na hora de sair da curva e deixar a população perceber que a gente pode melhorar aquela política, que ainda falta muito para o Brasil entregar a cada pessoa o que é previsto pela Constituição. A gente pode sim melhorar a qualidade de vida da população, é parte da nossa missão.

Não é um processo fácil, mas precisamos acreditar que somos capazes de mudar essa realidade. O Tribunal tem ferramentas para isso, e o Instituto Rui Barbosa é a mais relevante delas.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Eu sou mineira, nasci em Belo Horizonte, mas passei minha infância toda numa cidade pequena do interior. E tudo que a gente estuda contribui para formar o que a gente é. Eu fiz o Magistério Normal, e isso acabou me influenciando, gosto muito de educação. Em seguida, eu fiz Administração de Empresas na Universidade Federal de Viçosa. Em seguida fiz o mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um curso muito voltado à análise financeira dos pequenos negócios.

Depois disso eu me casei e fui morar no Espírito Santo, onde fui professora efetiva da Universidade Federal. Aí resolvi fazer concurso para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Passei e permaneci lá de 1995 até 2006, atuando na parte de fiscalização. Depois eu me mudei para São Paulo, e aqui não tem essa coisa de transferência, não consegui ser transferida do Tribunal do Espírito

Cristiana de Castro Moraes



Santo para cá. Fiz concurso para a Procuradoria do Estado de São Paulo, eu fui aprovada. Logo depois surgiu o concurso do Tribunal de Contas do Estado para auditor, substituto de Conselheiro.

Fiz o concurso e tomei posse em maio de 2011. No ano seguinte abriu uma vaga de Conselheiro, e segundo o Supremo essa vaga era dos auditores. Assim, em menos de um ano eu já era Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Eu sou a primeira auditora, a primeira mulher que é Conselheira do Tribunal de Contas de São Paulo, essa entidade centenária. Aliás, eu sou a primeira e única mulher aqui. Já estou no Tribunal há 11 anos, e nesse período eu fui duas vezes Presidente, em 2015 e em 2021. E no Instituto Rui Barbosa eu participei de duas gestões.

Eu tinha um Conselheiro aqui no Tribunal de Contas há um tempo que falava assim: “Tribunal de Contas, esse ilustre desconhecido!” Porque é de fato desconhecido da população. Mas eu acho que hoje em dia o Tribunal está mais próximo da população, um exemplo disso são as fiscalizações ordenadas. São temas que a gente escolhe, por exemplo, transporte escolar, e vai analisar se os transportes estão pegando as crianças no lugar adequado, se o ônibus está em boas condições, todas essas questões.

Esse ano a gente fez uma ordenada nacional. Todos os Estados foram pelo menos em uma escola para ver como estavam as condições,

questões estruturais, e essa ação saiu no Jornal Nacional, repercutiu bastante. Saber usar a inteligência na comunicação é fundamental para a visibilidade dos Tribunais.

Mas é fato que a gente precisa de uma comunicação capaz de mostrar o impacto das nossas ações na vida do cidadão. E acho que o IRB está tentando fazer isso. Internamente a gente produz relatórios muito técnicos, e precisamos transformar isso em uma linguagem mais acessível, de um jeito que ele possa ser mais bem aproveitado pelo gestor no aprimoramento de sua gestão.

Quando o IRB nasceu, a ideia era de fortalecer os Tribunais de Contas, aprimorar o controle externo, ser a Casa do Conhecimento. E ao longo do tempo ele foi experimentando importantes evoluções, tanto na parte tecnológica quanto organizacional. O IRB avançou muito na parte de orientação, com as Escolas de Contas, e hoje ele está pendendo para área de políticas públicas. Hoje o IRB tem os Comitês. Comitê da Primeira Infância, da Educação, da Saúde, da Sustentabilidade, enfim, uma série de instrumentos que estão atualizando as políticas públicas.

Mas tem algo que eu quero ressaltar aqui, que é o IGEPP (Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas), que mede o índice de efetividade da gestão municipal. Ele avalia os resultados das Prefeituras em sete quesitos: Educação, Saúde, Planejamento, a parte fiscal, meio ambiente, defesa civil e tecnologia da Educação.

Com isso a gente juntou uma análise com tudo que estava sendo feito no gasto público, para saber se está tendo algum efeito, qual o resultado prático. Por exemplo, se o município tem 25% do orçamento para a Educação, onde ele empregou isso? Entregou o uniforme das crianças? Entregou o material escolar? O município tem um Conselho Municipal de Educação, e quando a gente fez o primeiro levantamento, pudemos perceber que tinha Conselho que não se reunia uma vez ao ano. Então o Tribunal está agindo como indutor de políticas públicas, mostrando direções que os municípios devem tomar de forma a melhor atender à população.

Importante ressaltar ainda o fato de que a Constituição de 1988 além de ampliar as funções do Tribunal, demarcou mais duas questões interessantes que me afeta diretamente: uma é a questão de os Auditores terem assento constitucional sendo substituto de Conselheiros; outra é a questão do Ministério Público de Contas também dentro da estrutura do Tribunal de Contas. Ela ampliou muito o papel dos Tribunais.

Mas quero voltar a uma questão que acho de suma importância. Eu fico até triste de falar que sou a primeira mulher, e que é muito tardia essa chegada minha aqui no Tribunal. É um orgulho muito grande, e uma honra representar todas as mulheres, mas para eu chegar até aqui várias mulheres foram conquistando espaço na política, na administração pública e nos cargos de gestão. E eu me sinto com ainda mais responsabilidade por ter que honrar essa história. Eu sinto na

minha equipe que represento todas essas servidoras, quando eu assumi ouvi várias servidoras dizendo: “nossa eu estou muito feliz de ter uma mulher como Conselheira, de ter uma mulher nos representando.” Fico feliz de ver as outras meninas e dizer que qualquer cargo está ao seu dispor. Hoje em dia eu tenho mais responsabilidade, com o tempo de Tribunal você vai criando mais confiança, mas no início eu estava com muito medo de errar. “Se eu errar alguém vai falar: está vendo, é mulher, por isso errou!” Eu estou aqui porque fui selecionada a partir de um concurso público, portanto tenho as credenciais necessárias para o cargo que ocupo. Se eu errar, paciência, isso é uma contingência de ser humana.

Mas aqui eu sou tratada com igual, por todos os Conselheiros, é bom que se diga. Eu discuto processo, concordo, discordo, essa troca de ideias é parte do processo. O fato de eu ser mulher não me diferencia, aliás me aproxima, qualquer mulher pode estar em qualquer cargo. Eu me igualo a todos, nas mesmas condições deles.

Às vezes me vejo como a menina do interior que saiu anos atrás em busca dos seus sonhos. Mas continuo sonhando e cada dia querendo aprender mais, querendo contribuir, querendo fazer algo de efetivo mesmo. Eu sou uma pessoa responsável. Cada voto que eu dou pode ser pequeno, mas entendo que tem uma pessoa por trás daquilo, que meu voto vai impactar a vida daquela pessoa. Às vezes tem alguma coisa de auditoria que você vai analisar, nossa a pessoa vai perder com aquilo, tem que analisar, não é simplesmente

a Lei, não é simplesmente mais um processo. A nossa decisão vai impactar a vida de uma pessoa, então eu me sinto assim, com uma responsabilidade muito grande. Eu quero seguir sendo uma pessoa que gosta de estudar, que tem sede de conhecimento e que prima pela justiça social.

E acho que o Tribunal ganhou com a presença feminina. Ele não representa a sociedade se não tiver diversidade. Mas outra questão muito importante é que o Tribunal é um órgão político, eu fiz um concurso para estar aqui, eu me preparei anos para estar aqui. Às vezes eu levo uma visão técnica para os Conselheiros e eles me trazem a visão política. E isso me faz crescer, me dá um crescimento pessoal e profissional excepcional.

Nós vamos continuar nas análises de conformidade que é nossa obrigação constitucional legal, dar parecer e tudo, mas cada vez mais na área de política pública, sendo indutor, ajudando o gestor nesse acompanhamento, de atendimento à população. Sempre nesse sentido. E procurando estar cada vez mais próximo à sociedade, de uma forma mais fácil, para que o cidadão exerça o seu controle social, e conheça o nosso trabalho.

E nessa construção o IRB tem um papel agregador. Ele IRB atende as especificidades de cada Tribunal, de cada região, e tem esse papel de incentivar, identificar oportunidades, ser o que é, a Casa do Conhecimento.

LUIZ ANTÔNIO GUARANÁ

Eu sempre falo que as instituições não existem por si só, são criações humanas que juntam pessoas com as mesmas ideias, com objetivos em comum, e essa junção, tem por fim minimizar os erros individuais e maximizar os acertos. O Instituto Rui Barbosa é isso, um bolo de gente que se junta, com objetivo de trazer a qualificação para dentro do sistema Tribunal de Contas.

Os Tribunais de Contas são de uma riqueza enorme, a gente tem uma sapiência sobre um tema que ninguém mais tem no Brasil. O fato de você ter 33 Tribunais independentes também gera uma riqueza grande, tem gente da área técnica, que estudou muito, que vem de uma experiência política fantástica; tem gente que vem da experiência prática, de exercer cargos de coordenador de despesas, tem gente de tudo que é lado.

Luiz Antônio Guaraná



E essa multiplicidade se reflete no associativismo. A gente também tem uma multiplicidade de instituições, a exemplo da ATRICON, que eu digo que é a mãe associativa dos Tribunais, que nasceu com o objetivo de defender as prerrogativas dos seus membros, mas acabou tendo um trabalho mais forte na defesa institucional do sistema. E mais, a gente passou a perceber a necessidade de unificar os entendimentos, para que o nosso sistema pudesse ser chamado de sistema, com decisões similares. Não dá para ter a mesma decisão em um Estado como Acre e outro como São Paulo, as realidades são muito distintas, mas a gente tem que ter um norte comum. E a ATRICON acabou sendo o grande trator, a entidade com recursos, que agrega, que mobiliza.

Só que se você analisar o pensamento das pessoas que trabalham dentro dela, eventualmente pode divergir um pouco do pensamento do sistema. Por exemplo, eu tenho pessoas aqui que são muito boas na área de transporte, outras na área da auditoria, e na hora que você tem determinado debate sobre um assunto qualquer, eles são muito bons tecnicamente, mas quando vão emitir uma opinião, não emitem uma opinião que seria do Tribunal. Então entra aí o Conselho de Presidentes, que reúne todos os 33 presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil, e cada um representa uma instituição. É um órgão estratégico, se você quer saber o que o sistema está pensando, consulta o Conselho de Presidentes.

Aí vem a ABRACOM, uma entidade que vem junto com a ATRICON, e trabalha no sentido de enriquecer o debate, com uma

visão de Tribunal Municipal, que às vezes é um pouco distinta da visão do Tribunal Estadual. Por exemplo, os Tribunais Municipais não têm Ministério Público, então nós criamos aqui no Rio uma Procuradoria Especial, que analisa os processos, faz a mesma coisa que faz o Ministério Público de Contas, seja da União, seja dos Estados. Inclusive a gente tem uma riqueza de composição grande, todos os Procuradores que eu tenho aqui já passaram em concursos muito difíceis. Eu destacaria normalmente um dos Procuradores daqui que no último concurso para juiz federal, foi classificado, passou em primeiro lugar, e resolveu ficar conosco, o que muito nos honra e mostra a grandeza e o bom ambiente de trabalho que temos.

Mas a gente tem que saber como tratar uma Procuradoria Especial não sendo Ministério Público. Esse é um debate que não tem muito respaldo na ATRICON, porque os Tribunais Estaduais não querem saber disso, não interessa a eles, aí a gente utiliza na ABRACOM. Na verdade, a Constituição permite que esses Tribunais sejam eventualmente extintos, e nesse sentido a gente tem uma briga grande, que a ATRICON entra junto com a ABRACOM pela inclusão na Constituição dos três Tribunais, garantindo a permanência, para evitar que pessoas interfiram na atuação do Tribunal. Isso não pode existir, a gente tem que ter independência total para tomar as melhores decisões. Aliás, a gente tem discutido no Parlamento a necessidade desses Tribunais permanecerem e, ao mesmo tempo, alertado para que não se criem outros, pois não há necessidade. Os Tribunais Estaduais têm condição de trabalhar de forma muito efetiva na fiscalização das contas dos Estados e dos Municípios.

Eu também não poderia deixar de mencionar a Associação das Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, a ASUR, que congrega também os Tribunais do Mercosul, e possibilita uma troca muito rica de conhecimentos.

E por fim, e não menos importante, tem o Instituto Rui Barbosa, que é a Casa do Conhecimento, onde a gente desenvolve o que a academia e a ciência podem nos trazer, para que possamos interiorizar conceitos e tomar decisões de aperfeiçoamento, de melhora das entregas dos Tribunais de Contas para a sociedade. Tudo aquilo que envolve estudo e análise científica, todas aquelas pessoas que gostam e se dedicam aos temas dentro do sistema, que são muitas, essas coisas são debatidas no IRB.

Ele nos ajuda a realizar ricos debates sobre temas relevantes, e promove a integração com outras instituições daqui ou da Europa, principalmente Portugal, Espanha e Grécia que sempre estão em nossas reuniões. Esses eventos realizados pelo IRB trazem um enriquecimento muito grande de conhecimento e análise científica e de experiências com outros países, contribuindo para o nosso aperfeiçoamento.

Mas me deixa falar um pouco de mim. Eu sou da Engenharia, não vim do campo jurídico, de onde a grande maioria dos Conselheiros veio. Eu trabalhava na iniciativa privada, como engenheiro mecânico, e quando chegou ali no final da década de 1980 e começo de 1990, o país entrou numa recessão total. E nesse contexto você não consegue

projetar nada, uma fábrica nova, um equipamento novo. Por conta disso os engenheiros mais antigos estavam sendo demitidos, pessoal com uma capacidade tremenda, indo abrir padaria, fazer concurso para fiscal da Prefeitura, e o Brasil perdendo essa mão de obra extremamente qualificada. Eu que era engenheiro novo e ganhava pouco, não fui demitido. Tinha gente que falava, “a culpa é desses políticos”, mas com a minha cabeça lógica eu pensava: “tudo bem os políticos estão lá, mas quem os coloca lá somos nós, a população.” Portanto, não é só votar, é fazer política como tem que fazer, porque senão o país não avança.

Aí eu comecei a trabalhar na Prefeitura, garoto novo, não era casado, ninguém dependia de mim, vou nessa aventura e qualquer coisa eu volto. Fui, acabei me elegendo vereador por quatro mandatos, na minha última eleição tive 53 mil votos. As minhas votações sempre foram crescentes, e entendo que isso é resultado do trabalho que a gente faz.

Eu comecei na subprefeitura da Barra, como chefe de gabinete do Prefeito Eduardo Paes. Depois fui Chefe de Gabinete, Secretário da Casa Civil e Secretário de Obras. Mas chegou um momento em que eu decidi que estava na hora de fazer algo por mim, e eu vislumbrava o Tribunal de Contas com um lugar onde eu podia fazer valer o meu conhecimento e a experiência adquirida na vida pública, sem aquela pressão do dia a dia que a vida de parlamentar exige. Então eu vim para o sistema, onde conheci pessoas fantásticas, aprendo um pouco mais a cada dia.

E nesse processo o IRB tem sido muito importante. Todo o nosso crescimento, a legitimidade, isso tudo vem dos nossos acertos, vem embasado no nosso preparo, naquilo que a academia e a ciência podem nos dar. E quem congrega tudo isso é o IRB, que reúne o que a gente tem de melhor e traz para o Sistema de Tribunal de Contas essa experiência técnica, didática, científica, acadêmica, que nos faz ter um respaldo cada vez maior com a sociedade.

Eu acho que daqui para a frente o IRB, além de ser esse grande indutor das melhorias do Sistema, através do preparo, da qualificação, ele deve se abrir para atuar fora, deve capacitar também os gestores públicos, porque a gente tem uma riqueza muito grande de conhecimento latente no corpo do Sistema Tribunal de Contas, muita gente bem-preparada, que pode perfeitamente contribuir de forma afirmativa para a melhoria da gestão pública brasileira. E o IRB pode ser o grande indutor desse processo.

ALGIR LORENZON

Eu sou do interior do Estado, da cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, que é berço de Érico Veríssimo. Estudei em colégio público, a família era grande, mas depois consegui uma bolsa de estudo no colégio particular, que me ajudou na minha formação. Tive que começar a trabalhar desde cedo, trabalhando, estudando, de repente eu me vi envolvido no movimento estudantil lá nos idos de 1966, quando havia aquela ebulição política no Brasil, e eu acabei me elegendo vereador. Fui o vereador mais votado da região, era uma novidade o jovem participar da política, mas eu tinha muita amizade, muito relacionamento na cidade, em função do movimento estudantil.

Depois me elegi deputado estadual. Na Assembleia Legislativa eu cheguei a exercer 4 mandatos. Fui presidente da Assembleia, líder da bancada, presidi a instalação da Assembleia Constituinte Estadual, em 1989. E quando a Constituição Federal de 1988 mudou a forma

Algir Lorenzon



de designar os ministros do Tribunal de Contas, o parlamento passou a ter participação na composição do conselho dos Tribunais de Contas. Em 4 de outubro de 1989, com a promulgação da Constituição do Estado, já começou o movimento da indicação de alguns parlamentares para o Tribunal de Contas. Eram duas vagas, e eu acabei sendo o primeiro representante do Parlamento Estadual indicado como Conselheiro do Tribunal de Contas com aprovação unânime.

Assim eu passei a integrar o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, em 15 de dezembro de 1989, quando tomei posse. Eu já tinha uma boa experiência como advogado, independentemente de exercer o mandato de vereador e de deputado, eu já estava exercendo a advocacia, tanto na capital como no interior, e com isso, eu não tive muito problema na adaptação nas novas funções do Tribunal.

Passei a trabalhar muito, também na parte de estruturação do Tribunal, na reformulação de toda a legislação, para que ficasse em consonância com os novos tempos. Só uma vez eu fui presidente, eu não quis exercer novamente porque nosso processo é de rodízio, para que outros colegas exerçam também a atividade administrativa, que é muito importante. Com isso, todos nós nos responsabilizamos conjuntamente pela atividade do Tribunal como um todo.

Aí eu passei a conhecer as representações dos Tribunais de Contas do Brasil, a ATRICON e o IRB. Na realidade eu acabei vivendo os seus primeiros tempos, quando começava a impulsionar um trabalho

muito relevante para os Tribunais. Depois de exercer cargo no Tribunal do Rio Grande do Sul por 32 anos, passei a conhecer praticamente todos os Tribunais do Brasil, e alguns inclusive da América do Sul e da Europa. Começamos a fazer um intercâmbio muito grande. E aqui eu preciso dizer que todos os Tribunais de Contas no Brasil, usufruíram dos trabalhos do IRB. Um trabalho intenso feito pelas diferentes diretorias, ele criou, patrocinou, movimentou, com grandes eventos, estudos profundos, análises, debates, grandes iniciativas, grandes ideias, o IRB proporcionou a todos nós.

Isso precisa ser lembrado com muita euforia, porque hoje, o IRB está sendo dirigido por um grande professor, amigo, conselheiro, o estimado amigo Edilberto. Ele está dando procedimento a todas aquelas iniciativas e envolvendo o IRB em todas as grandes discussões. O Instituto está inserido no debate dos grandes temas que preocupam a sociedade brasileira e isso é o que o está inserindo na vida ativa do Brasil, e eu faço essas lembranças, eu lembro isso com muito orgulho, muita satisfação, muitas homenagens, não só a todos que integram essa diretoria liderada pelo Edilberto, mas também a todos aqueles que fizeram ao longo da história do IRB, esse Instituto que nós sabemos que hoje, é a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil, efetivamente, estas palavras dizem tudo, em relação ao que significa o IRB para nós todos.

Vindo de um momento político complexo, de repente eu me vi no Gabinete no Tribunal de Contas com um número enorme de

processos, de análises, eu tentando fazer a maior Justiça possível. Mas tive a sorte de ter professores muito importantes, com muitos conhecimentos e muita experiência, e fui gradativamente aprendendo o que significava esse trabalho de controle externo, e que auxílio nós podíamos prestar para a melhoria da gestão pública no Estado e nos municípios, porque nós temos um só Tribunal que atende todos os municípios, que são 497 exatos. Isso é um trabalho imenso. Mas eu tive condições materiais, equipamentos, estrutura, para poder desempenhar bem as funções, tivemos a sorte, a compreensão e a contribuição das altas direções do Estado, que foram assim, eu diria, montando uma estrutura no Tribunal.

Mas nem todo o país é igual, nem todos os Tribunais têm a mesma estrutura que a nossa. Isso é um privilégio. E em função dessas diferenças o IRB tem sido um ponto fundamental, pois quando ele próprio se estruturou e começou a fazer essas atividades, esses eventos, a promover grandes debates em relação a temas essenciais, ele impulsionou melhorias, como nunca. Hoje o IRB, tem um significado não só interno para os Tribunais, mas para toda a sociedade, como um elemento eu diria impulsionador, da melhor representação em torno do que significa a sociedade brasileira.

Eu sou advogado, há 49 anos, eu exerci a atividade durante longo tempo da minha vida, antes de ir para o Tribunal, e agora, saindo do Tribunal, eu não quis mais advogar. Eu saí antes da compulsória. E ao sair imaginava conviver mais com a família, os netos, enfim,

ter um pouco mais aberta a vida. Mas, sempre tem um mas nessas histórias, de repente, o atual governador do Rio Grande do Sul, me convidou para ser Secretário de Estado. Ele já me conhecia quando ele tinha sido vereador, lá em Pelotas, depois presidente da Câmara, depois prefeito de Nilópolis, e nesses cargos ele sempre procurou o Tribunal de Contas, para buscar orientação, para buscar auxílio, para buscar formas de modificar o exercício da Gestão, como exercício para a gestão pública, ele teve muito êxito. Veja só o que ele conseguiu em dez anos, foi presidente da Câmara de Pelotas e já se reelegeu governador. E como governador nós tivemos muitos contatos, tanto aqui no Tribunal como nas Palestras, nós sempre interiorizamos muito, uma iniciativa que eu tive, no século passado, lá em 1995, entender, que é muito importante o Tribunal de Contas sair da sede, e ir para um interior, para o debate, com a Academia, com as Universidades, com os representantes políticos, com as representações da sociedade. E nesses eventos, a gente ia com a equipe toda do Tribunal e os representantes municipais, prefeitos, vereadores, secretários, assessores jurídicos, esse pessoal vinha para debater conosco os mais diferentes temas.

E acredito que as nossas orientações de certa forma contribuíram para que ele fizesse uma excelente gestão. E de repente eu estava num bar, fazendo coisas que eu não tinha podido fazer antes, quando ele olhou para mim e me formulou um convite para ser Secretário de Estado. Eu elegantemente recusei. Foi quando ele me convidou para criar a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, entidade que seria essencial diante de todas as

privatizações que estavam acontecendo no âmbito estadual. Acabei aceitando ser conselheiro da agência, e lá se foi a minha pretensa liberdade.

Ainda sobre o IRB eu diria que necessariamente precisa continuar com o trabalho, e que agora está se aprimorando com essa integração do IRB com a sociedade brasileira, com a Academia, com os diferentes segmentos da sociedade. O IRB está hoje, no primeiro degrau do estudo e do debate, das grandes questões nacionais. Não há um setor importante que não tenha participado do IRB, e isso está mostrando para nós a importância do trabalho que os Tribunais realizam, e essa é a principal função do IRB.

E como ele está nos grandes debates nacionais, não tem retorno, vai seguir sendo essencial, e nós temos que dar as condições, para que ele siga nos alimentando cada vez mais de conhecimento, ampliando cada vez mais as nossas competências e alargando os horizontes de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil.

EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA

Eu fui consultor legislativo por nove anos na Câmara dos Deputados. Mas antes disso eu fui do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), onde entrei por concurso e fiquei por cerca de quatro anos. A experiência na consultoria legislativa não me realizava, eu me sentia subutilizado, porque a Câmara é um órgão eminentemente político, os deputados são a parte finalística do processo. E embora eu também fosse professor, ministrasse aulas de Economia Internacional na Fundação Getúlio Vargas, no Distrito Federal, e de Finanças Públicas na Universidade de Brasília, sentia que me faltava algo, eu queria estar num lugar em que eu fosse o protagonista.

Foi quando surgiu a oportunidade de um concurso no Tribunal de Contas do Ceará. Era uma vaga apenas, que por sinal estava ociosa há cinco anos. E há 12 anos eu não voltava a Fortaleza, mas quando veio o concurso eu não pensei duas vezes, fiz, e fui aprovado. Passei

Edilberto Carlos Pontes Lima



dois anos como Conselheiro Substituto, até que, em fevereiro de 2010 eu fui nomeado pelo Governador Cid Gomes, para o cargo de Conselheiro.

Desde então tenho trabalhado no Tribunal em diversas áreas. Fui corregedor, vice-presidente e presidente por quatro anos. Em 2012, o Severiano Costandrade, ia ser candidato à reeleição com o apoio do então presidente do Tribunal, que era Valdomiro Távora. E ele me indicou para ser um dos vice-presidentes, nos elegemos. Na eleição seguinte o Sebastião Helvecio até se candidatou, mas houve um racha no sistema. Eu fui candidato a vice-presidente da ATRICON, com o Júlio Pinheiro que seria opresidente, mas perdemos a eleição, ganhou o conselheiro Valdecir Pascoal e no IRB ganhou o Sebastião Helvecio contra o nosso voto do Ceará.

Mas, assim que a gente perdeu, eu procurei o Helvecio e disse: “Você é uma pessoa por quem eu tenho muita admiração, ficamos de lados opostos por questões conjunturais, mas eu quero apoiá-lo em tudo.” E ele me acolheu muito bem. Como eu tinha muitos contatos em Brasília, levei o Helvecio na Fundação Getúlio Vargas, aproximei-o do professor Fernando Rezende, que tinha sido presidente do Ipea. Dei o apoio que havia me comprometido a dar.

Na reeleição do Helvecio, eu fui convidado para fazer parte da diretoria como vice-presidente. Na eleição seguinte, teve o Ivan Bonilha, eu continuei como vice-presidente. E quando surgiu essa

oportunidade de ser o candidato a presidente, algumas pessoas me procuraram, o Helvecio, o próprio Bonilha, achavam que eu tinha perfil, eu gostava do Instituto, as pessoas me respeitavam, gostavam de mim, e eles achavam que eu era um nome muito bem aceito. Eu disse que não ia dar resposta naquele momento, pois queria conversar com algumas pessoas sobre como seria a recepção, qual seria a acolhida em relação ao meu nome. E após conversar com alguns presidentes e ouvir apenas palavras de estímulo, aceitei. No final tivemos todos os votos.

Desde o primeiro momento em que assumi, acreditei que deveria escrever uma nova história. Esse é o meu jeito de ser. Mas em que eu me diferenciava dos outros? Nas minhas origens acadêmicas. Eu venho da universidade, enquanto os outros vieram em sua maioria do ambiente político. Desde quando eu fui presidente do Tribunal de Contas do Ceará, eu me aproximei muito disso também, participamos de vários congressos nacionais e internacionais, os principais professores das áreas de finanças públicas e direito financeiro, estiveram no TCE do Ceará, uma coisa que antes era impensável.

E como o IRB é nacional, as possibilidades se ampliaram ainda mais. Hoje eu vejo o IRB como um espaço de debates, um centro de pensamentos. É um local em que as pessoas têm que ter uma liberdade de pensar, dialogar, para que o nosso slogan, a “casa do conhecimento”, possa realmente ser concreto. E isso exige que nos aproximemos dos principais centros nacionais e internacionais para discutir os grandes temas de interesse não apenas local, mas nacional

e internacional. Afinal, tudo o que acontece hoje no mundo, tem impacto em nosso dia a dia.

O IRB na minha visão é o local criado pelos Tribunais de Contas para pensar fora da caixa, para pensar maior, pensar os grandes desafios nacionais, os desafios da sociedade brasileira, como os Tribunais de Contas se inserem nisso, como administração pública se insere nisso. Não só os temas do nosso dia a dia, a licitação, o contrato, a lei de responsabilidade fiscal, que já estão entranhados no nosso DNA, mas os grandes temas de fato. Porque a gente está muito inserido nesse debate de políticas públicas, e política pública é tudo. Qualquer atuação do governo é política pública, mas como você vai pensar em política pública, se você está pensando só na lei A, B e C? Você tem que ter um pensamento maior, das grandes implicações, das questões sociais mais amplas, questão demográfica, econômica, do meio ambiente, da educação, do debate político que está acontecendo.

Se não for no IRB, vai ser onde? Quando a gente cuidou do TCE-CE, por exemplo, criamos o “TCE debate” com a finalidade de discutir os grandes temas nacionais, no âmbito do TCE, e com isso a gente trouxe pessoas do Brasil todo. Agora, o IRB é maravilhoso, porque eu posso pensar em âmbito nacional. Quando criamos o curso de Estudos Avançados, chamamos um professor titular da USP para coordenar, e a ideia é exatamente essa. Esteve conosco a professora Maria Luiza Viotti, que hoje é Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, que falou da ascensão do Brasil no contexto internacional; o

Marco Antônio Zago, que foi reitor da USP, presidente do CNPQ, hoje é presidente da FAPESP, e falou sobre ciência e tecnologia e sua importância para o desenvolvimento; Thelma Krug, da USP, uma das grandes mundiais, que concorreu para ser a presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Esse é o caminho que eu acredito deva ser seguido pelo IRB.

Acabamos de fazer uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas, vamos levar dois conselheiros de cada Tribunal brasileiro para fazer uma imersão sobre avaliação de políticas públicas, com os melhores professores da FGV.

Mas nada disso estaria acontecendo se eu não tivesse encontrado as condições favoráveis, um IRB bem estruturado, com uma boa aceitação dos Tribunais de Contas. Sem esse *background*, não estaríamos conseguindo fazer o que estamos fazendo. Portanto, sou grato aos que me antecederam, pois é sobre a obra deles que estamos construindo o novo IRB.

Sem querer ser presunçoso, eu vejo o IRB como uma espécie de farol. Ele se conecta com a universidade, com organismos de fora do sistema, com instituições de ponta do exterior, a exemplo da Universidade de Salamanca, da universidade de Lisboa, do IDI (*INTOSAI Development Initiative*) em Oslo. Com o IRB nós estamos tendo contato com o que está sendo feito no mundo, o que tem de fronteira, o que tem de mais avançado no mundo, bebendo na fonte

do conhecimento, aprendendo e procurando aplicar aqui o que tem coerência com os nossos propósitos, com os nossos valores, com a realidade que nos envolve.

Nós queremos ser essa ponte que une os Tribunais de Contas às universidades, aos centros de pesquisas, aos espaços onde se está pensando o futuro não apenas dos Tribunais mundo afora, mas da sociedade como um todo, essa sociedade que nos acolhe e nos mantém.

Eu acho que o grande desafio do IRB hoje é se institucionalizar mais. Quando eu visito o IDI, como fiz no ano passado, eu vejo o IRB do amanhã. Não podemos seguir tão dependentes do Tribunal de Contas em que ele é sediado, ele precisa se institucionalizar, ter um financiamento mais robusto bancado pelo sistema, ter um corpo próprio de servidores, independentemente de quem seja o presidente do momento. E qual é a grande vantagem disso? É muito bom para o sistema, porque o IRB vai ser uma instituição nacional, que poderá dialogar com o Governo Federal. À medida que fortalecermos o Instituto Rui Barbosa, fortaleceremos todo o sistema Tribunal de Contas.

Esse é o futuro do IRB.

RODRIGO COELHO DO CARMO

Minhas primeiras experiências com a vida pública aconteceram quando eu tinha apenas 23 anos, no meu município, Bom Jesus do Norte, no Espírito Santo. Depois disso, enquanto cidadão, eu representei contra a prefeitura, porque lá as pessoas eram colocadas no serviço público por serem amigas do prefeito eleito, então o aspecto da impessoalidade não era observado. Depois fui assessor de um deputado exatamente por conta disso, por ter percebido que tinha um desejo latente de fazer as coisas com transparência. Aí fui Secretário Municipal de Coordenação do Governo, em Cachoeiro de Itapemirim.

A cidade tinha a segunda pior arrecadação per capita do estado, e era uma cidade grande, desafiadora, porque não tinha receitas da proporção da sua importância, então precisávamos conseguir fazer bem com pouco. E aí duas coisas, que acredito importantes, nós fizemos: instituímos um escritório de gestão de projetos, para captação

Rodrigo Coelho do Carmo



de recursos e tratamento de convênios; e implantamos o orçamento participativo local. Neste caso adotamos uma metodologia que envolvia a população, dividimos a cidade em regiões, repartimos o orçamento para cada uma dessas regiões e fizemos com que a população escolhesse aquilo que ela desejava que fosse feito na região dela. Eu me lembro que o prefeito dizia para mim assim: “Mas o nosso orçamento é muito pequeno para fazer qualquer tipo de investimento.” E eu falei: “Exatamente por isso, prefeito, como ele é pequeno, a gente precisa compartilhar as decisões, porque a chance de a gente escolher melhor é maior quando escuta as pessoas.” Essa experiência foi riquíssima.

O que me trouxe para a política foi a igreja, a fé cristã. Eu sou católico praticante e eu fui convidado a participar da política, mas neguei, eu não queria de jeito nenhum, não era uma questão para mim, eu não tinha essa pretensão, em nenhum momento tive. Mas como o convite foi feito repetidas vezes, você acaba se perguntando e aí eu fui contratado com palavras que eu lia na bíblia, homilias que me apontaram para missão.

O que me traz aqui, o que governa a minha decisão inclusive na ação, na atividade de conselheiro, é a ideia de que eu estou exercendo uma missão quase que sacerdotal em favor das pessoas, o que eu procuro fazer eu tento fazer com que chegue na vida das pessoas, inclusive depois dessa passagem, quando eu escolhi essa questão do orçamento participativo, foi no sentido de com essa missão, que estou chamando de sacerdotal, dar um sentido mais espiritualizado a essa

coisa de dar valor ao que as pessoas têm por necessidade, por desejo. A escolha do orçamento participativo é desse olhar para a vida das pessoas, de dar essa atenção, então é essa crença missionária, vamos dizer assim, que me envolve.

Eu entrei no Tribunal de Contas na vaga da Assembleia Legislativa. Eu estava deputado estadual, era líder do governo, em 2018. Dos 30 deputados eu recebi 27 votos, eram sete candidatos à vaga. Ingressei no Tribunal com muita oração, porque a gente precisa em tudo se colocar como instrumento para fazer a vontade do pai. E vir para o Tribunal era exatamente para dar o apoio àqueles que querem fazer a transformação da vida das pessoas, e essa missão ainda permanece. Aquela missão original que me trouxe para atividade pública, ela permanece no exercício da função de conselheiro, trabalhando para fazer a transformação ou para dar suporte para quem queira fazer a transformação. Porque não sou eu que vou transformar, mas nós, todos os 33 Tribunais do Brasil trabalham nessa direção.

Eu fui convidado pelo Edilberto para presidir o Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa, e quando assumi, retomando aquela experiência do orçamento participativo, eu fui fazer a escuta. Primeiro a gente percebeu que havia muitas demandas que nasciam no Instituto, iam para os Tribunais executarem uma fiscalização sem que ela fosse tratada pelo Comitê Técnico primeiro. Essa foi a primeira situação-problema que nós precisamos resolver. A educação tem sempre pautas muito urgentes, então é natural e compreensível que

as pessoas peguem um problema e já transfiram para o Tribunal sem o tratamento interno. Outra coisa: no mesmo colegiado, no mesmo grupo onde tem conselheiros e conselheiras, técnicos e técnicas, os técnicos e técnicas muitas vezes se sentiam inibidos em desenvolver as suas opiniões, não deixavam de fazer, mas a fala dos conselheiros acabava predominando. A gente repetiu no comitê a organização dos Tribunais, a gente dividiu uma instância de conselheiros e uma instância de técnicos. Nos Tribunais os técnicos fazem o plano de fiscalização, que é homologado pelos conselheiros, então a partir disso a gente começou a fazer escolhas de fiscalizações e os técnicos no comitê técnico de educação fazem a etapa mais difícil, que é o planejamento de toda a fiscalização e aí encaminham para os Tribunais a fiscalização pronta para operacionalização. O resultado disso foi a Operação Educação, que saiu em rede nacional. Nós fiscalizamos a infraestrutura das escolas no país inteiro, todos os Tribunais participaram, cada um com uma quantidade diferente de escolas, porque foi a primeira experiência que nós fizemos com essa característica.

Enquanto a ATRICON fez a comunicação da atividade, fez o envolvimento político dos Tribunais, nós fizemos o planejamento técnico e a mobilização dos técnicos no ambiente dos Tribunais para que fosse realizada a fiscalização, fossem dados os treinamentos. Esse foi o primeiro resultado prático dessa divisão entre as instâncias. Outro exemplo, nós fomos incitados a nos posicionar no comitê sobre o piso nacional do magistério. Começamos um debate sobre a possibilidade e impossibilidade do pagamento da merenda escolar

com recursos do FNDE, sob a base específica de que a alimentação escolar não está conceituada na nossa legislação, porque na nossa legislação fala programa suplementar de alimentação e outras políticas de assistência social, não cabe à educação a garantia da segurança alimentar nutricional do cidadão, isso não é responsabilidade da política de educação, isso é responsabilidade da política de assistência social.

Agora a alimentação escolar é que faz com que todos os estudantes, de maneira universal, tenham acesso àquele alimento, para que ele não tenha a capacidade cognitiva comprometida, isso sim pode ser de responsabilidade da educação, porque acaba se tornando um fato pedagógico. Se eu não tenho necessidade de complemento alimentar pelo Estado para minha segurança alimentar, então não sou alvo da assistência social, mas se eu estiver numa escola em tempo integral e o estado não oferecer alimento, não vou conseguir aprender no final do dia, porque vai me faltar condições de concentração pela falta do alimento. Então a alimentação escolar tem um caráter diferente.

Quem faz esse debate internamente são os conselheiros na instância de conselheiros do Comitê Técnico de Educação do IRB, porque nós fizemos a escuta das pessoas e ao fazer a escuta percebemos o que cada aluno tinha de entendimento de como deveria ser implementada. Há divergências quanto a isso? Claro, porque o ser humano é um ser complexo, nem todo mundo pensa do mesmo jeito, entende da mesma forma, mas pelo envolvimento que nós temos, um comitê que tem quase 100 participantes, seguramente é o maior

comitê do IRB, e esse envolvimento, a meu juízo, também demonstra que essa escuta foi apropriada.

O Tribunal hoje não é o mesmo Tribunal do dia em que eu entrei, que tem cinco anos. O Conselheiro Sebastião Helvecio fala do Tribunal de Governança, que estabelece a análise da efetividade da eficácia das políticas que são colocadas em favor do cidadão. Então, como eu entendo que nós precisamos observar a garantia dos direitos que estão constitucionalizados, e a garantia dos direitos passa não apenas por uma análise de conformidade, mas pela entrega das políticas e do resultado delas que é feito ao cidadão, eu entendo que o Instituto está conseguindo trazer a forma, o conhecimento para como a gente vai fazer isso.

SALOMÃO ANTÔNIO RIBAS JUNIOR

O Brasil começou a se organizar como República, com a própria Proclamação. Houve algumas tentativas do então Congresso Representativo de criar um Tribunal de Contas baseado no modelo já existente em Portugal, mas acabaram não prosperando. E com a Proclamação da República, apesar de terem criticado Rui Barbosa por seguir um modelo norte americano, o Direito Anglo-Saxão, para a organização do Brasil como Estado, a verdade é que ele buscou, como Ministro da Fazenda, modelos europeus para montar o nosso primeiro Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas da União. Talvez em função da própria Proclamação da República contra o Império, ele tenha se desviado do modelo de Portugal e baseado sua ação muito nos modelos belga e francês, já existentes. Assim surgiu o Tribunal de Contas da União que é constitucionalizado como a primeira Constituição republicana, que teve um perfil muito centralizador da organização política.

Salomão Antônio Ribas Junior



Apesar disso, os Estados começaram a organizar os seus Tribunais de Contas. O modelo era o do Tribunal de Contas da União, mas cada um nas suas limitações como estado-membro da Federação. O primeiro a ser organizado foi o Tribunal de Contas do Piauí, depois veio o da Bahia (se não me engano), e os outros Estados foram se organizando à medida que o tempo passava. Eles tinham organizações e forma de atuação muito díspares, também em razão da formação do seu corpo deliberativo e do seu corpo técnico. Havia Tribunal de Contas com doze, treze, quinze conselheiros, e o corpo técnico era selecionado conforme os costumes da época.

Com a Constituição de 1946, os Estados receberam a competência constitucional para criar seus Tribunais, alguns então na estrutura de um órgão de poder legislativo, para fiscalizar a execução orçamentária. Uma fiscalização a rigor de natureza contábil. Apenas para exemplificar, em Santa Catarina, a Constituição de 1947, baseada na de 1946, proveu a criação do Tribunal de Contas. O Governador da época mandou um projeto de Lei para o Legislativo, mas com divergências políticas e esse projeto lá ficou. E só veio a ser reativado na segunda metade da década de 1950, quando o Tribunal acabou surgindo, quase dez anos depois de ter sido proposto pelo governador. Eu entrei lá nessa época.

Os Tribunais, na verdade, viveram, ao longo da história de pouco mais de um século, fases bem definidas. Eu costumo chamar isso de reinados. O primeiro reinado foi dos contabilistas, quando a rigor o que o Tribunal fazia era receber o balanço anual e fazer um exame das contas

governamentais. No país, os apaixonados por direitos, entre os quais eu me incluo, logo em seguida começaram a chegar aos Tribunais de Contas. Então, houve uma mescla dos contabilistas com os advogados, com uma certa predominância dos advogados, quando começaram a examinar outros aspectos da execução orçamentária, como o ato administrativo e o próprio Direito Administrativo, que era nascente no Brasil.

Vencido com a crise de 1930, chamou a atenção o entendimento de que planejamento não era coisa de comunista, era também indispensável nos países de economia capitalista. Começaram a chegar os economistas, que iniciaram uma fiscalização um pouco mais ampla na execução orçamentária, incluindo também os planos governamentais e a sua execução. Depois dos economistas, chegou a vez dos administradores de empresas. De repente, os Tribunais de Contas descobriram que com os contadores, com os advogados, com os administradores, com os economistas e com os administradores de empresa, as fiscalizações eram falhas. Exatamente pelo desconhecimento de obras públicas de grande conta. Então começa o reinado dos engenheiros.

Eis que surge a informática. E agora nós temos o reinado dos informativos. Sem eles, não se faz absolutamente nada a tempo e a hora. Nós vivemos um reinado desse novo povo que está criando a inteligência artificial.

E, em meio a tudo isso, surge, então, em São Paulo, a ideia de criação de um órgão voltado mais para a área técnica dos Tribunais de

Contas. É quando nasce o Instituto Rui Barbosa, como Sociedade Civil dos Tribunais de Contas, que já alcança seus 50 anos de existência.

Depois de várias sucessões, eu acabei assumindo a presidência do IRB, no final da gestão do Sérgio Quintela. Nesse momento, começa a haver a necessidade de uma aproximação com os estados, orientada pelo IRB, entre o corpo deliberativo dos Conselheiros e o corpo técnico de cada Tribunal. Quando da Assembleia Nacional Constituinte, eleita para formatar a Constituição de 1988, o IRB teve uma participação muito intensa nas discussões em torno dos mínimos e das chamadas despesas elegíveis. E, em seguida, quando surge a Lei de Responsabilidade Fiscal, de grande importância para o equilíbrio das contas e início da transparência das contas públicas no Brasil, diante da mudança cultural proposta, quem tinha capilaridade para realizar as fiscalizações previstas eram os Tribunais de Contas estaduais. Aí acontece a história toda da formação dos corpos técnicos deliberativos, e mais uma vez o IRB é chamado para dar sua contribuição.

Aquele foi um período de grandes tensões, mas que resultariam em uma mudança substancial para a estrutura do IRB e ATRICON. Com a LRF, o Governo Federal, que havia imaginado um grupo técnico de grande qualidade do BNDES, começou a ser questionado no parlamento e pelos Tribunais de Contas, em função dos limites de gastos com o pessoal. Havia Tribunais que gastavam muito mais do que o limite máximo estabelecido, o que significava inviabilizar suas estruturas. Houve um momento em que me pediram ajuda e eu

disse: “Quem tem capilaridade para fazer essa fiscalização da LRF são os Tribunais de Contas estaduais, eles podem auxiliar [...] mas eles são muito díspares, não terão a mesma agilidade em equipamentos, instalações e condições de mandar a tempo e a hora os relatórios periódicos como pretende a lei. Para pelo menos minimizar essa disparidade nós precisaríamos fazer, através do IRB, um planejamento. Mas para isso precisamos de dinheiro para toda uma estruturação tecnológica e de pessoal.” Foi nesse momento que surgiu o PROMOEX. O resto é história, todos sabem contar muito bem.

Agora, mais relaxado, posso bem falar de mim. Eu queria ser jornalista, comecei como radialista, fui locutor de rádio, escrevi em vários jornais, mas quando eu estava terminando o técnico em contabilidade, ia fazer o vestibular, decidi que iria ao Rio de Janeiro. Aí Adolfo Zigelli que foi o maior jornalista de Santa Catarina me disse: “Ribas, como advogado você faz jornalismo, como jornalista você não advoga. Faça direito.” Fiz! Mas continuei no jornalismo político, prestando assessoria a um partido político que acabou me levando à Secretaria de Estado da Educação. Eu tinha 30 anos. Depois passei para a Casa Civil, fui vice-presidente da Companhia de Desenvolvimento, me elegi deputado estadual. Fui Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte Estadual, assessor do Senador e depois do deputado federal Antônio Carlos Konder Reis. Como eu tinha uma certa intimidade com o Direito Comissional, fui eleito para presidência da Comissão de Sistematização. Fiz concurso para o Tribunal de Contas, passei. E

quando abriu uma vaga para Conselheiro, me candidatei e acabei indo para o Tribunal de Contas, onde começa toda a minha participação.

Eu gostaria mesmo de ter sido jogador de futebol. Não deu, eu fui narrador de futebol, eu gosto mesmo é de futebol. Eu gosto muito da leitura, eu pertenço à Academia Catarinense de Letras, sou o presidente atual, estou deixando a função até por problemas de saúde, tenho aí alguns livros publicados, tenho alguns em andamento, preciso deixar a preguiça de lado e terminá-los. Quem sabe agora?!

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO

Eu vim de uma família política do estado de Alagoas, sou alagoano de Maceió, fui vereador da minha cidade por dois mandatos. Fui secretário de turismo na primeira Secretaria de Turismo criada pelo até então prefeito Djalma Falcão, e me envolvi politicamente. Naquela época, o mandato era de seis anos, fui candidato, coordenei a campanha de Presidente da República no meu estado e senti uma vontade muito grande de ser candidato a Deputado Federal por Alagoas. Naquele momento, o presidente era alagoano, então houve um congestionamento de candidatos muito grande, como eu havia coordenado a campanha do presidente, no primeiro turno no Oeste de São Paulo e no segundo no Norte do Brasil, surgiu uma oportunidade, senti uma necessidade de ser candidato; fiquei na época entre Amapá ou Roraima, que depois passaram a ser estado. Optei por Roraima e fui morar lá. Fui secretário de Ação Social, na base do governo Rubens Villar, que era senador por Alagoas. Fui candidato, tive uma votação

Mário Manoel Coelho de Mello



espetacular, mas não conseguimos atingir a legenda, e o governador que ganhou foi o Ottomar de Sousa Pinto.

O Collor era o presidente e foi aquele momento em que houve aquela briga contra os garimpeiros em Roraima. Eu fui reconduzido para a Secretaria de Ação Social, por curto tempo, mas me senti muito desconfortável, porque na época o Presidente da República e eu tínhamos um vínculo familiar muito forte, e ele era adversário político do governador. Então, imagina eu, em Roraima, secretário do Governo que estava num choque muito forte com o presidente. Decidi não continuar.

Foi quando tive a oportunidade de me aproximar do estado do Amazonas, por intermédio de uma atriz chamada Pepita Rodrigues, que me apresentou a dona Maria Emília Mestrinho, que era esposa do governador Mestrinho. Na época, tomavam posse os governadores dos novos estados em 1º de janeiro, já os outros governadores do resto do Brasil tomavam posse apenas no dia 15 de março, então eu tive um hiato antes do Mestrinho tomar posse; ele queria uma aproximação com o governo Collor, mas tinha votado no Lula. Então, eu, de certo modo, fui um instrumento político para essa aproximação. Fui ser assessor do Mestrinho em Brasília, depois fui ser subsecretário e secretário de Estado em Brasília. Fui secretário de Estado, representando o Governo do Amazonas em Brasília, durante 26 anos. Eu fui secretário do Mestrinho, fui secretário do Amazonino Mendes por duas vezes, fui secretário do Eduardo Braga por duas vezes, fui secretário do

Omar Aziz por duas vezes e fui secretário do Professor Mello, até quando a Assembleia Legislativa entendeu a responsabilidade, e eu fui agraciado por tudo que representei por aquele Estado para continuar representando o estado do Amazonas de uma outra forma, como magistrado, como um braço do Poder Legislativo.

Com a independência do Tribunal de Contas, eu fui conduzido para o Conselho pela Assembleia, na vaga que cabia à Assembleia Legislativa, isso em 2015, ou seja, há 8 anos.

Eu brinco sempre que a vida inteira eu sempre fui prego, hoje sou martelo, mas sempre seguindo aquela linha pedagógica da ATRICON e do IRB, que precisamos não só daquela linha punitiva, mas acima de tudo da linha pedagógica, acho que esse é o grande ponto do Tribunal de Contas.

Fiz grandes amigos, entendi o mecanismo do que é ser rede de controle e hoje sou privilegiado de entender a importância do Instituto Rui Barbosa, que eu conheci por intermédio do Sebastião Helvécio, e tive honra, alegria e satisfação de ter os ensinamentos do nosso Edilberto, que é um professor, uma figura intelectual esplendorosa e indiscutivelmente uma grande referência quando se fala em pensar os Tribunais de Contas.

Estou super satisfeito com a condição do meu presidente, que é o meu líder, com a forma como ele conduz o IRB, de uma forma

leve, com um grau de intelectualidade extrema, sempre com os pés no chão, isso nos fortalece, e eu aprendo cada vez mais. Hoje eu sou vice-presidente do IRB e entendo a responsabilidade e o peso do que isso representa, mas sou sempre um discípulo e aluno a aprender cada vez mais.”

Essa longa experiência me mostrou a importância da alternância de poder, com uma coisa extremamente salutar. Você fazer políticas públicas mudando de governo e o gestor entender que políticas públicas não podem ser uma “política política”, mas uma política pública, que você não pode mudar, tem que dar continuidade, e eu vivenciei isso muito de perto, tive muita sorte de acompanhar isso de perto junto a todos esses gestores a quem eu pude assessorar em Brasília. Tenho um primo querido, já aposentado, que é o Marco Aurélio, que diz que “Gratidão não se paga com a toga.”, eu mudei para o outro lado, fui ser juiz de contas e respeitei todos os meus amigos, mas dou graças a Deus àquele momento, porque naquele momento o que prevalecia era o contexto técnico, era fácil de se julgar, o hierárquico. Porque dinheiro público é algo que você precisa respeitar de uma forma muito radical. Eu fiz esse papel e estou fazendo esse papel, respeitando toda amizade, todo carinho com todos, mas jamais eu misturei o peso da toga com o carinho da amizade que tínhamos com amigos.

O Instituto Rui Barbosa é um ente pensante dos Tribunais de Contas, como o seu próprio patrono é o contexto intelectual máximo: “Ele que pensa o que os Tribunais de Contas devem fazer,

como devem agir, analisar as políticas que os Tribunais de Contas devem encarar”, e isso o nosso querido Edilberto tem feito com muita excelência. Eu acho que a função do IRB é fundamental, esse relacionamento internacional, esse relacionamento com a instituição, esse relacionamento de entender que o Tribunal de Contas hoje não é o mesmo de 30 ou 40 anos atrás. Essa linha pedagógica, esse contexto que o IRB tenta mostrar e introduzir na nossa ATRICON e em toda a rede de controle é fundamental para todos nós e para a sociedade.

E o que o Tribunal de Contas tem de diferente nesse tempo todo? A linha punitiva. Uma vez eu participei logo quando cheguei ao Tribunal, vi uma reunião muito interessante, quando o presidente da ATRICON era o nosso querido Valdecir Pascoal. A discussão era sobre multa, eles falavam sobre “Ah, porque o Tribunal de Contas multou tanto, no mês tanto conseguimos reaver tantos milhões...” E eu percebo que a visão atual do Tribunal de Contas já não é mais aquela, hoje temos que ficar felizes por não termos multado, porque significa dizer que o recurso foi bem empregado, foi gasto com conveniência. E eu comecei a entender, naquele momento, a mudança que nós precisávamos entender, que a glória não era multar, mas sim ver que o recurso estava sendo bem aproveitado. Hoje não, hoje o Tribunal de Contas tem toda essa linha pedagógica, de orientar, e nisso o IRB foi muito importante, nessa formação nova dessa visão que a rede de controle tem.

Hoje eu acho que o ponto mais importante do Instituto Rui Barbosa é pensar no Tribunal de Contas daqui a 50 anos, a 100

anos, pensar numa outra visão como hoje o nosso querido Edilberto tem essa visão, é um homem acadêmico, que pensa isso com muita propriedade, me sinto extremamente à vontade, muito feliz em estar aprendendo cada vez mais sob a liderança do nosso Edilberto.

Eu percebo que o Tribunal de Contas passa a ser cada vez mais um instrumento da sociedade, o Tribunal de Contas tem uma missão de levar ao cidadão a importância que ele representa como fiscal, não só de depender dos auditores e fiscais dos Tribunais de Contas, eu acho que o cidadão brasileiro, e o IRB pensa isso, ele tem que estar preparado para ser um fiscal do erário, do recurso público. Eu acho que isso é a grande meta, é o que o IRB e o Tribunal de Contas têm que analisar: a corresponsabilidade do cidadão em poder fiscalizar o recurso que é dele.

E o IRB deve seguir orientando como tem orientado, ele está fazendo seu papel com muita excelência, ele é um Instituto pensante, é o que analisa, vê, reflete sobre o futuro, é o que pensa o Tribunal de Contas para que ele venha a ter muito sucesso e credibilidade na sociedade.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Eu sou amazonense, nasci em Manaus, no dia 1º de janeiro de 1964. Portanto, estou às vésperas dos 60 anos. Estudei Direito na Universidade Federal do Amazonas, concluí o curso em agosto de 1985 e já aí eu era funcionário do Tribunal de Contas, onde entrei como funcionário de nível médio, em abril de 1985.

Eram tempos anteriores à Constituição de 1988, quando não era exigido concurso, somente um processo seletivo. Mesmo como servidor, eu mantive uma carreira paralela na advocacia, durante 14 anos, e só a interrompi quando, por concurso, ingressei no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no ano de 1999. E foi através do Tribunal que eu cheguei ao Conselho. Importante ressaltar aqui que todos os Tribunais de Contas têm entre os 7 Conselheiros um representante do Ministério Público e um da Auditoria; eu entrei na vaga do Ministério Público. Com isso, desde o ano de 2006, eu sou Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas.

Érico Xavier Desterro e Silva



Já como Procurador, a minha perspectiva mudou completamente, porque antes eu era servidor do Tribunal, mas tinha uma profissão liberal paralela. No momento em que entro como Procurador, evidentemente, me dedico exclusivamente à atividade Pública. Mas isso não apaga a minha experiência anterior na advocacia, os muitos contatos com o mundo empresarial.

Eu tenho me dedicado a estudar as coisas do Tribunal de Contas, em especial dois temas básicos: a questão da governança, que envolve sistema de integridade, *compliance*, e eficiência na administração pública. Eu sou mestre em Direito pela Universidade de São Paulo e a minha dissertação é exatamente sobre o controle da eficiência pelos Tribunais de Contas.

Eu tenho me preocupado muito com isso, com a eficiência na administração como um todo, e na condição de Conselheiro e membro do Tribunal de Contas, tenho agora me dedicado à questão do controle da eficiência específica da Administração Pública. Eu penso que essa experiência na atividade privada me fez perceber a necessidade de introduzir algumas ideias, ou fazer algumas reflexões sobre coisas interessantes que existem lá, e que podem muito bem ser aproveitadas aqui.

Eu acho que, de uma forma geral, a Administração Pública brasileira (quebra de raciocínio), e eu estou falando na condição de alguém que já está nisso desde o fim da década de 1990, que é quando

começou a haver, pelo menos no Direito Positivo, uma modificação da perspectiva da Administração Pública no que diz respeito à governança. O princípio da eficiência, por exemplo, foi posto na Constituição apenas em 1998, ele não está na redação original, e entrou com a ideia de eficiência da administração, e com isso surgiram alguns mecanismos para dar ênfase um pouco mais gerencial na Administração Pública brasileira.

E aí surgiram, por exemplo, os contratos de gestão, as primeiras agências reguladoras, agências executivas, algo hoje mais comum na Administração Pública. Então, quando eu entro, nós temos um problema muito sério, de uma administração burocrática. Hoje é um misto, e claro, quando falo de Administração Pública brasileira, temos que lembrar que há a administração federal, as estaduais, as municipais e dentro das municipais, temos municípios gigantes como São Paulo, mas temos municípios como Jutai no Amazonas, que é muito pequeno.

Os Tribunais de Contas são, no meu modo de ver, no Brasil, a instituição mais federativa que nós temos, no sentido de que não há 2 Tribunais de Contas semelhantes, há coisas comuns, ainda que haja estados que possuem Tribunais de Contas em municípios, e já começa por aí a diversidade, e se nós nos limitarmos aos Tribunais de Contas estaduais, por exemplo, mesmo assim nós temos diferenças gritantes de procedimentos. A única coisa que nos coloca de fato em comum são aquelas regras que estão na Constituição sobre composição dos

Tribunais e as nossas competências. Agora, cada Tribunal para exercer essas competências é sempre diferente, bem diferente, e tem de ser.

Há uma tentativa em curso de uniformizar os procedimentos, mas, na minha análise, isso leva ao risco de nós produzirmos uma legislação de difícil cumprimento. Vou dar um exemplo: enquanto Minas Gerais tem 853 municípios, o Amazonas tem 62. Não dá para termos procedimentos semelhantes, de auditoria, de exame de prestação de contas, num estado como Minas Gerais, que além de ter essa quantidade de municípios, os municípios muito provavelmente são ligados por boas estradas, enquanto o Amazonas tem 62 municípios, mas muito deles não são alcançáveis via terrestre, é só via aérea ou fluvial e, às vezes, isso demanda uma quantidade de horas que pode levar dias. Enfim, não há como nós termos procedimentos uniformes no Brasil.

Apesar da harmonia que temos entre os nossos Tribunais, não digo que temos um comportamento único, mas o compartilhamento das experiências, isso é tranquilo, nós realmente temos feito muito e aí aproveito para dizer que o IRB tem desempenhado um papel fundamental. Daí dizermos que é “a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas”, no sentido de que é o lugar apropriado para que nós façamos certos debates, troquemos informações e cada um retira da experiência do outro aquilo que lhe cabe, o que lhe convém, no sentido de convir para melhor produzir os seus resultados, as suas competências constitucionais.

Isso daí tem sido excelente, vou dar um exemplo concreto: a questão da Integridade Pública. Eu tive o prazer de coordenar um comitê, que instituiu, no IRB e ATRICON, uma resolução que formulava diretrizes para um Sistema de Integridade dos Tribunais de Contas, diretrizes. Nós tivemos todo o cuidado para lançar o que havia de fundamental num Sistema de Integridade, o que é necessário, deixando evidentemente para cada Tribunal tratar dos detalhes, segundo as suas próprias circunstâncias, sua cultura, seu estágio de maturidade institucional para desenvolver um Sistema de Integridade. E, neste ponto, o IRB e a ATRICON foram importantes para que nós pudéssemos produzir um resultado que fosse do interesse de todos os Tribunais de Contas. No caso do Tribunal de Contas do Amazonas, imediatamente após a edição da resolução pelo IRB e pela ATRICON, começamos o nosso Sistema de Integridade, e hoje nós o temos implantado, somos pioneiros nisso. Creio que fomos o primeiro e acho, com certeza não posso afirmar, que somos até agora o único Tribunal que detém um Sistema de Integridade implantado, e claro que o fato de estar implantado não quer dizer que estamos bem, não, porque isso demanda um tempo de amadurecimento, de divulgação do que é o sistema, de mudança da cultura institucional para a implantação efetiva de um Sistema de Integridade.’

O tempo inteiro o IRB está envolvido em uma série de atividades, quer no que diz respeito ao Direito Positivo aplicável ao funcionamento dos Tribunais de Conta, quer também naquilo que diz respeito à própria instituição do Tribunal de Contas. Quando falamos de Sistema de

Integridade, há essa dupla visão; ao mesmo tempo que nós estamos preocupados em criar instituições solidamente íntegras, que são os nossos Tribunais, nós também temos a preocupação de divulgar isto, de ser indutor disto nas administrações que nós controlamos. Também temos que servir de exemplo, porque não podemos exigir dos outros um Sistema de Integridade que não esteja implantado aqui. Então, a preocupação está em se criar dentro do Tribunal de Contas um ambiente institucional íntegro, divulgar isto e ser agente indutor disto, de tal forma que a ideia se espalhe por toda a Administração Pública.

E hoje a minha responsabilidade no IRB passa exatamente pelo Comitê de Governança, que trata dessas questões, é voltado para melhorar a governança pública dos nossos Tribunais, mas também propor que esse sistema de governança seja o máximo possível divulgado, expandido para todos os setores da Administração Pública.

ISMAR DOS SANTOS VIANA

Eu ingressei por concurso no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em 2011. E, desde o primeiro momento, eu comecei a pesquisar sobre o processo nos Tribunais de Contas. Então, eu acabei tendo uma vivência mais presente por conta dessa minha pesquisa voltada para a processualística nos Tribunais de Contas.

Em 2012, eu tive meu primeiro contato com a discussão processual e, de lá para cá, eu ingressei no Mestrado, sempre pesquisando processo de controle externo, a dupla natureza processual voltada à efetividade das políticas públicas de Direitos Humanos, passando por uma segurança jurídica, uma conformação institucional e eu acabei também discutindo muito sobre a Governança, a estrutura dos Tribunais de Contas, como ela pode impactar positiva ou negativamente na atuação dos Tribunais de Contas.

Ismar dos Santos Viana



Então, eu participei de vários cursos realizados pelo IRB, sou um entusiasta do trabalho do Instituto Rui Barbosa, que de fato busca produzir conhecimento para os Tribunais de Contas e para além dos muros dos Tribunais. Mais adiante, eu tive o contato mais direto, fiz parte da comissão no IRB, e tive o prazer, a honra, de idealizar, em conjunto com a professora Cristine Martins Ramos, uma colega também auditora de Controle Externo do TCE-Paraná, que foi o Programa de Formação do Auditor de Controle Externo. E vi que isso foi realmente fertilizado e recentemente participei de alguns eventos dentro desse programa, no Rio Grande do Norte, o que demonstra ser a atuação do IRB, de fato, uma contínua construção do conhecimento.

Eu coordenava a Escola de Contas do TCE-Sergipe e participei desse comitê de formação técnica, mas, antes disso também, eu fui convidado para palestrar em diversos eventos. Me lembro que em um deles, eu acho que me chamou muito a atenção, que foi o Congresso Internacional realizado no Ceará, eu acho que foi em 2018, e eu falava sobre essa visão pedagógica instrumental dos Tribunais de Contas, dizia quais eram os instrumentos do ponto de vista processual que podiam contribuir para que o Tribunal de alguma forma exercesse essa função pedagógica. E por que eu dizia isso? Porque eu tenho sempre em mente que os Tribunais não podem atuar dentro de bases voluntaristas, qualquer que seja a intenção do Agente Público, ela deve se dar mediante uma dialética processual.

A propósito, escrevendo um artigo sobre Governança, me lembrava de uma passagem do professor Carlos Britto, que é o nosso

ídolo também do sistema Tribunais de Contas, em que ele dizia que “cabe aos Tribunais de Contas não governar, mas impedir o desgoverno.” Então, toda a minha lógica de discussão de processo parte disso aí, os Tribunais não podem governar, mas eles podem impedir o desgoverno, e de que forma eles podem impedir isso? A partir de um devido processo legal, em que os atores processuais, ou seja, os Auditores de Controle Externo, os Procuradores de Contas e os Conselheiros, por meio de um diálogo harmônico, independente e imparcial, vai dizer de que forma aquele ato deve ser corrigido ou não. Mas não pode, tão somente, um Agente Público dessa tríade processual dizer como o ato deve ser praticado, porque isso é visto, e eu dizia na época, em 2018, como um ativismo do controle.

E a gente vê uma crítica muito grande hoje de ativismo no Poder Judiciário e no âmbito dos Tribunais. Há de um lado aqueles que criticam o ativismo do controle, supostamente praticado pelo TCU, com o qual eu não concordo, e um ativismo nas avenças, que é um déficit, eu diria, de atuação, de proteção dos Tribunais de Contas dos estados em razão da sua atuação ordinária, que é de fazer o controle. Então, toda a minha pesquisa dentro do controle externo é baseada em processo de controle externo e em responsabilização, sanção e reparação dos Agentes Públicos.

Quando eu ingressei no Serviço Público, no estado de Sergipe, tinha 18 anos de idade, foi quando prestei o meu primeiro concurso. Tive essa oportunidade de conhecer os dois lados do balcão. Atuei

lá em 2020 ou 2021, ingressei no concurso, na Secretaria de Estado da Justiça, e durante seis anos eu tive a oportunidade de dirigir um presídio, logo na minha adolescência, na minha fase inicial de Serviço Público. Em 2008, eu fui ser Secretário de Administração da minha cidade, que é Lagarto, em Sergipe, uma cidade que tem pouco mais de 100 mil habitantes. Eu fui Secretário de Administração, e depois de Ordem Pública, que envolve a parte de Guarda de Trânsito, Guarda Municipal, enfim, tive essa oportunidade também de conhecimento do lado da Gestão Pública. Então para você ser controlador, você precisa exercer uma empatia controladora, conhecer o objeto controlado, saber o outro lado da coisa, e talvez isso tenha facilitado a minha vivência no campo do Controle.

Em 2010, quando vim para o Tribunal, eu vivi mais diretamente a política pública carcerária, depois fui Secretário e quando venho atuar no controle. Esse trânsito pela função administrativa e pela função controladora me permitiu, de alguma forma, uma vivência melhor do que alguns colegas que talvez não tenham tido essa oportunidade de transitar nesses dois planos. Também sou advogado, professor e Auditor de Controle Externo. Em 2015, mais especificamente, eu tive contato mais direto com a ANTC, que é a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil. Importante lembrar que nós temos nos Tribunais de Contas três funções processuais, atuando harmonicamente, que concretizam as competências constitucionais conferidas aos Tribunais de Contas. A fase de auditoria e instrução processual é feita pelo Auditor de Controle

Externo, aquele que prestou concurso público específico para nível superior, para particularizar essas atividades; temos os Procuradores de Contas, que integram a AMPCON; e temos um Procurador de Contas, que é quem faz a conformação legal. É diferente do Ministério Público comum, porque o MP comum acusa e aqui não, aqui ele faz a conformação legal e os Conselheiros e Ministros, titulares e substitutos são os que desempenham essa função judicante. Então, nós temos 3 associações que representam essas carreiras: ANTC, ATRICON e AMPCON.

Eu presido, desde 2021, a ANTC, e quando eu conheci o estatuto vi que coincidia muito com meu objeto de pesquisa, porque entre os objetivos, fundamentos e princípios do estatuto da ANTC consta a defesa do devido processo legal, ativismo do concurso público específico. Olha, eu acho que isso aqui se amolda ao que eu penso e como toda carreira de Estado tem sua associação que é homogênea, a nossa só representa auditorias de controle externo. Então, eu acabei me inserindo dentro do circuito associativo. Enfim, 2015 entrei ali, quando foi mais adiante, já vi que estava dentro do projeto, aí fui ser Diretor Jurídico e o pessoal disse: “Não, você vai ter que ser Presidente.” Eu resisti no começo a assumir a presidência, porque aquilo atrapalharia um pouco a minha vida acadêmica, mas por outro lado foi muito produtivo, porque me permitiu conhecer pessoas de todos os Tribunais de Contas do Brasil, a exemplo do próprio professor Edilberto, por quem eu tenho profunda admiração e respeito, seja pelo conhecimento acadêmico, seja pelo republicanismo com que ele

trata as pessoas, com que ele trata as instituições, com que ele trata o próprio Instituto que preside.

Conheci pessoas que eu faço questão de elogiar, como o professor Valdecir Pascoal, também tive a honra de convidá-lo para prefaciар um dos meus livros, o primeiro livro meu que foi de Fundamentos do Processo de Controle Externo, depois o próprio Fábio Nogueira, que é Conselheiro lá do TCE da Paraíba, uma figura também fantástica, que tem esses ideais republicanos, e mais recentemente o próprio Conselheiro Miola, que foi o primeiro agente de controle com vivência acadêmica que eu citei no meu primeiro artigo. Depois eu fui conhecer Miola mais adiante, eu sempre conto isso a ele, “eu já conhecia os trabalhos do Conselheiro Miola e hoje tenho esse contato mais direto por conta das entidades classistas.”

ANTÔNIO ROQUE CITADINI

Eu cheguei ao Tribunal de Contas ainda pela Constituição anterior, sou da última fase da Constituição, que vem lá de 1967, com aquelas reformas todas. Eu chego ao Tribunal no começo de 1988 e para mim foi interessante por dois motivos: primeiro porque chego muito novo, eu tinha 38 anos. Depois, porque era um momento de grande mudança com a Constituição de 1988, que mudou muito, não vou dizer que mudou tudo, mas mudou muito no Controle Externo, nos Tribunais de Contas.

E quando eu chego, a realidade que nós tínhamos era de implementar todas as mudanças que trazia a Constituição, em toda a forma de Controle. E é este o motivo que se pensa no Instituto Rui Barbosa, o IRB rigorosamente estava morto. Quando nós resolvemos assumir o Instituto, ele tinha um objetivo claro: nós estávamos num momento de grande transformação, de grande mudança que estava ocorrendo e que precisava de uma instituição que ajudasse a discutir,

Antônio Roque Citadini



juntar ideias, propostas, medidas que estavam sendo adotadas e então este foi o sentido de, vamos dizer assim, reviver o Instituto Rui Barbosa.

Ele era muito precário, durante o período em que eu fui Presidente, era o Tribunal de Contas do Estado que dava todo apoio ao Instituto. Naquela época, ninguém contribuía com nada, não tínhamos funcionários, não tínhamos nada, nós tínhamos só o Instituto ali, tudo o que era feito, era feito com a estrutura dos Tribunais, notadamente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Porque eu era o Presidente e foi assim que o Instituto renasceu, e ele renasceu no meio de grandes discussões, a começar pela Constituição de 1988, que havia naquele momento muitas dúvidas, como fazer, como não fazer, como os Tribunais iriam implementar, nós tínhamos naquele momento um problema que tem até hoje, nós temos que ter decisões nacionais para problemas que são de cada estado, como nós não contamos nunca com o TCU, ele nunca liderou, nunca quis, naquele momento nem queria muito se aproximar dos Tribunais de Contas dos estados e municípios, a verdade é que isso se devia a uma “síndrome de Brasília”, de se achar superior, e isso daí é um equívoco, porque os Tribunais dos estados são na verdade o eixo do Controle Externo do país. Quem faz o Controle Externo são os Tribunais estaduais, o TCU só faz aquele negócio lá de Brasília, mas na verdade, ele não tem nem tamanho para fazer o controle da Administração Pública no país todo.

Tinha regras novas vindo com a Constituição de 1988, por exemplo, o exame prévio de editais era uma novidade que tinha

aparecido, como é que os Tribunais iam aplicar? E você tinha umas características de que cada Tribunal tinha um modelo, eram modelos muito diferentes, não eram modelos tão assemelhados, embora se falasse que seguiam as regras federais. Eles eram bastante diferentes. Veja, no Tribunal de São Paulo, a substituição dos Conselheiros era feita numa lista aprovada pela Assembleia, esse era um sistema que outros Tribunais não adotavam, outros Tribunais tinham o substituto definido, alguns até concursados, outros eram funcionários de carreira, cada um tinha um modelo.

Quando houve a Constituição de 1988, nós nos batemos para que o modelo nosso fosse estabelecido, quer dizer, assim como os Conselheiros são indicados pelo Parlamento, nós faríamos uma lista de substituto que iria à Assembleia, que aprovaria periodicamente, mas nós fomos obviamente derrotados, prevaleceu o sistema do TCU. Havia também divergências com relação à chegada do Ministério Público nos Tribunais de Contas, cada um tinha uma ideia. Enfim, era um momento de grandes necessidades e cada Tribunal tinha o seu modelo, alguns muito parecidos, outros diferenciados. E isso precisava ser discutido, para ver os melhores modelos.

Então, é naquele momento que o Instituto Rui Barbosa renasce. E nós, a partir daquele renascimento, passamos a organizar simpósios, encontros dos Tribunais de Contas do país todo. A verdade, diga-se de passagem, é que quase todos foram feitos aqui em São Paulo, por vários motivos, primeiro porque era aqui que nós estávamos,

segundo pela maior facilidade de voo. Enfim, passamos a discutir várias questões que foram depois sendo implementadas, aí vieram outras leis, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que praticamente surgiu em discussões aqui em São Paulo, no Tribunal e no IRB, onde ouvimos os estados e municípios.

É claro que essa discussão ajudou a nascer legislações boas, obviamente nem sempre nós concordamos, você sempre tem que admitir que o ponto de vista do outro também é relevante. Eu me lembro, por exemplo, nós nos batemos muito contra esse percentual de orçamento para as Câmaras municipais. Nós dissemos, desde o primeiro momento, que era um erro esses valores para as Câmaras municipais e que isto provocaria um aumento enorme de gasto, que foi o que ocorreu. Nós fomos derrotados, as Câmaras municipais aumentaram de funcionários, de tudo, mas nós também entendemos, porque havia a reivindicação dos estados do Nordeste, que se aplicasse os nossos percentuais, reduziria muitíssimo o orçamento das Câmaras municipais e nós ainda queríamos que o percentual fosse em cima de tributo local, quer dizer, não entrassem tributos transferidos, então as Câmaras teriam um percentual muito pequeno de verba, em municípios onde a arrecadação própria é pequena, essa é uma realidade que nós tivemos que aceitar.

Mas isso tudo nasceu da nossa convivência e do trabalho do IRB. Eu quero dizer que a melhor coisa do Instituto Rui Barbosa é trazer visões diferentes do país, porque o país, embora haja uma

preponderância da união, o país não é a união, a união ela só é preponderante no dinheiro, mas quem vive mesmo as dificuldades dos estados e municípios são os Tribunais locais. Outro dia alguém me disse: ‘Ah, o Tribunal da União está fazendo um belíssimo trabalho na área da educação’. Eu disse: “Não está fazendo nenhum, eles não têm nem o que fazer”, quer dizer, quem tem o que fazer são os estados e municípios, o máximo que eles podem é estar fiscalizando bem a Universidade Federal, porque o Governo Federal gasta quase todo o dinheiro do Ministério da Educação nas Universidades Federais. Mas, uma coisa boa do Instituto foi que se aprendeu a conviver com muitas divergências, essa é a realidade.

Enfim, isso só é possível fazer, convivendo, discutindo e enfrentando os problemas. Então, o que sobrou daquele período foi um efervescente período de discussão, muitas questões viraram leis, passaram a ser aplicadas, Lei de Responsabilidade Fiscal é uma, de tal forma que o Instituto contribuiu para aquilo que ele foi criado, uma instituição que promova debate, promova a melhoria da própria atuação dos Tribunais.

Eu acho que a questão principal do IRB sempre será essa: um fórum para discutir as questões de mudanças e melhorias dos Tribunais de Contas.

Eu sou advogado, me formei no Largo São Francisco. Eu era advogado eleitoral, tenho vários livros de Direito Eleitoral, fui

Presidente de uma importante companhia pública aqui em São Paulo, que é a Companhia de Gás, saí e fui para o Tribunal de Contas. Aliás, por conta dessa minha vinculação à faculdade, no ano passado, quando houve a famosa carta aos brasileiros e brasileiras em defesa da Democracia, eu fui um dos seis que acabaram fazendo a carta, na verdade, no meu Tribunal, quatro são da mesma escola, dois são da mesma classe e três do mesmo período, quer dizer, é um fato bastante interessante, então é isso. Eu fui para o Tribunal muito novo, aliás, a minha vantagem foi ter ido muito novo, porque eu pude ficar esses 30 anos vivendo todas essas questões e todas essas transformações pelas quais o país passou.

O Instituto nasceu dentro do Tribunal de Contas do Estado, porque dos seis que assinaram, três são do Tribunal: eu, o Presidente Dimas e o Thiago Pinheiro Lima, que era o único que não viu a carta de 1977, mas era Procurador-chefe do Ministério Público de Contas, ele é aí do Piauí. Então, dos seis, três são de lá, e cinco dos seis são da faculdade do período de 77, aliás, diga-se que o movimento... a carta foi um evento retumbante.

CELMAR RECH

A minha vida profissional se inicia com uma longa experiência de 14 anos, no Banco do Brasil, onde entrei em 1982 e saí apenas em 1996, quando fui para a Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Lá permaneci por mais 12 anos, até 2008, quando vim para o Tribunal de Contas do estado de Goiás.

Eu havia feito concurso para Auditor, estava no Tribunal e, em 2011, o Conselheiro Auditor completou 70 anos, idade limite à época, e eu, passei a ocupar a vaga de Conselheiro, que era reservada aos auditores. Quando cheguei ao Tesouro, em 1996, tive a oportunidade de participar de todo o processo de refinanciamento das dívidas estaduais e municipais junto à União. Foi uma oportunidade extremamente rica, pois eu pude vivenciar de perto toda essa legislação relativa às finanças públicas. E tão logo concluímos o processo, veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, mais uma rica experiência, participei como

Celmar Rech



Servidor do Ministério da Fazenda das críticas internas ao projeto, antes de ser enviado ao Congresso Nacional.

Pelo Ministério da Fazenda, eu também tive a oportunidade de conhecer mais o Controle Externo, naquele momento em que a União fez um financiamento externo para promover o aprimoramento do Controle Externo brasileiro, que foi o PROMOEX, do qual eu participei como representante não do Controle, mas da União. Assim, eu estive junto à ATRICON e ao IRB, com o propósito de ver a melhor forma de utilização dos recursos no processo de aprimoramento do Sistema. Na época, ainda nem me passava pela cabeça a ideia de fazer parte do Controle Externo. Só depois é que eu fui fazer concurso para o Tribunal de Contas.

Mas foi exatamente aí que começou a minha paixão pela área. Portanto, eu contribuí, digamos assim, com o aperfeiçoamento do Sistema de Controle Externo desde a época em que eu era servidor da União. E uma vez estando no Tribunal de Contas do Estado, aí sim eu tive a oportunidade de, primeiro no Tribunal, ser o representante do plano de ação do PROMOEX e, posteriormente, já como Conselheiro, em diversos pontos nos quais eu tive a grata satisfação de ser convidado pelos sucessivos presidentes que passaram pelo IRB, de participar de algumas missões, dada a minha formação de finanças públicas, sobretudo no tocante a questões relacionadas à Lei de Responsabilidade Fiscal e outras inúmeras matérias que foram apresentadas, ao longo desses anos todos.

Até hoje eu represento o Sistema de Controle Externo na Câmara Técnica de Contabilidade, um fórum no qual as diversas questões da contabilidade pública são apresentadas aos estados e aos municípios. E o Sistema de Controle Externo está lá, representado pelo IRB, pela ATRICON. Eu faço parte da Câmara exatamente pela minha formação em Contabilidade, mas também tenho formação em Economia e Direito. Ademais a experiência que adquiri ao longo desses anos, seja no trato da Lei de Responsabilidade Fiscal, seja na legislação de finanças públicas como um todo, me credencia a representar o IRB ou ATRICON nos mais diversos eventos relacionados a essas áreas.

Quero registrar também um momento particularmente gratificante, em que o IRB e a ATRICON se associaram para firmar um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional. Nessa oportunidade, os 33 Tribunais de Contas assinaram este acordo com o objetivo de fazermos um alinhamento conceitual dos principais pontos das finanças públicas. Foi extremamente rico, e está sendo ainda, porque o acordo segue firmado, agora não mais como um objeto abrangente que tinha quando nós iniciamos, mas ainda tem muitos pontos que estamos discutindo. Essa questão do alinhamento conceitual teve avanços significativos tanto para a Secretaria do Tesouro, quanto para os Tribunais de Contas, e sobretudo para o país, pois quando nós pensamos que um país federativo como o nosso, com 27 unidades da federação absolutamente díspares sobre os mais diversos pontos, com IDHs completamente distintos, fazer uma consolidação de contas públicas, exige somar banana com banana, laranja com

laranja, o que exige um forte alinhamento conceitual. Avançamos muito nesse processo, e o IRB está de parabéns.

A meu juízo, para que o país possa fazer parte da OCDE, algo que me parece uma pretensão viável, precisamos ter esse alinhamento conceitual, de modo a podermos ter uma consolidação das contas nacionais com a mesma linguagem. Nisso nós já avançamos muito, basta vermos que a forma de cálculo da dívida de um ente da federação antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tinha Estado emitindo títulos da dívida pública e eram depois refinanciados pela União, sequer se sabia o volume adequado de quanto isso representava, então não se falava em consolidação de contas, de dívidas, despesas. Enquanto o Estado hoje tem a sua dívida consolidada, isso tudo nós superamos, hoje nós temos um alinhamento conceitual, tanto na parte das principais despesas, quanto nas principais rubricas das finanças públicas, absolutamente consentidos entre os entes da federação e com a própria União. O termo que talvez melhor demonstre esse avanço institucional da União e das unidades da federação, por meio da participação dos Tribunais de Contas, sobretudo com a participação do IRB, mas com o apoio irrestrito sempre da ATRICON, é que permite essa evolução institucional que os Tribunais de Contas possibilitaram que acontecesse, tanto na União, quanto nos estados, e nos municípios.

Então, hoje nós temos alguns demonstrativos fiscais, que são o relatório de gestão fiscal, relatório resumido da execução orçamentária nos 5.570 municípios, nas 27 unidades da Federação e na União,

falando a mesma linguagem. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem 23 anos de idade, deu muita confusão no começo, despesa de pessoal, por exemplo, para um ente da federação tinha um conceito, para outro tinha outro conceito, quando você ia somar isso, não demonstrava um número fidedigno, então esse avanço institucional e essa parametrização conceitual, ela só ocorreu porque houve um trabalho hercúleo, primeiro da União via PROMOEX e depois, sobretudo, dos Tribunais de Contas com o apoio do IRB e da ATRICON. Hoje nós estamos num patamar extremamente mais avançado, e eu tive de participar ativamente desse processo de melhoria institucional. E isso me traz, pessoal e profissionalmente, um orgulho muito grande de ter feito parte dessa construção metodológica, que hoje permite que nós tenhamos, ainda que sujeito a muitas críticas, porque há muita legislação de finanças públicas constitucionalizada que a doutrina critica muito, que não precisaria estar na Constituição, mas apesar disso, nós estamos na vanguarda, ou ao menos preparados para fazer parte da OCDE, porque temos uma legislação confiável, com números confiáveis, capazes de demonstrar a situação fiscal dos estados, municípios e da União.

Os presidentes que passaram pelo IRB e pela ATRICON sempre tiveram a bandeira do diálogo, da discussão, da resiliência, sem a imposição de um conceito como norteador impositivo. E foi isso que nos permitiu, de forma muito honesta e franca, fazer o que fizemos até aqui. Quando se muda um conceito, sobretudo nas Cortes de Contas, isso gera um impacto direto no ente fiscalizado. E quando se faz isso de forma coordenada, às vezes com o Legislativo, ou por

meio de termos de ajustes de gestão com o próprio ente, o processo evolui com maior celeridade.

E aqui eu tenho que me render, porque os presidentes que passaram pelo IRB me deram muitas aulas de como conduzir um processo complexo, especialmente em um ambiente federativo como o nosso. Eles têm sido os grandes fomentadores da inovação aberta dentro do Sistema de Controle Externo, da busca transparente e coletiva de soluções que possam agregar valor ao nosso trabalho de uma forma que alcance todos os estados da Federação e dignifique a nossa imagem como agentes de transformação social. Sou muito grato ao IRB e a todas as lideranças com as quais tive o privilégio de conviver até aqui. Sem elas, eu não teria chegado aonde cheguei.

FABRÍCIO MACEDO MOTTA

A minha história com o Controle de Contas se inicia com a minha relação com o Tribunal de Contas da União. Eu fui servidor de nível médio do TCU, ainda nos tempos em que cursava a faculdade de Direito. Fiz o primeiro concurso que teve, passei e comecei a trabalhar no cargo de técnico de finanças, e foi ali que se abriram as portas para que eu conhecesse esse rico universo dos Tribunais de Contas.

Já chegando ao final do curso, teve concurso para Procurador do Ministério Público, algo que naquela época pouca gente conhecia, não sabia da relevância das atribuições, ou o que fazia. E como eu tinha a prática pela experiência no TCU, saí na frente nesse ponto. O primeiro cargo foi como assistente de nível médio, depois teve o concurso para o cargo de Procurador do Tribunal de Contas, e só mais tarde de Conselheiro. Na dúvida entre ficar na capital ou ir para o interior, como eu gosto muito de dar aula, também sou professor, decidi mesmo foi

Fabício Macedo Motta



fazer um mestrado, pois entendia que ir para o interior iria atrapalhar a minha vida, pelo menos os planos que eu traçara à época.

O fato é que o TCU teve esse papel de abrir as portas para mim, porque quando veio a oportunidade que seria, vamos dizer, definitiva, eu estava na frente, pois conhecia o que se faz e o que não se faz.

O meu contato com o Instituto Rui Barbosa se iniciou ainda nos tempos em que eu era Procurador. Isso é interessante porque naquela época, anos 2000, havia um divórcio muito grande entre os Conselheiros e os Procuradores, que não se aproximavam. O Ministério Público tinha um reconhecimento muito menor do que hoje, institucionalmente, não tinha estruturas de apoio para os estudos, como os Conselheiros sempre tiveram com a ATRICON e com o IRB.

E eu sempre via as capacitações do IRB que chegavam ao Estado, e que eram abertas. A figura que foi mais marcante desde o começo, talvez por conta de eu ter uma ligação muito grande com Minas Gerais, onde cursei o mestrado, e fiz boas amizades, então, a figura mais me marcou foi a do Helvecio. Sempre achei que estava anos-luz à frente, sempre nos estimulando. E com a chegada da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) eu participei de inúmeras capacitações promovidas pelo IRB, e foi ali que tive de fato o meu primeiro contato com o Instituto.

Eu acho que a LRF mostrou a importância das finanças públicas, do equilíbrio financeiro, para que o Estado pudesse cumprir o seu

papel. Como nós vínhamos de um longo período convivendo com uma inflação muito alta, a busca por uma certa estabilidade fiscal se fez imperativa. A lei foi realmente um marco para o Sistema Tribunais de Contas. Primeiro por reconhecer o nosso papel no controle da estabilidade das contas públicas. E depois, pelo investimento que foi feito do Banco Mundial, com o PROMOEX, que foi um divisor de águas para o sistema como um todo.

Aquilo foi uma prova de reconhecimento da nossa importância. “Nós precisamos de vocês, Tribunais de Contas, e precisamos de profissionais qualificados”, diziam os legisladores. E com isso nós nos transformamos em um celeiro de soluções para o Controle Externo Nacional.

Nesses anos em que estou no Sistema, vivenciei uma evolução muito grande mesmo. Geralmente, o parâmetro que a gente tem de organização, de estrutura institucional, é o Judiciário, tanto que alguns ainda falam: “a magistratura de contas”, e de forma semelhante, os Conselheiros estão equiparados aos Juízes, os Procuradores, aos Promotores. Então, fazendo essa comparação, a gente sempre nota que os Tribunais de Contas, muito embora a gente esteja falando de sistema, mas a organização não é muito sistemática, porque os Tribunais são isolados, não têm uma hierarquia. E o que foi mudado nesse tempo, que eu acho, é justamente esse papel de protagonismo que o IRB e a ATRICON assumiram para tentar organizar o Sistema de Controle Externo brasileiro. Quer dizer, para não deixar aquilo tudo isolado, para fazer os atores sociais conversarem mais.

Quando o IRB edita alguma nota técnica sobre a educação, o Comitê de Educação encaminha para todo mundo. E ali ele está tentando organizar esse conhecimento, disseminar boas práticas, dizer que o ideal é que seja feito assim, não posso obrigar, mas o ideal é tentar convencer os atores a atuarem de uma forma mais unida. E acho que esse é o papel do IRB, tentar organizar o sistema como sistema, no mais exato sentido da palavra.

Então, isso passa a ser uma questão cultural, ou seja, o IRB passa a funcionar como fomentador dessa cultura de sistema, dentro do conjunto de Tribunais de Contas que a gente tem, porque a independência que temos, individualmente, não nos faz trabalhar de forma isolada, carregamos doutrinas comuns, buscamos propósitos comuns. Aqui a gente tem aquela história de dizer que a “lei pegou”, a “lei não pegou”. Então, realmente, é uma cultura, porque tentava-se criar esse hábito de trabalhar junto, e isso não pode ser imposto.

A tentativa era exatamente essa, criar uma cultura de sistema, de fortalecimento institucional. E isso traz mudanças, até na forma como somos vistos pela sociedade, não mais cada um agindo de forma isolada. Porque antes, o que se tinha era o contrário, pela própria independência as pessoas não conversavam entre si. Cada um tinha o seu critério para o que era despesa com educação, por exemplo. Como é que eu explico para duas pessoas, cada uma em um lugar diferente, que isso é uma despesa aqui, mas lá não? Complicado.

Como Conselheiro do Tribunal de Contas de Goiás, eu me vejo exercendo um papel de agente de promoção da cidadania, a partir do controle externo. E como tal, é meu papel nortear o trabalho que o Estado está fazendo, no sentido de dar mais eficácia à aplicação das políticas públicas. E muitas vezes isso é uma angústia, você quer transformar algo, fazer com que algo funcione, mas saber que depende de outras instituições. Por outro lado, acho que iniciativas como as do próprio IRB, é que nos vão permitir fazer alguma mudança, porque mudança não se faz na marra, mas na sensibilização para sua necessidade. A gente não trabalha só com crime, roubo, superfaturamento, nós tratamos com práticas mesmo, com culturas, então eu acho que esse papel transformador vem a partir do momento em que a gente tem consciência disso. Algo que eu tenho chamado de indução. As leis que tratam de Goiânia e Fortaleza são as mesmas que tratam, por exemplo, de Sobral, Anhanguera e outros municípios, e essa realidade, sobretudo municipal, é muito diferente. Então acho que nosso papel está nisso de induzir as boas práticas, quer dizer, mostrar para o gestor: “Olha, para fazer uma boa política pública de saúde, educação, não basta comprar uma ambulância, não basta construir uma escola.” Então, eu acho que a transformação passa por esse aspecto de induzir esse comportamento nessas etapas de políticas públicas, a gente passa por essa capacidade institucional dos municípios. Importante lembrar ainda, que nos municípios o vereador é aquele que está em contato direto com a necessidade da população, mas que não tem muitas vezes a menor capacidade de exercer o seu papel. Então, também é nosso papel

melhorar essa força, qualificar essa força, dialogar com essa força transformadora que é o poder legislativo local, além do executivo.

Não se tem dados verdadeiramente mensuráveis, mas é fato que a gente perde mais recursos públicos por incompetência e desperdício do que por corrupção. Isso mostra que a gente tem que investir mesmo na capacitação, no planejamento. Aqui a gente lida com municípios muito díspares, quando o prefeito é eleito, ele chega no município e acha que está cortando a fita de inauguração do município, que vai começar do zero, então manda todo mundo embora, traz todo mundo que é dele. Aí, quando vai fazer uma compra por licitação, ninguém sabe fazer, mas a equipe dele vai fazer, dá tudo errado e os documentos ficam lá no escritório da capital, onde mora o contador. Portanto, precisamos investir mais na capacitação das pessoas.

E é aí que entra a importância do IRB.

HENRIQUE PANDIM BARBOSA MACHADO

O meu envolvimento com o controle externo vem de antes de eu ingressar na carreira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Vem um pouco até de uma questão de família: o meu pai foi Procurador Geral do Ministério Público, e o meu padrinho, que foi Governador de Goiás, também foi presidente e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Então, desde novo, sem ainda muito bem entender para que servia essa instituição, qual era o seu papel, eu já tinha contato até mesmo em casa com esse nome, com essa instituição, o Tribunal de Contas.

E eu via e percebia, com o passar do tempo, que aquilo era importante. Desde essa época, na fase da adolescência, até um pouco antes, eu via o meu pai, com quem eu sempre troquei experiências, via exercendo essa atividade e como ele a exercia com prazer e afinho, e sempre falava da importância disso para mudar a vida das pessoas. Enfim,

Henrique Pandim Barbosa Machado



depois eu fui para a faculdade, fui fazer o curso de Direito, me formei na PUC de Goiás. Aí comecei a advogar e estudar para concurso, o meu sonho era exatamente entrar para o Ministério Público. Fui advogando, estudando, até que eu tive uma oportunidade de trabalhar no Tribunal de Contas do Estado, fui Assessor por alguns anos e aí foi realmente, já com o conhecimento, com a formação jurídica, já formado em Direito e advogando, eu tive a oportunidade de entrar para essa instituição de uma maneira realmente mais profunda, exercendo as atribuições de Assessoria em um gabinete de Conselheiro, onde eu pude perceber o que era que um Tribunal de Contas fazia na prática, ou seja, qual era aquela importância que o Tribunal de Contas tinha na mudança da vida das pessoas, e eu comecei a me interessar muito por aquilo, passei então a direcionar os meus estudos de modo a pensar: “Bom, talvez eu consiga conciliar esse meu sonho de entrar pro Ministério Público com o sonho que foi surgindo de trabalhar no Tribunal de Contas.”

E aí surgiu exatamente essa instituição Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, que é um ramo específico do Ministério Público, diferente de todos os outros e que atua dentro do Tribunal de Contas. Então, eu comecei a direcionar os meus estudos para aquilo e surgiu concurso para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, porque Goiás é um dos três estados em que temos dois Tribunais de Contas, o Tribunal de Contas do Estado, que fiscaliza apenas o Estado, e temos o Tribunal de Contas dos Municípios, que fiscaliza somente os municípios. E o concurso tinha uma única vaga. Eu fiz, e deu certo.

O concurso foi em 2014, mas era um concurso longo e foi se encerrar apenas em 2016. Eu tomei posse na metade de agosto de 2016. E de lá para cá, o interesse nessa instituição Tribunal de Contas e Ministério Público de Contas não parou de crescer. Eu pude perceber uma outra área, porque até então eu tinha aquela experiência na advocacia, na confecção de decisões, de minuta, trabalhando como assessor de Conselheiro, e passei agora a ter uma experiência no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que é uma outra vertente, diferente, mas complementar. Costumo dizer que todos nós atuamos dentro de um sistema de controle externo e queremos no final a mesma coisa, que é promover o interesse público.

De lá para cá se vão sete anos que eu estou na carreira, nesse tempo eu pude passar a compreender um pouco mais sobre o funcionamento e a importância dessa instituição. Assumi o cargo de Procurador Geral do Ministério Público de Contas em 2022, em março, e em fevereiro de 2023 eu fui eleito presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas, o CNPGC, que engloba todos os chefes dos Ministérios Públicos que atuam nos Tribunais de Contas, seja no TCU, nos TCEs ou TCMs.

Enfim, eu passei, com a assunção do cargo de presidente do CNPGC, a ter uma visão mais global, ou seja, saí um pouco do meu Ministério Público próprio e passei a ter uma visão dos outros Ministérios Públicos de Contas e dos outros Tribunais de Contas e, claro que, ao longo dessa trajetória, o IRB se insere de uma maneira

muito importante, porque como eu disse lá no início sobre essa questão que a gente não percebe muito bem qual a importância dos Tribunais de Contas, ou o que eles fazem e muitas vezes nós não percebemos isso porque a própria forma federativa brasileira, e como o Brasil se organiza na federação, às vezes dificulta um pouco essa compreensão do que os Tribunais de Contas fazem. E nós precisamos de alguém que alinhe tudo isso, que pegue as boas práticas, aquilo que é feito de mais efetivo nesses Tribunais e divulgue para a sociedade, divulgue entre os próprios Tribunais, e é aí que entra a grande participação e a grande contribuição do Instituto Rui Barbosa.

O próprio estatuto do IRB, logo no início, diz que um dos objetivos principais é promover o aperfeiçoamento do Sistema de Controle Externo, o aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas, e esse aperfeiçoamento se dá exatamente a partir do momento em que o próprio IRB se organiza em comissões técnicas, em comitês técnicos, em que ele divulga e estimula boas práticas, em que ele firma convênios com diversas instituições para permitir o aprimoramento de cada Tribunal de Contas.

Nesse contexto, a gente que atua no sistema, seja como Conselheiro, como Ministério Público de Contas ou até mesmo como Auditor de controle externo, todos nós acabamos nos beneficiando. Esse também é o papel do CNPGC, que tem uma afinidade muito grande com o IRB. Então, essas instituições nacionais, o IRB, o CNPGC, a ATRICON, têm uma importância muito grande. Mas o IRB em

especial é muito bem estruturado, e exatamente por isso, chega aos 50 anos de existência com sua imagem consolidada no cenário nacional.

O IRB, como esse braço de conhecimento dos Tribunais, com os eventos que realiza, com as divulgações científicas que promove, tem como desafio maior, na atualidade, tornar os Tribunais mais próximos da sociedade, como também, mostrar aos próprios gestores públicos o papel de cooperação do Tribunal. Nós temos que fazer o Tribunal chegar mais perto das pessoas em geral, inclusive dos próprios jurisdicionados, porque às vezes é impressionante perceber que os próprios prefeitos, vereadores, secretários, eu digo de municípios, porque é onde nós atuamos especificamente, e geralmente onde há uma carência maior, do que se nós compararmos com estados e União. Muitas vezes, eles não sabem o que é o próprio Tribunal de Contas, não sabem para que o Tribunal de Contas serve, não sabem no que o Tribunal de Contas pode auxiliá-los. Então, da mesma forma que o IRB tem esse desafio de tornar os Tribunais de Contas mais próximos da sociedade, ele também tem esse desafio de trazer os gestores públicos para dentro dos seus eventos científicos, para mostrar esse novo papel dos Tribunais de Contas. Nós temos que sair um pouco desse foco interno, ou seja, de falar muito dentro do sistema, e cada vez mais falar para fora do sistema, seja para sociedade de uma maneira geral, seja para os gestores públicos, para que eles entendam, de uma vez por todas, que nós somos parceiros.

E vou além, vislumbro no futuro, nos próximos 50 anos, um IRB exatamente como se propõe a ser, como a Casa do Conhecimento dos

Tribunais de Contas, porque é isso que ele é, mas uma casa de difusão de conhecimento para os Tribunais de Contas e para a sociedade. Eu enxergo o IRB como uma entidade que, cada vez mais, vai conseguir aprimorar não só esse diálogo interno, que ele já faz muito bem entre os Tribunais, nesses congressos científicos, nesses comitês técnicos, melhorando a nossa atuação do dia a dia, mas também como uma Casa do Conhecimento do Controle Externo como um todo, voltada para a sociedade. Eu vejo o IRB cada vez mais como um vetor de difusão dos Tribunais de Contas para outros setores que estão fora do próprio sistema de controle externo, eu acredito que este seja o grande papel que o IRB terá nesses próximos 50 anos, difundir o conhecimento que nós produzimos não apenas para nós mesmos, para os diferentes Tribunais e Ministério Público de Contas, mas difundir aquilo que nós fazemos para a sociedade como um todo.

MARCELO VERDINI MAIA

Em 1988, aos 14 anos, eu estava no que hoje chamamos de nono ano do ensino fundamental, quando descobri, por intermédio de amigos, que seria interessante estudar em escola militar. Mas aquela era uma nova realidade, pois nunca tive interesse em estudar numa escola militar. Mas os amigos acabaram me estimulando, e eu ingressei num cursinho preparatório e acabei entrando no Colégio Naval, em 1990. Estudei todo o meu ensino médio no Colégio Naval, fui para o ensino superior na Escola Naval, e até então estava adaptado à vida militar.

Na época que a gente não tinha internet, a vida era estudar e seguir os preceitos militares da época. Aí, no terceiro ano da Escola Naval, eu comecei a ficar preocupado com minha carreira profissional futura, porque até então eu só tinha acesso à formação em Exatas. Mas no terceiro ano da Escola Naval, eu comecei a ter aulas sobre noções de direito, contabilidade, administração e economia. E eu

Marcelo Verdini Maia



comecei a me interessar, a pensar que tinha vida fora de matemática, física, engenharia, canhão e navio. E quando veio o vestibular, decidi fazer Economia. A ideia inicial não era sair, a gente tinha no último ano da Escola Naval, mas no último ano, um ano antes de fazer a famosa viagem de volta ao mundo, pensei: “Acho que não é para eu ficar aqui, porque se eu me formar vou acabar querendo um vínculo com a Marinha. Vou sair!” E fui.

Em casa foi aquela confusão, porque imagina você no último ano, quase se formando, viagem de ouro batendo na porta, e eu sair de uma hora para outra... a minha mãe lembrou a luta que foi para entrar, porque o concurso era coisa de 20 mil candidatos para 200 vagas, para se ter uma ideia da dimensão, aqui no Rio a nossa prova era no Maracanã. Mas já era tudo passado.

Quando eu saí da Marinha, me senti meio órfão, até que apareceu um concurso para Técnico da Receita Federal, que era de nível médio. Decidi fazer, mas era ultra concorrido, porque o salário era muito bom. Fato é que passei. Então, eu com 20 anos, tive acesso a esse cargo. E isso me deixou tranquilo para estudar, fazer minha faculdade de Economia na UERJ. Me formei, e logo abriu um concurso para o Banco Central, fiz e passei também. Mas tive que morar em Brasília, onde fiquei por seis meses. Nesse tempo, fiz seleção para o Mestrado, entrei pra FGV do Rio. Como se tratava do melhor mestrado do Brasil em Economia, o Banco Central acabou me liberando, e logo em seguida, no término do curso, eu consegui emendar a licença

para participar de um Doutorado fora do Brasil, na Pensilvânia, nos Estados Unidos. Fiquei lá até 2007, quando comecei a dar aulas nos MBAs que a FGV promovia no Brasil inteiro.

Em 2010, eu defendi minha tese e virei PHD em Finanças. Aí começou minha carreira acadêmica efetivamente, fiquei no Banco Central e fui ser professor da PUC-Rio. Aí surge um convite para o Ibmecc do Rio, assumir a coordenação da Economia do Ibmecc Centro e Barra. Aceitei o desafio e acabei também cursando Direito no Ibmecc, onde me formei em 2015. Antes disso eu havia passado para um concurso da UERJ, quando voltei novamente a ter vínculo com o serviço público.

Num belo dia, olhando um jornal desses de concurso, vi um concurso para o TCE do Rio, no cargo de Conselheiro substituto. Passei. Aí abandonei tudo, entrei para o Tribunal, em março de 2016, e vi que era algo importante, hoje vejo mais ainda. Apesar de estar lá há tão pouco tempo, pouco mais de seis anos, sinto que fiz a escolha certa.

E hoje, quando vejo uma instituição como o IRB fazendo 50 anos, envolvendo tantas inteligências em torno de um propósito comum, me sinto gratificado. O IRB tem feito um belo trabalho, quando ao fomentar essas condições temáticas de estudo, acaba homogeneizando todos os Tribunais por tratar os temas de forma similar. Nesse comitê onde atuo, não tem muito o papel orientador de trabalho, mas ajuda a dar mais autonomia aos Tribunais. Foi o Tribunal do Rio que fomentou

a criação desse comitê, porque a gente descobriu que não tinha controle sobre os nossos próprios domínios, domínios mesmo de internet. Cada Tribunal tinha um gestor que não era o próprio Tribunal, e a gente tem uma certa discussão, isso é do Brasil inteiro, qual é o papel do Tribunal de Contas como órgão? Ele é um órgão autônomo, ele é independente, tem Assembleias que acham que o Tribunal é um apêndice dela, outros aceitam que o Tribunal é um órgão que tem sua relevância autônoma, isso parece coisa pequena, mas não é. Os Tribunais não são obrigados a seguir, mas cada vez mais estão aderindo, e a gente conseguiu fazer isso. Então, nesse sentido e no sentido que eu falei, como orientador, pedagógico e acadêmico, é muito importante o papel que o IRB tem.

Os cursos que oferece, os patrocínios que o IRB faz para os mestrados internacionais, os convênios, os congressos que são promovidos, eu acho muito importante.

A minha vivência mais forte é acadêmica, o ambiente que me fez feliz por mais tempo foi o ambiente acadêmico. E dentro do Tribunal, há quem diga que o ambiente não é nada acadêmico, que é muito burocrático, mas que, no entanto, tem uma atuação que é muito mais voltada para fora dos muros do Tribunal do que para dentro, porque a grande verdade é que o trabalho é voltado para contribuir para a sociedade. Mas cada vez mais o Tribunal está se colocando como órgão, não digo que independente, porque constitucionalmente não é, mas autônomo com certeza e cada vez mais técnico, sem largar a política, mas a política que eu chamo aqui no Rio de *policy*, a *policy*

americana, como fomentador de política pública. E nesse tempo que estou no sistema, desde 2017, a gente tem comentado e colocado cada vez mais em evidência o papel do Tribunal como um orientador, mais do que um órgão punitivo, o objetivo do Tribunal não é punir, é ser mais eficiente e mais eficaz. Para um Tribunal de Contas não é gratificante punir, porque quando ele pune, é sinal de que a política foi mal adotada, teve erro, teve fraude, e o Tribunal vai estar obviamente cessando algum problema, cobrando multa e fazendo alguma diligência com o gestor, com o órgão. Mas se o Tribunal trabalhar cada vez mais preventivamente, e a prevenção vai conseguir com que a política seja bem implementada, então ser preventivo para a gente é ser técnico, orientador, voto que sim, na minha opinião, não digo que é acadêmico, porque a gente não desenvolve teorias ali dentro, mas quando a gente faz um voto, os meus votos e eu vejo de todos que estão comigo lá, a gente tenta ser didático, específico, trazer todos os pontos, debater, orientar, vira uma aula, o voto é uma miniaula, eu diria até. O gestor que é interessado e está naquela intenção de melhorar a sua área, ele pega aquele voto, estuda, aprende e melhora. Então, a gente está vendo isso acontecer e eu acho que no Brasil como um todo, eu digo com mais propriedade no Rio que vejo isso acontecer, mas eu sei que nos outros Tribunais, mesmo os Conselheiros que são oriundos da política, eles estão chegando mais preparados tecnicamente falando, mais interessados em produzir coisas legais.

E é por isso que eu acho que o IRB está no caminho certo, de continuar melhorando e atuando em favor dos Tribunais de Contas,

cada vez mais entendo que os Conselheiros estão mais participativos, estão mais interessados em contribuir nesses eventos. Então, eu acho que o caminho está bem trilhado, bem administrado, bem planejado, já melhorou bastante, cada presidente fez a sua parte, trouxe ideias cada vez melhores e melhorias interessantes para os Tribunais de Contas. No Rio, por exemplo, quando eu entrei no Tribunal, eu achava que os Conselheiros não eram muito próximos, não que não tinham interesse, mas não eram próximos em termos de contribuição do Instituto, hoje em dia já tem dois presidentes de Comitê, tem outro Conselheiro que está fazendo mestrado via Instituto Rui Barbosa, que vai ser com certeza, no futuro, um presidente bem atuante, então a tendência é melhorar cada vez mais, espero que as pessoas que entrem no futuro continuem com esses projetos e trabalhos em mão.

EDUARDO TUMA

Hoje, aos 42 anos de idade, me sinto muito privilegiado de ser Conselheiro do Tribunal de Contas do município de São Paulo e assumir a função de presidente desse mesmo Tribunal. Privilegiado primeiro por Deus, pois eu acredito piamente nisso, que tudo vem Dele, volta para Ele, que não existe uma porta que não tenha sido aberta por Ele. Então, essa é minha convicção de que, na minha capacidade própria, na minha própria força, eu não teria chegado aonde cheguei sozinho. Afirmo isso olhando para trás, fazendo essa regressão de vida, regressão cronológica, e vou estabelecer o marco temporal da faculdade de Direito, que comecei a cursar em 2000, de 2000 a 2004 cursei bacharelado em Direito, e ressaltar que não só fiz parte da equipe atlética das Faculdades Metropolitanas Unidas, como também organizava a questão esportiva, e desde lá dialogava com o nosso diretório acadêmico e, como representante de sala que sempre fui, dialogava com a reitoria da faculdade sobre as demandas dos acadêmicos. Então, lá estava eu, já naquele momento,

Eduardo Tuma



fazendo política. E aqui eu quero destacar na faculdade de Direito, o meu Trabalho de Conclusão de Curso, que foi sobre o Processo Legislativo no Município de São Paulo. Eu nem sonhava em ser vereador ou exercer qualquer outra função pública, e já escrevi sobre um tema que era muito caro para mim, que era o processo legislativo.

Quando eu estava saindo da faculdade, no último ano depois da OAB, fui trabalhar em um escritório de advocacia que só advogava perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Quando eu falo que Deus vai direcionando os nossos caminhos, é porque tudo o que aconteceu na minha vida me preparou para esse momento, eu representava os presidentes das Câmaras Municipais e os prefeitos em diversas cidades, defendia a prestação de contas tanto de um, quanto de outro, perante o Tribunal de Contas.

Em paralelo, talvez seja bom mencionar, eu fui verticalizando a minha carreira acadêmica, fiz uma especialização em Direito Tributário e, mais uma vez, o meu trabalho de conclusão da especialização foi sobre o IPTU, foi sobre a questão tributária na cidade de São Paulo, o IPTU progressivo na cidade de São Paulo. Depois disso eu fiz um mestrado em Direito Tributário na PUC de São Paulo, e um doutorado na PUC sobre o Direito do Estado. E logo em seguida, fiz um pós-doutorado na Universidade de Paris, sobre o Governo aberto, o Governo digital.

Então, essa é minha carreira acadêmica que foi verticalizando e eu fiquei no ensino superior como aluno que ainda sou, mas formalmente

vinculado de 2000 a 2020, foram 20 anos ininterruptos. Em 2013 eu virei professor universitário da graduação em Direito, dei aula sobre Ciência Política e Teoria Geral do Estado, numa disciplina e na outra disciplina sobre Direito Constitucional. Mais uma vez sempre no Direito Público, sempre no Direito do Estado e me preparando para assumir a função que hoje eu ocupo.

Fui eleito vereador em 2013, mas antes disso, depois que saí do escritório de advocacia, fui ser assessor de um deputado estadual na Assembleia Legislativa, de 2008 a 2012, porque eu era suplente de vereador, porque fui candidato na cidade de São Paulo e fui o sétimo suplente na eleição de 2008. De 2008 a 2012 fiquei na Assembleia, quando me candidatei fui eleito vereador em 2012, para o mandato de 2013 a 2017, depois fui reeleito como vereador em 2016 e fui reeleito novamente em 2020. De 2013 a 2020 eu fiquei na Câmara de Vereadores. No final de 2020 houve uma vacância no Tribunal de Contas do Município, a vaga era do Legislativo, e eu fui escolhido pelos meus pares para ser Conselheiro do Tribunal de Contas. Na Câmara Municipal, acho que vale a pena falar também, eu exerci a função de vice-presidente por 2 anos em 2017 e 2018, e presidente em 2019 e 2020, mas em 2018 tem um gap da minha atuação como parlamentar, porque eu fui escolhido pelo então prefeito Bruno Covas e exerci a função de Secretário Chefe da Casa Civil.

Quando eu vim para o Tribunal, no primeiro ano eu fui Corregedor, no segundo ano vice-presidente do Tribunal, agora no

terceiro ano eu assumi a função de presidente no Tribunal que precisa de maioria, ou seja, não é uma alternância de cargos, não é uma sucessão na presidência, mas sim uma eleição, eu digo isso porque é interessante notar que o meu eleitorado foi diminuindo ao longo do tempo, o universo de eleitorado inicial era de 9 milhões de eleitores, que foi para um universo de 55 eleitores e foi para um universo de 5 eleitores, 9 milhões de cidadãos que votam na cidade, 55 vereadores que votaram na Câmara e 5 Conselheiro que votaram aqui no Tribunal. Então eu digo que no universo eleitoral eu saí da política, mas continuo disputando voto de alguma forma.

De qualquer forma, eu acho que tudo isso resume um pouco o porquê de eu ter não só aceito, mas sim ter dialogado com o Edilberto para a gente ter um comitê no IRB, que é uma entidade autônoma, que tem esse viés educacional no Controle Externo, para que a gente discutisse e debatesse a implementação da Tecnologia no Controle Externo. Quando a gente fala em transformação digital, em virada digital, pressupõe uma era analógica que se transforma numa era digital, e isso não é o futuro, isso é o presente, não existe mais a possibilidade do Controle Externo atuar sem o uso dessas ferramentas, desses instrumentos de tecnologia, seja um algoritmo que faça leitura do Diário Oficial, seja um robô que faça uma certa interpretação para enxergar alguma falha, seja a inteligência artificial que possa produzir relatórios e que você permita nesse sentido, que os auditores de Controle Externo exerçam uma função eminentemente especializada, já com esses relatórios prontos.

Não me é crivo mais a essa altura do campeonato, você destacar uma pessoa que passou num concurso difícilimo, como é um concurso público, que fique debruçado no preenchimento de planilhas de Excel. Assim, é para exemplificar de como eu cheguei ao IRB, e de como o Edilberto abriu essa porta para que a gente discuta esse e tantos outros assuntos do uso da tecnologia na era atual, no Controle Externo. Hoje o IRB é esse grande cérebro, esse grande formulador de procedimentos, teorias, teses para o sistema de controle externo no país.

Para concluir esse meu raciocínio, tudo em relação a minha pessoa, seja profissional, acadêmica ou política, me trouxe até aqui. E eu sou de 1981, dessa geração que chamam de millennials, sou um pouco nômade digital, costumo dizer. Eu vivenciei uma era sem telefone, mas ao mesmo tempo vi a transformação digital chegar, e vivenciei toda essa transformação, talvez esteja aí um pouco da compreensão de quanto é importante a comunicação interpessoal, do quão importante o trabalho físico, mas também, de alguma forma, a questão digital como um todo, que é indispensável hoje ao serviço público e ao Controle Externo, inclusive.

A minha gestão, claro, é uma conformação, uma continuidade das gestões que me antecederam, mas nela eu priorizei essas duas coisas: a tecnologia, e isso também diz respeito ao IRB, e a comunicação, porque o Tribunal de Contas precisa, aí esse é o meu entendimento, precisa comunicar à população o seu trabalho, isso não é só uma questão de mídia, mas também é uma questão de cumprimento de

transparência, de accountability, de prestação de contas públicas. Assim, por que o Tribunal custa o que custa para cidade? E esse é o nosso desafio aqui na comunicação, a gente tem estrategistas, comunicadores, jornalistas compondo a equipe. Se o Tribunal custa x, é necessário, porque ele economiza potencialmente y. A gente tem isso quantificado, nesse último ano fizemos uma tabela do quanto o Tribunal economizou potencialmente para a cidade de São Paulo. É um custo que se justifica, mas como é que comunica isso? Comunica com a equipe que a gente construiu aqui no Tribunal e tem feito isso, a gente tem visto resultados práticos, concretos neste sentido, do quanto o Tribunal hoje é mencionado, do quanto para os veículos de comunicação ele é fonte de informação relevante.

JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR

Eu comecei a minha trajetória como parlamentar, com 26 anos eu cheguei na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, fui eleito pelo povo do estado com três mandatos, exerci por duas ou três vezes a presidência da mesa diretora, participei de várias comissões importantes, acho que a principal foi a Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Então, tive algum conhecimento trabalhando no legislativo.

Em 2004, com o surgimento de uma vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, eu me candidatei e os meus pares, deputados estaduais, me deram a honra de representá-los no TCE Ceará, ocupando a vaga que constitucionalmente é da Assembleia Legislativa. Portanto, estou aqui desde há 19 anos, sempre tentando construir, ajudar, e fazer com que o Tribunal possa cumprir com o seu papel da melhor maneira possível.

José Valdomiro Távora de Castro Júnior



Nesse período eu fui Corregedor por dois períodos, vice-presidente e presidente por quatro períodos, inclusive o atual, de 2022 a 2023. E ao longo desse tempo todo, tenho acompanhado muito de perto o trabalho desenvolvido pelo Instituto Rui Barbosa, sendo, no momento, membro do Conselho Fiscal.

Quando eu entrei no Tribunal, o IRB era presidido pelo amigo Severiano Costandrade, em seguida veio o Conselheiro Sebastião Helvecio, também um grande amigo, um grande parceiro, que reputo como um dos grandes nomes de todo o Sistema de Controle Externo brasileiro. Quando foi presidente do IRB, Severiano fez um excelente trabalho. Depois veio outro amigo, o Ivan Bonilha, e agora, para honra nossa e satisfação, o Instituto tem a liderança desse intelectual cearense, o Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima, que também vem honrando e dignificando o papel do Instituto Rui Barbosa realizando uma gestão exemplar.

Aqui no Ceará, o Tribunal de Contas acolhe a subsede do IRB com muito respeito e compromisso, pois acreditamos ser muito importante para nós, que ora temos um cearense na presidência. O Conselheiro Edilberto, e aqui vou falar porque ele sempre faz menção a isso, quando foi candidatar-se ao cargo de presidente, eu fui uma das primeiras pessoas com quem ele conversou, porque quando a subsede vem, tem que ter o apoio da presidência da corte onde está sediada. E prontamente eu me coloquei à disposição dele, coloquei a presidência à disposição, para que nós pudéssemos dar todo o apoio ao Instituto Rui Barbosa durante a sua gestão.

O Edilberto Pontes é vice-presidente do nosso Tribunal e a gente tem feito do que é possível para ajudá-lo nessa missão de presidir o IRB. E o fazemos porque acreditamos nos propósitos do IRB, que nessas gestões que eu acompanhei, não desmerecendo nenhuma outra, falo dessa apenas por ter tido contato direto, convivi mais proximamente, desde que eu cheguei aqui, quando eu me inteirei mais do Controle Externo, pude perceber o empenho de cada um em fazer um grande trabalho. E eu não poderia deixar de falar sobre o trabalho que o Edilberto vem fazendo, um estudioso, um acadêmico, pessoa que engrandeceu o IRB com toda a sua equipe, com todos os seus membros, com toda a sua diretoria, e vem fazendo um excelente trabalho. Eu sou testemunha disso, porque além de fazer parte do Conselho Fiscal do IRB, eu vejo os comitês atuando, eu vejo a importância de cada ação empreendida.

Como presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sempre estamos mandando os nossos técnicos para os comitês do IRB, são várias reuniões importantes, vários temas relevantes, cada vez mais capacitando, cada vez mais orientando os nossos servidores, os nossos técnicos e os próprios Conselheiros, participando de cursos tão importantes, cursos com a USP, e outras tantas instituições de renome internacional. Eu mesmo já tive o privilégio de fazer mais de uma dezena de cursos que o Conselheiro Edilberto propôs pelo IRB, e pude experimentar da fonte de conhecimento que são esses cursos, que sempre trazem temas relevantes, temas importantes. Ao lado do IRB nós estamos cada vez mais aprimorando as nossas competências,

qualificando os nossos quadros e fortalecendo a nossa capacidade de entregar à população o de melhor que ela espera de todos nós.

Ter exercido o Parlamento e agora o Controle Externo, tem sido para mim uma experiência por demais prazerosa. Quando você passa pelo Legislativo, pelo parlamento, você está representando uma parcela do povo que lhe colocou lá. Hoje são 46 parlamentares, são 46 pessoas que pensam diferente, mas a convivência é sempre a salutar, tratando temas importantes, aprovando leis, fiscalizando também o Executivo com sensibilidade política e dentro de princípios éticos. E quando você vem para o lado de cá, para o Controle Externo, no meu caso como Conselheiro, o que vale muito e eu tenho usado muito na minha vida, é o olhar não só técnico, não só analisando as leis friamente, eu tenho dito isso e eu acho que os Tribunais hoje, já tenho participado de alguns eventos, e de um a dois anos para cá, tenho sempre dito isso, que o Tribunal de Contas tem que ter um olhar muito orientativo, e modéstia a parte, nós estamos fazendo isso há algum tempo no nosso Tribunal, os Tribunais hoje estão fazendo isso, não estou dizendo que fomos os pioneiros, mas adotamos isso através da nossa escola justamente tentando orientar, capacitar e não só punir os gestores.

Nas minhas falas eu sempre digo que gosto de receber os prefeitos, que venham os secretários para trocarmos ideias relativamente a algum processo específico, e quando o gestor vem e tenta demonstrar o porquê de ter ocorrido algum erro, é muito mais fácil para nós que estamos desse lado entender o porquê de o gestor ter feito o que fez.

E eu tenho essa visão um pouco justamente por ter passado pelo Parlamento, uma experiência que eu acho que me engrandeceu. A Assembleia Legislativa foi uma escola na qual eu passei quase 12 anos, foi um grande aprendizado, eu acho que, talvez, ela tenha me ensinado até mais que uma universidade. Foi um bom tempo de vida que eu passei na Assembleia Legislativa. E aqui, já estou há 19 anos na Corte de Contas, do outro lado, mas eu tenho sempre tentado manter essa visão, de não só punir, mas conversar, dialogar e por isso acho muito importante ter passado pelo parlamento.’

Mas quero reiterar aqui reiterar, o fato de o IRB ter se intensificado nessas últimas gestões. O nível de palestras, dos seminários, congressos, missões, o padrão de excelência dos comitês técnicos, o compromisso que toda a diretoria do Instituto tem empenhado com o propósito de trazer para a comunidade do Sistema de Controle Externo, o que de mais atual no mundo, para fortalecer o nosso conhecimento, é exemplar.

Com o IRB todos nós ganhamos, ganha o Tribunal de Contas como um todo, seus servidores, colaboradores, conselheiros, enfim, toda a comunidade do controle externo é contemplada, e em consequência, também a sociedade é beneficiada pelo rico trabalho desenvolvido pelo IRB.

O IRB não é só dos Conselheiros e dos servidores, ele tem feito esse trabalho institucional muito grande, capacitando não só

nós e mais o público em geral, sempre convidando nomes de renome internacional para compartilhar conosco seus conhecimentos. E com o apoio do Conselheiro Edilberto, ele tem nos ajudado muito. Nós temos também o Instituto Plácido Castelo, e neste ano mesmo o Governador Elmano de Freitas, assim que assumiu, veio ao Tribunal com todos os seus secretários e depois foi feito um minicurso para os secretários, fizemos com os prefeitos municipais, depois secretários municipais. temos o TCEduc, que deslocamos para todos os municípios do nosso estado, para que nós possamos fazer cursos das novas leis de licitações, ouvidorias, temas importantes, capacitando como o gestor deve prestar conta, ou seja, sempre orientando.

E o IRB tem feito muito isso para os nossos servidores e para nós, dali a gente leva essa experiência para os nossos municípios, para os nossos gestores, e não só aos gestores, esses eventos que nós fazemos são abertos à sociedade, participam estudantes, participa a sociedade como um todo.

MANOEL PIRES DOS SANTOS

Eu tenho uma satisfação muito grande em participar do Instituto Rui Barbosa, desde o primeiro momento em que aqui cheguei. Tenho 26 anos de Tribunal de Contas, e desde então tenho acompanhado a evolução do IRB. Lembro muito bem do tempo do nosso guerreiro de Sergipe, o saudoso Carlos Pinna de Assis, o lorde dos Tribunais de Contas do Brasil, que ao lado do grande Sebastião Helvecio, são pilares do controle externo.

Eu digo com orgulho que tive o privilégio de integra a diretoria do IRB na gestão do Helvecio, do Ivan Bonilha e hoje do meu amigo Edilberto Pontes. E tenho o prazer de presidir o Comitê de Jurisprudência do IRB. Já estou no quarto mandato na liderança desse comitê, desde a época do Bonilha. Já tivemos eventos espetaculares. O primeiro evento do JurisTCs foi exatamente aqui em Palmas, quando eu estava presidindo o Tribunal de Contas do Estado, eu

Manoel Pires dos Santos



presidi o Tribunal de Contas por 4 anos aqui, depois tivemos grandes JurisTCs em Natal, no Rio Grande do Norte, em Goiânia, quando se transformou em um congresso, tamanha foi a participação dos Tribunais de Contas e de pessoas envolvidas nessa estrutura.

Eu quero deixar esse registro aqui e agradecer imensamente ao Conselheiro Helvecio, que está se aposentando, mas segue sempre junto com a gente, ao Conselheiro Ivan Bonilha que continua na ativa em Curitiba, e o Conselheiro Edilberto Pontes, que hoje está no comando do IRB com toda essa dinâmica e o que tem trazido inovações dentro para a estrutura não apenas do Instituto, mas de o conjunto dos Tribunais de Contas do país, o que nos impressiona muito.

Eu sou filho do estado de Tocantins, eu sou filho de Miracema do Tocantins. Saí muito novo para estudar em Goiana, porque naquela época a minha terra só oferecia estudos até o ensino primário. Me formei em 1987 em Direito, em 1988 foi criado o Estado do Tocantins, através da Constituição de 1988 e eu montei meu escritório de advocacia em Miracema, com um colega meu, que se formou comigo. E aí veio a emancipação do Estado. Com a emancipação eu entrei na primeira campanha a governador do amigo Siqueira Campos, ajudando-o. Meu irmão foi candidato a deputado estadual, foi presidente da Assembleia Legislativa, presidente da Assembleia Constituinte Estadual, e foi por duas vezes o deputado mais votado do Tocantins. Depois ele foi vice-governador e assumiu o governo também.

Eu fui concursado como Procurador Geral do Estado, antigamente não era Procuradoria, era Advocacia Geral do Estado, eu fiz concurso para tal, e fiquei como advogado do Estado por 3 ou 4 anos ainda, quando o governador Siqueira Campos pediu para eu assumir a vaga no Tribunal de Contas. De lá para cá eu estou no Tribunal, desde 2002.

O início não foi nada fácil. Aliás, foi tudo muito difícil no início, porque há 20 anos o Tribunal de Contas era uma situação totalmente adversa do que é hoje. Hoje nós temos um Tribunal de Contas totalmente informatizado, totalmente dentro de uma estrutura bem avançada, e tudo funcionando bem, a verdade é essa. Naquela época, quando se montou o Tribunal de Contas do Tocantins, no início de tudo, nós trabalhávamos em galpões alugados. Nós temos aqui, o Conselheiro Wagner, que é o nosso decano, ele foi presidente do Tribunal de Contas na época de casa alugada especialmente para funcionar o Tribunal.

Hoje nós temos 3 sedes, o Instituto de Contas, que é onde a gente faz a formação dos servidores e dos nossos jurisdicionados, e temos também agora o prédio matriz, que é onde fica toda a parte de diretorias, conselheiros, procuradoria e parte dos auditores de contas. Então, se você voltar 20 anos atrás, hoje é um sonho que se vive aqui dentro do Tribunal de Contas do Tocantins. É um avanço extraordinário, não só do Tribunal, mas do Estado como um todo.

Tudo tem contribuído muito, em todos os sentidos. O Tribunal de Contas sempre foi um parceiro muito grande nesse sentido, com as

instituições, até mesmo de governo, a nível do jurisdicionado, a gente procurou sempre fazer um trabalho muito bem definido. Eu pelo menos tenho uma meta dentro da minha relatoria de primeiro procurar resolver as questões dentro de uma situação que a punição possa ser o último caso. E essa imagem é a mesma dos colegas, pelo menos da maioria dos colegas tem essa mesma imagem minha nesse sentido, é o mais preventivo do que sancionador, a verdade é essa. E é para isso que a gente trabalha.

E outra coisa que a gente coloca aqui é a questão do Estado mesmo, para se ter uma ideia, 82% das prefeituras nossas aqui, são prefeituras em que o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), é a arrecadação principal. Quer dizer, é uma arrecadação muito baixa. E infelizmente as leis não se atentam para essa situação. O Congresso Nacional não se atenta para isso. É claro que um município como Lizarda, que é um município com uma pobreza generalizada, a arrecadação lá é mínima e eles querem colocar o cumprimento da situação. Vamos supor, prefeituras de estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. E não tem como se colocar nesse sentido. E tudo isso tem de analisar e eu procuro fazer isso dentro da minha relatoria nesse sentido, no sentido de que possa se realizar também a situação, a precariedade desses municípios, principalmente os mais pobres.

E isso é uma orientação que tem partido muito do IRB também, do IRB e da própria ATRICON. Agora mesmo nós aprovamos aqui uma consulta com relação a essa situação da quebra da arrecadação dos municípios, da queda da transferência dos recursos voluntários da

União para os municípios. Então, a gente dando a flexibilidade nesse sentido poderia atender também a esses municípios, mas tudo isso é uma visão que a gente vem colocando dentro da estrutura do nosso Tribunal de Contas e acredito que isso vai se irradiar em todos os Tribunais de Contas do Brasil, no sentido de se fazer uma situação que possa atender também esses municípios mais pobres com recursos bem escassos.

Nós temos que nos obrigar a isso, a ter essa visão global com relação a situação do Estado em si, o nosso estado é um estado pobre, e se a gente não tiver um olhar voltado para o jurisdicionado e para o próprio Estado, às vezes pode ficar mais difícil ainda para se resolver essas situações. Então, minha visão é nesse sentido, sempre progressivamente de se resolver da melhor maneira possível, o mínimo de penalidade possível, mais orientação pedagógica preventiva e fazer com que a coisa possa andar e andar bem, essa que é a nossa preocupação, porque andando bem, o Estado vai andar bem, o Tribunal de Contas vai andar bem, a instituição vai andar bem e tudo vai andar bem.

Eu acho que o IRB hoje é a mola mestra de tudo da nossa estrutura. Você vê as discussões em Brasília, as discussões junto ao Congresso Nacional, as discussões em congressos, é tudo delimitado e discutido com o IRB, então eu vejo o IRB como carro chefe em relação aos Tribunais de Contas.

A inovação vinda com os comitês é fantástica. Eu acredito que essa formação dos comitês com assuntos específicos tem auxiliado

bastante todos os Tribunais de Contas, porque as pessoas se unem com as mesma dificuldades, os mesmo problemas e ali encontram soluções em conjunto que facilitam até a execução, porque as vezes tem uma ferramenta que ajuda o outro que não tinha nada, e essa troca de informação é muito enriquecedora e os comitês técnicos através do IRB tem permitido isso, a troca de informação, e essa troca de informação é enriquecedora por demais.

Sempre tem um servidor do nosso Tribunal envolvido nesses comitês do IRB, então a gente está sempre se atualizando, o Tribunal só não participa do comitê se não quiser, se não enviar representante, mas é disponibilizado para que todos os Tribunais tenham representantes em cada comitê, então é importante essa atuação dos Tribunais na participação dos comitês, porque essa informação depois vem para o Tribunal e a gente pode multiplicar. Eu sei que é um desafio, que por mais que nós façamos, ainda terá muito por fazer. Mas é nosso dever continuar perseverando.

ANTÔNIO FERNANDO JORGE RIBEIRO DE CARVALHO MALHEIRO

Dia 13 de setembro de 1974. Eu morava numa cidade da África chamada Luanda, onde eu nasci. Tinha tido uma guerra, eu tinha 15 anos, quando chegou um oficial fardado em casa, pegou eu, minha mãe e minha irmã, nos colocou dentro de um avião, com a roupa do corpo, e nos despachou rumo ao Rio de Janeiro. Nós achamos que era o fim, mas não era, era o meio e o começo.

Tudo começou ali. O meu pai era um oficial, tinha acontecido a revolução dos escravizados e todo aquele movimento tenebroso. Nós chegamos ao Rio de Janeiro achando que ele podia estar nos esperando, mas não, ele havia ficado na África do Sul. A gente até imaginava que a vida seguiria pela África do Sul, mas não, seguiu pelo Brasil. Para a gente não se perder, toda quinta-feira eu ia ao Galeão, onde hoje é a Base Aérea. Eu ia lá para ver a lista de passageiros, tinha

Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro



um voo às quintas-feiras que vinha de Joanesburgo. Não deixei de ir uma só semana. Até que três meses depois ele chegou e a gente se juntou de novo.

Meu pai era economista, formado na Universidade do Porto, e resolveu abrir uma fazenda no Mato Grosso. Na época a gente não entendia muito, mas eram as circunstâncias. Ele era um refugiado igual a nós, e me levou com ele, fomos para Tangará da Serra, um lugar legal. Naquele tempo ele foi trabalhar para uma empresa que tinha financiamento do ProTerra, que só pagava se a terra fosse arrasada, terra limpa, e nós não entendíamos muito de mato, nem de fazenda, eu um menino e ele um senhor, mas a missão dele era aquela e eu achava aquilo o máximo.

Já imaginou, em 1975, Mato Grosso, Tangará da Serra hoje é a terceira maior cidade do estado, naquele tempo não era nem cidade ainda. Eu achava tudo aquilo muito bom porque eles diziam: “Pega o jeep, vai na cidade, traz 4 homens com foice.” E eu ia, um menino de 15 anos dirigindo um jeep não quer mais nada. Até que um dia eu chego no barraco e ele diz assim: “Meu filho, tuas coisas estão arrumadas, você tem que ir embora, isso não é vida pra ti.” Ele me mandou ir estudar em Cuiabá. Naquele tempo, eu com 15 anos, já tinha estudado no Porto um ano antes, meu pai era Coronel, tinha me mandado para Portugal em 1973, e eu tinha estudado o primeiro ano e segundo grau bem cedo, mas ali não era a mesma felicidade, no mato que era bom. Ele dizia: “Olha, meu filho, a situação está

apertada, então aqui em casa agora é assim: quando a sua mãe e irmã forem para a cidade, elas têm que levar o dinheiro da comida e da dormida, nós dois, só da comida.” Quando ele me botou no ônibus para Cuiabá, eu só levava o dinheiro da comida. [...]

Então veio a época do vestibular, eu e minha irmã fizemos para Engenharia Elétrica, eu fui o primeiro lugar da Universidade Federal do Mato Grosso de 1976 e minha irmã o segundo, e o meu pai que tinha que dormir na mesma república que eu porque não fazia nada, não tinha emprego, não tinha nada, nós vivíamos de favor na república, fez vestibular para direito e passou em terceiro lugar. Então, nos formamos no mesmo dia, eu e minha irmã em Engenharia Elétrica, e meu pai em Direito. Naquele dia meu pai disse: “E agora? O que você vai fazer?” Eu disse: “Ah, pai, vou pegar esse canudo aqui...”, mas naquela época as coisas já haviam melhorado, porque logo em seguida, como eu tinha passado em primeiro lugar, o cursinho soube que tinha alguém que tinha acertado todas as questões de Matemática e Física, foi atrás dele para dar aula e encontrou um menino de 16 para 17 anos, não acreditaram que era eu, mas passei uma semana treinando para as paredes, fui contratado e comecei a dar aula no cursinho. Minha irmã também, minha mãe que era professora de geografia e história passou a dar aula, meu pai passou a dar aula. Então, quando nos formamos todos éramos professores. E o meu pai me disse: “E agora, meu filho? O que você vai fazer?”, eu disse: “Eu vou botar esse canudo debaixo do braço, subir nesse nortão e onde precisar de mim eu fico”.

Em 1981 eu cheguei em Rondônia, todo mundo arrumava emprego, era aquela época que estava chegando aquela parte do Teixeira e eu não arrumava emprego, porque todo mundo dizia que eu tinha uma cara de menino. Depois consegui emprego na Paranapanema, só para a época de chuva, então eu tinha que ficar parado e fiz a perna para o Acre. Quando eu cheguei no Acre, consegui falar com um senhor português, sem muita pretensão e ele era vizinho do presidente da companhia de eletricidade, me apresentou de um modo que eu nunca vou pagar esse favor, ele disse assim: “Esse é filho de um grande amigo meu.” Ele nem me conhecia, mas com isso o presidente da Eletroacre disse: “Meu filho, você tem uma cara de menino, quantos anos você tem?” Eu respondi que tinha 21, queria dizer que tinha umas 25, mas não dava certo... ele disse: “Bom, o Acre inteiro só tem 3 engenheiros, então você começa a trabalhar amanhã.” então eu comecei a trabalhar na Companhia de Eletricidade do Acre em 1981, comecei na rede, trabalhando em construção de linhas, mas rapidamente eu fui crescendo, porque o pessoal tinha compromisso familiar e eu não tinha ninguém, então quando dava 17h da tarde eu dizia para todo mundo: “Deixa o serviço em cima da mesa, amanhã está tudo pronto.” Era minha diversão. Resultado? Chegou uma obra de reforma, eu consegui cuidar da reforma da cidade, mesmo menino em 3 meses, com 4 meses eu já substitui o chefe do departamento de engenharia, com 6 meses eu já era chefe do departamento, virei assessor, com 2 anos eu virei diretor técnico interino, com 26 anos eu já virei presidente da empresa, fiquei como presidente até 1990. Fiquei 10 anos na Companhia de Eletricidade do Acre.

Acabou que houve uma certa vinculação com a política, porque você dirigindo um órgão desse acaba tendo vinculação com a política e eu brinco que na época o PMDB me adotou, e me adotou porque eu não sabia nada nem de política, nem de ação, mas como eu gostava de trabalhar eles acabaram me adotando. Chegou 1990, houve eleição, ganhou o PDS e o novo governador me chama para continuar na Eletroacre e eu disse: “Não posso, eu tenho cara de PMDB, não vai dar certo.” Então eu fui para a iniciativa privada, atendendo a um convite de um grupo que mexia com navegação fluvial, construção de estradas, pecuária e beneficiamento de borracha, então fiquei 8 anos com eles e nesse miolo um dos integrantes da família, uma empresa grande, um negócio familiar, resolveu entrar na política e queria ajuda, ele resolveu ser candidato a prefeito, depois governador, ajudei ele na campanha contra o cara que me fez presidente da Eletroacre, falei: “Mas eu não posso te ajudar, porque eu tenho que ir lá falar com ele primeiro, pedir autorização, foi o cara que me fez ser presidente,” e para eu ajudar ele na campanha primeiro eu tive que falar com o governador. Ele disse que eu poderia ir e esse governador que é meu amigo até hoje, me disse: “O PMDB não deu guarda-chuva para ti não, vai lá e ajuda o teu patrão, só que eu vou ganhar.” Ocorreu o contrário, o patrão ganhou e me fez Secretário da Fazenda e da Casa Civil, mas eu não aceitei.

Em 1995 houve uma vaga aqui no Tribunal, ele disse: “Tem uma vaga ali no Tribunal e é o teu perfil.”, eu disse: “Mas eu não posso ir.” Ele me perguntou o motivo e eu disse: “Porque eu fiz dívida

na tua campanha, na tua empresa e eu preciso pagar as contas.” Em 1996 apareceu a segunda vaga, ele disse que eu poderia ir, porque eu já tinha pago as contas e eu ia, mas a família não deixou, a vaga ficou aberta de 1996 a 1998 e ninguém entendia muito bem porque uma vaga no Tribunal de Contas não era preenchida, até que em junho de 1998 eu consegui que a família me liberasse do seguinte modo: “Se eu continuar com vocês, já estou aqui há 8 anos, vocês vão colocar um número de patrimônio na minha testa, então vocês precisam me liberar...”, Na época eu tinha 37 para 38 anos, eles disseram que lá eu ia ganhar menos. Bom, o certo é que em junho de 1998, depois dessa liberação, eu vim tomar posse no Tribunal, já estou aqui há 25 para 26 anos.

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

Sempre trabalhei em Tribunais de Contas. Isso tudo foi construído com muita dedicação, disciplina, perseverança e vontade de vencer. Não se trata de 20 anos, na verdade isso começou quando eu ainda era criança, com a oportunidade que tive de estudar em bons colégios e obviamente não a desperdicei. Como estudante eu sempre fui bastante dedicado e um fiel cumpridor das minhas responsabilidades.

Tive a satisfação de estudar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, e no início de 2002 me graduei em Odontologia. Mas gradativamente fui percebendo que não exatamente aquilo que eu queria. Como já havia terminado, aproveitei o diploma para prestar concursos para algum cargo de nível superior. Fui aprovado no meu primeiro, para Auditor de Controle Externo do TCM do Rio. Ingressei em outubro de 2003 e trabalhei até 2008. Antes disso, em 2007, voltei a estudar para concursos e fui aprovado em alguns. Acabei passando para Auditor

Rodrigo Melo do Nascimento



Federal de Controle Externo do TCU e gostei tanto, que quando fui chamado para a Câmara dos Deputados, decidi continuar no TCU, fiquei de 2008 a 2016. Em 2015 eu havia sido aprovado no concurso de Conselheiro Substituto do TCE do Rio e tomei posse em março de 2016, fiquei até dezembro de 2017 como Conselheiro Substituto. Após isso, em dezembro de 2017 fui a Conselheiro Titular e a partir daí fiquei mais um pouco.

O Tribunal, que é a União do Ministério Público junto ao TCE, era presidido pela conselheira Marianna Montebello Willemann. Eu assumi a presidência do TCE do Rio em 2021, já estou no meu segundo biênio como presidente. Assim que ingressei no TCU, em 2008, eu retomei meu curso de Direito, na UNB e terminei em 2011.

Como conselheiro eu realmente me dou por satisfeito em termos de carreira profissional. Mas entendo que tenho que fazer a diferença para a sociedade, eu me sinto gratificado quando dou algum voto que impacta positivamente a coletividade, que faz a diferença em prol do interesse público. Logo que comecei como conselheiro, ainda como substituto, eu percebi o impacto que eu tinha condição de efetivamente fazer em benefício da coletividade com as minhas decisões. Hoje, como presidente, eu consigo fazer as coisas acontecerem segundo o que acredito ser importante, segundo o que considero ser prioritário.

Tribunal de Contas tem o dever de fiscalizar a gestão dos recursos públicos, então, quando o Tribunal faz isso, que é o que eu procuro:

fazer bem e melhor, consegue otimizar a utilização do recurso público. É nosso dever contribuir para que esse recurso seja bem gerido, aplicado com efetividade, melhorando a vida das pessoas.

Eu creio que a gente deve se ater às nossas competências constitucionais, mas existem diferentes maneiras de desempenhar essas competências. No passado os Tribunais de Contas em geral atuavam muito na observância de atos administrativos, se a gestão pública estava sendo desempenhada de acordo com a lei, mas isso é insuficiente a meu ver. Você meramente fazer um exame de conformidade, fiscalizar a conformidade dos atos da gestão pública em relação a lei é insuficiente, é necessário, mas insuficiente, porque não garante que o recurso será bem aplicado.

Quando os Tribunais começam a avaliar a eficiência, efetividade, eficácia da gestão pública ele começa realmente a fazer a diferença e otimizar a utilização desse recurso público para que faça a maior diferença possível em benefício dos cidadãos. Eu digo que nós melhoramos muito dentro das nossas competências constitucionais e legais, melhoramos nossa forma de exercê-las. Dentro da lei ou Constituição não está dito que é preciso orientar ou punir, não está dito que você deve capacitar o gestor público ou que deve capacitar os servidores e membros dos Tribunais para melhor desempenhar o seu papel, isso não está escrito. Mas desde 2021 nós criamos uma Diretoria Geral de Relações Institucionais e Comunicação, que cuida do diálogo do TCE com o meio externo. Isso inclui tanto os órgãos de imprensa, quanto as demais instituições com

as quais interagimos de forma direta ou indireta. O propósito é poder orientar esses atores no que tange a quaisquer questões relacionadas ao controle externo, antecipando possíveis problemas e potencializando os resultados esperados.

A reboque dessa questão dialógica interinstitucional, veio uma grande marca da nossa gestão, que é a consensualidade. Foi a partir daí inserimos no regimento interno do TCE-RJ o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), instrumento que o gestor público propõe ao TCE, contendo medidas que deverão ser tomadas para resolver as irregularidades identificadas. Não há obrigatoriedade de aceitação por nenhuma das partes, mas esta iniciativa tem reduzido em muito os problemas.

Eu vejo que quando a gente pensa fora da caixinha das competências, claro, não podemos exorbitar essas competências e começar a exercer competências de outras autoridades, mas quando você inova, capacita, dialoga e atua de forma consensual, quando você vê novas formas de fazer, por exemplo, auditorias operacionais, não aquelas auditorias apenas de conformidade com a lei, mas auditorias que veem a efetividade das atividades da gestão pública, mede aquilo e coloca soluções propositivas para melhorar a gestão pública, você está exercendo melhor suas competências, isso acaba fazendo com que você exerça bem melhor suas competências constitucionais.

Mas para que tudo aconteça e aconteça bem, precisamos ter um corpo decisório e operacional que funcione. E é aí que entra o IRB, como

instrumento capaz de prover a capacitação dos servidores e membros de Tribunais de Contas, para melhor desempenho suas funções. Quando o IRB faz isso, ele proporciona uma troca muito salutar entre diferentes Tribunais de Contas, cujas realidades são bem distintas, mas você acaba tendo contato com outras realidades de outros estados, compartilhando experiências e soluções exitosas. Isso cria um ambiente enriquecedor onde um ajuda o outro a construir algo melhor.

O IRB é um elemento cada vez mais essencial no sistema de controle externo. Com uma agenda repleta de ações voltadas para a ampliação do nosso escopo de conhecimentos, ele não deixa espaço para a acomodação, nos provoca a estar sempre em busca do aprimoramento das nossas atividades. Como disse antes, o IRB cria um ambiente propício para a troca de experiências e para a construção de uma rede de relacionamentos que vem muito a calhar no processo de aprimoramento da atuação dos Tribunais.

No meu entender o IRB deve continuar seguir nessa linha de atuação que vem sendo traçada na gestão do Conselheiro Edilberto, que considero excelente. Foi com o Conselheiro Edilberto que eu me envolvi mais diretamente com o IRB, suas atividades, seus eventos. A dinâmica alcançada não pode mais recuar, o IRB precisa continuar fazendo isso que vem fazendo e sempre aprimorando, sempre fazendo melhor aquilo que é sua expertise, que é capacitar servidores, membros de Tribunais, gestores públicos, fazer as coisas acontecerem, aprimorar a gestão pública por meio da capacitação, da orientação.

A função do IRB faz gritar muito a função pedagógica dos Tribunais de Contas, isso é cristalizado no Instituto, essa função de ensinar o gestor público a melhor desempenhar o seu papel, indicar os caminhos que ele deve percorrer para fazer uma boa gestão. Então, o papel do IRB é fundamental para isso, para que os Tribunais, em âmbito nacional, exerçam essa função pedagógica, função orientadora, em benefício da coletividade, em favor dos gestores públicos.

Importante atentar para o fato de que o IRB não é uma instituição que constitucionalmente integre a estrutura organizacional do Sistema de Controle Externo, ele é uma iniciativa do conjunto dos Tribunais de Contas, que o criaram com o propósito específico de promover a capacitação desses mesmos Tribunais. E ele vem cumprindo muito bem o seu papel e destacando cada vez mais a qualidade de cada Tribunal.

MILENE DIAS DA CUNHA

Eu nasci em Patos de Minas onde fiquei até 2009, ano em que fiz o concurso para o Ministério da Fazenda e fui aprovada. Depois eu me mudei para Belém do Pará quando fui aprovada no cargo de Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado. Eu entrei na faculdade em 1998, no Centro Universitário de Patos de Minas, me formei em administração em 2002.

Eu encaro cada experiência que a gente tem na vida como algo que nos traz aprendizados, mas deixa um pouquinho de nós em cada um desses espaços, afinal de contas qualquer instituição, seja pública ou privada, é feita por pessoas, suas vivências, experiências, visões de mundo, e isso acaba sendo fundamental. A instituição reflete as pessoas e as pessoas acabam refletindo a instituição. Porque quando desempenhamos determinados papéis dentro das organizações, também incorporamos papéis que vem dentro de uma história e

Milene Dias da Cunha



transcendentalidade daquela instituição, e deixamos um pouco de nós ali dentro.

Bom, depois eu fui para a Receita Federal, trabalhei um tempo no Ministério da Fazenda, e enquanto estava lá eu era responsável pelos cursos de educação a distância da ESAF, era eu quem elaborava os cursos e fazia os projetos. E o superintendente estava querendo implementar a gestão por competências no âmbito do Ministério da Fazenda e da Receita Federal. Eu fui responsável por fazer o projeto piloto dessa ideia, que dois anos depois o Ministério acabou implementando em todas as suas instâncias operacionais.

Eu continuei estudando, porque aquele era o primeiro concurso que eu tinha feito, algo que para mim era transitório, ainda não era o que eu almejava. Acabei sabendo de um concurso para o Tribunal de Contas do Pará, fiz e fui aprovada. No primeiro momento eu senti uma surpresa muito grande, pois quando tomei posse não tinha uma percepção completa do que exatamente seria meu trabalho e qual seria o impacto dele no ambiente em que eu estava inserida. Nós sabemos que os Tribunais de Contas são instituições democráticas e dentro das suas composições temos uma característica tecnopolítica, digamos assim. E eu não sabia onde me situar nesse meio, mas apesar dessa surpresa inicial, passei a me debruçar no estudo do controle externo e a entender qual era a importância, o impacto do trabalho que eu desempenhava e como eu poderia fazer isso de uma maneira que tivesse a melhor utilidade possível.

Tem uma coisa muito emblemática na minha atuação no estado do Pará. Quando, em 2013, nós viajamos para o município de Breves, que fica na Ilha de Marajó, aquilo me tocou muito, porque para conseguir chegar lá passamos 12 horas viajando de Barco, era uma cidade muito carente, tinha um único restaurante que merecia alguma confiança. A cidade não tinha água potável, não tinha saneamento básico. O hotel no qual nos hospedamos era muito simples. Ficamos lá por uma semana, e lembro que todos os dias eu acordava bem cedo, ia fazer a minha corrida matinal pelas ruas em volta do hotel, e mexeu muito comigo ver que todas as casas eram feitas de palafitas, o esgoto caía ali, a céu aberto, e as crianças desnutridas, com aquela barriguinha repleta de vermes, brincando ali mesmo, em meio aos dejetos do esgoto.

Havia muitas obras paralisadas, obras que diziam estar concluídas, mas você olhava e não encontrava nada. Tínhamos levado o superintendente da Caixa Econômica conosco, ele era o interveniente nos convênios. Depois fizemos um trabalho minucioso para ele, mostrando o estado das obras que se diziam concluídas.

Aquela experiência me trouxe mais responsabilidade ainda. Se eu imaginava ter uma noção do que era a realidade daquele povo, a experiência me provocou uma reflexão bem mais profunda. Ali decidi que o meu trabalho não poderia se limitar a analisar o aspecto meramente formal, quantitativo, da aplicação de recursos públicos, eu não poderia ficar adstrita a fazer um cheque de planilha, a uma

conferência, o meu trabalho no controle externo deveria ir além disso, porque o que interessa quando a gente analisa o recurso público é se esse recurso melhorou ou não a vida das pessoas, se a política pública tem ou não melhorado a vida das pessoas, se as pessoas têm tido ou não condições de, para além da questão de subsistência, se sentirem seres humanos plenos de seus direitos.

Acho que quando a gente analisa a aplicação dos recursos públicos é isso que a gente tem que ver, se foram aplicados, se têm realmente contribuído para melhorar a vida das pessoas, porque se ele não tem conseguido esse fim, é porque há desperdício e esse desperdício é para além de algo meramente quantitativo. Essa reflexão calou em mim definitivamente, me acompanhando e norteando minha conduta desde sempre.

A minha história de vida é reflexo dos meus enfrentamentos. Eu sempre fui uma pessoa que precisou superar muitos desafios, eu costumo dizer que todas as situações pelas quais eu passei desde os tempos de criança até chegar ao que eu sou hoje, foram moldando o meu jeito de ser, de me posicionar diante da realidade, de me comportar no mundo. Meus pais se separaram quando eu era muito nova, minha mãe trabalhava dia e noite, era eu quem ficava em casa cuidando da minha irmã, que na época tinha 2 anos de idade. Tudo isso me fez ter uma percepção muito dura da realidade, mas eu não tenho dúvida de que todas essas provações, é que me fizeram ser quem sou. Nós somos resultado das nossas experiências. Talvez por

isso eu tenha tido facilidade em enfrentar os desafios que o cargo me impôs logo quando eu assumi e ocupar o espaço de poder que me era de direito. Talvez por isso esse poder não me tenha subido à cabeça em momento algum, eu tenha tido uma percepção mais real da minha responsabilidade em relação à posição que hoje eu ocupo, do que necessariamente um deslumbramento em relação aos benefícios e privilégios que isso pode me oferecer. Enfim, talvez eu seja de fato, resultado das minhas experiências, das minhas dores, dos meus sucessos e insucessos.

Hoje, como vice-presidente jurídica institucional de duas associações nacionais, que integram o Sistema Tribunal de Contas, a ATRICON e a Audicon, eu percebo que há um amadurecimento, uma evolução significativa no modo de ser e de fazer dos membros dos Tribunais. E esse amadurecimento é fruto dessa preocupação e atenção que os Tribunais de Contas têm dado ultimamente no tocante à capacitação, à troca de informações, a partilha de conhecimentos e uma predisposição a realmente mudar o padrão mental de funcionamento dos Tribunais, focando mais na avaliação de políticas públicas e não menos naquele aspecto mais burocrático.

Eu vejo que os Tribunais de Contas estão mais abertos em relação a isso e os seus membros também. Com a oxigenação que teve pós Constituição de 1988, com o ingresso de novos Procuradores que posteriormente se tornaram conselheiros, com os novos Conselheiros Substitutos que posteriormente se tornaram Conselheiros, com as

pessoas que vieram com uma mentalidade mais arejada, tudo isso faz com que se gere uma visão um pouco mais moderna do que deve ser o controle externo, que ele exige uma atuação mais preocupada com a melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas, se as políticas públicas que têm sido executadas têm tido eficácia em seus propósitos originários.

O que muda tudo isso é a educação, é o treinamento, é o compartilhamento de informações. Por isso é que eu acho que o IRB tem um papel fundamental, porque é ele o fiel depositário de todo o conhecimento construído no corpo dos Tribunais de Contas. E esse conhecimento volta para seus geradores, os membros desse sistema, por meio das oficinas, dos comitês, das palestras e eventos que são promovidos pelo IRB.

As ações do IRB fazem com que as pessoas saiam da sua bolha e entendam que o mundo lá fora é diferente daquela sala com ar-condicionado, daquela mesa de mogno, enfim, o mundo real é mais duro e a gente precisa ter uma responsabilidade em relação a isso, porque foi essa missão que assumimos ao tomar posse.

JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO

Essa minha trajetória profissional começa em 1992, eu estudante de Engenharia Eletrônica no meio de uma greve, em Pernambuco. Minha irmã Silvia diz: “João, vai ter um concurso no Tribunal de Contas.” A gente vem de uma longa linhagem de servidores públicos, eu tentando fugir um pouco, caminhando para o lado da engenharia, minha irmã já era concursada na Secretaria da Fazenda, aí disse: “Vamos fazer esse concurso!” E eu estava de greve, sem nada para fazer, resultado, fiz o concurso, passei e entrei para o Tribunal de Contas. Na época eu nem sabia direito o que era um Tribunal de Contas, vim descobrir depois, estudando para o concurso.

Eu trabalhei no Tribunal de Contas de Pernambuco durante 5 anos, de 1992 a 1997. Como eu ainda estava na faculdade, era técnico de nível médio. Em seguida fiz o concurso para Auditor Fiscal da Previdência Social, passei também. Assim, estive fora do sistema de

João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello



1997 a 2002, quando fui para a Previdência. E voltei porque decidi também fazer o curso de Direito. Fiz vestibular, passei e em 2002, quando conclui o curso, pensei: “Já que fiz Direito, por que não entrar numa carreira eminentemente jurídica?” Então fiz alguns concursos, tinha uma ideia de ser Juiz Federal, estava estudando para isso e eis que surge um concurso para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Sergipe, fiz e passei. Nunca tinha imaginado sair do meu estado, mas aceitei o desafio exatamente porque na minha lembrança, talvez inconscientemente, tinha essa percepção de que o meu destino e a minha vocação era trabalhar no controle externo.

Assim, em 2002 eu comecei a ser Procurador de Contas em Sergipe. Comecei a ter uma pequena carreira, que começa como Subprocurador, depois fui promovido a Procurador em 2003, entre 2008 e 2012 fui Procurador Geral. Voltei a ser entre 2016 a 2020, e também entre 2021 e 2022. A generosidade dos colegas me levou à presidência na Associação Nacional dos Procuradores de Contas. Então, tenho 20 anos como procurador e mais ou menos 25 anos de controle externo. Tenho muito orgulho de fazer parte desse sistema, eu brinco as vezes que é um privilégio muito grande, porque somos uma carreira bem estruturada, muito bem remunerada com excelentes condições de trabalho e cujo propósito é fazer o bem às pessoas, então isso não tem preço.

Eu fico imaginando pessoas que também são muito bem remuneradas que por exemplo trabalham num banco, numa companhia de

cigarro, alguma coisa assim, então eles não têm essa oportunidade de propósito que um membro do controle externo tem, que basicamente nossa missão é garantir que o recurso público faça a transformação social que a Constituição exige, então nosso trabalho é basicamente melhorar a gestão, aperfeiçoamento de gestão, aperfeiçoamento de recursos públicos, notadamente em prol das pessoas mais vulneráveis.

Então essa missão é um propósito de vida muito bom, digamos assim. Sou realmente muito feliz, gosto muito e no caso específico, dos Conselheiros, eles têm o privilégio da magistratura num órgão que cuida das pessoas.

Tem muita gente critica do modelo de Tribunais de Contas, ao contrário, eu acho que o constituinte foi muito sábio, porque na realidade os Conselheiro quando vêm do executivo, do legislativo, que junta com as parcelas técnicas do Ministério Público, os Conselheiros substitutos, formam uma amálgama muito interessante, com um lado mais técnico, um lado mais prático, um lado de mais sensibilidade social, um lado mais voltado para o Direito, enfim, eu acho que faz uma liga muito boa, porque exatamente formamos um sistema de como fazer melhor, e às vezes esse fazer melhor precisa da experiência na prática.

E é aí que entra o Instituto Rui Barbosa. Eu acho que era imprescindível que houvesse realmente um local onde esse tipo de pensamento florescesse, porque precisava haver essa especialização,

porque é um conhecimento específico na realidade, ele parte do conhecimento do executivo, porque a gente vai julgar alguma coisa que alguém fez, então a gente precisaria saber o que ele precisaria ter feito, a gente precisa conhecer isso, mas a gente precisa conhecer também o outro lado, o lado normativo, de julgamento e enfim, é dessa liga que faz do técnico com o prático, do controle que não é um controle eminentemente abstrato, ele é um controle muito prático, é um controle que se faz em filme e não em fotografia.

Isso é muito interessante. Uma vez quando eu estava fazendo o mestrado em Direto, falando sobre hermenêutica, alguém disse que às vezes o próprio autor quando escreve um livro ou um texto, até ele vai entendendo melhor o seu texto, vai entendendo melhor o que ele quis dizer, às vezes a gente tem uma intuição e escreve, às vezes as coisas não estão muito claras e com o um tempo depois fica claro, então às vezes até o autor redescobre o seu texto. No nosso caso eu acho que o controle externo está descobrindo agora a sua verdadeira missão, e eu confesso, como eu disse, tenho quase 25 anos de controle externo, mas eu digo que faz uns 6 ou 7 anos que eu percebi qual era exatamente a minha missão, o que eu tinha que fazer.

Antes eu repetia, fazia o que os outros faziam, seguia a onda, mas de uns poucos anos para cá, houve um redescobrir de qual é a missão do controle externo. A função do Tribunal de Contas não é uma função estática de fotografia e apenas julgar processos de contas que seriam compêndios de todos os gastos feitos no ano, isso é uma

maneira de você exercer controle, mas se controla julgando processos, se controla fazendo auditoria, se controla fazendo cursos para gestores, se controla fazendo posts nas redes sociais. Então, quando se percebe a nossa finalidade que é exatamente garantir que o recurso público seja aplicado e garantir que ele seja aplicado da melhor maneira possível, essa melhor maneira possível somente se dá através de um aperfeiçoamento contínuo da própria gestão pública, então aí que percebe que a fotografia só não resolve, então não adianta tirar uma fotografia de processos de contas, simplesmente julgar e dar uma nota.

Na educação a gente aprende que não adianta só dar a nota, a nota tem que significar alguma coisa, se o aluno tirou 10 então está bom, você pode esquecer um pouco dele, mas se o aluno tirou 7 ele pode tirar 10, se o aluno está tirando 2 ou 3, se ele não aprendeu a ler, tem que ter providências específicas. Então, de alguns anos para cá os Tribunais de Contas perceberam isso, que não adianta dar só nota, não adianta só julgar, regular ou irregular, a gente precisa caminhar para o aperfeiçoamento.

Quando você ao invés de analisar as fotografias, você coloca uma do lado da outra e consegue unir os pontos para formar um filme, você começa a perceber que está fazendo auditoria em tal, levantando esse e esse achado, daqui a 2 anos eu vou lá de novo e os mesmos achados, então a gente precisava se estruturar, precisa ter um fio condutor das coisas. E com o Instituto Rui Barbosa, o Tribunal de Contas começa a perceber que para ter um fio condutor nessas

áreas estratégicas, precisa saber onde quer chegar, e isso exige que se capacite, entenda melhor a atividade-fim.

Eu fui criado em um ambiente onde cabia ao professor dar aula e cabia ao aluno aprender, se o aluno não quisesse aprender, paciência, que o pai e a mãe dele tomassem todas as providências para que ele aprendesse, se o pai e a mãe não quisessem tomar essas providências, paciência, ele iria repetir o ano e se tornar um inútil se assim fosse o desejo dele. Então acho que hoje em dia se percebeu que não é bem assim, a gente não pode deixar correr frouxo, esse mesmo sentimento que surge na educação quando se começa a olhar os resultados, o controle externo também teve esse sentimento. E aí entra uma coisa tipicamente humana de que ninguém gosta de enxugar gelo, todo mundo tem que enxergar um propósito naquilo que faz, por mais que todo mundo seja bem remunerado, que tenha seus gabinetes bonitos, mas todo mundo quer um reconhecimento, quer um sentimento de propósito de que está efetivamente colaborando com a sociedade.

CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES

Eu sofri uma influência muito marcante do meu pai, que exerceu diversos cargos da área jurídica. Ele foi membro do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas, Procurador Geral do Estado (aliás, foi exatamente ele quem criou a Procuradoria Geral do Estado), Consultor Geral do Estado (onde também foi o pioneiro) e Secretário de Administração do Estado. Portanto, no Estado do Rio Grande do Norte ele ocupou todos esses cargos.

Então eu não poderia falar a meu respeito e deixar de falar dele, dessa influência extraordinária e muito bem-vinda do meu saudoso pai em enveredar na carreira jurídica. Eu fiz vestibular ainda com 16 anos, tive sorte em passar no primeiro vestibular na época em que em Natal só havia uma faculdade de Direito que era a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eu comecei o curso com 16, e como na época era permitido você pagar matéria

Carlos Thompson Costa Fernandes



pela manhã e à noite, acabei concluindo o curso em 4 anos, com 20 anos eu já era formado.

Minha primeira experiência foi num escritório de advocacia, eu comecei antes de me formar, e desde o início consegui vivenciar toda a construção de um escritório de advocacia. Confesso que embora tenha sido um desafio muito grande, por influência também do meu pai, eu decidi fazer um mestrado em São Paulo. E a minha vivência na academia eu reputo como algo singular, porque eu sempre penso que o maior legado que eu tive, não foi só a convivência com pessoas diferentes, com professores extremamente conceituados, mas eu aprendi a saber ouvir opiniões antagônicas, aprendi que no ambiente acadêmico não existe o certo ou errado, você pode defender posições com muita propriedade e o seu colega defender uma outra totalmente diferente da sua, enfim... eu vivi com muita intensidade esse ambiente democrático e libertador da academia.

Quando regressei a Natal, eu fui convidado para assumir a Consultoria Geral do Tribunal de Contas com menos de 25 anos. Mas antes disso eu fui estagiário do mesmo Tribunal. Desde então eu me apaixonei pelo direito administrativo, pelo direito financeiro e sobretudo, pelo direito institucional, que foi onde eu enveredei meu caminho acadêmico, terminei fazendo mestrado em direito constitucional, direito do estado, mas especializado em direito constitucional na PUC-SP.

Quando voltei assumi o cargo de Consultor Geral do Tribunal e passei a lecionar, dar aula de direito constitucional para cursos de

graduação e pós-graduação. Fui pra Brasília porque no primeiro ano que comecei a estudar, eu já consegui alguns sucessos e passei no concurso de Procurador do Banco Central, fiquei lá por apenas 4 meses, trabalhei numa procuradoria que era especializada em processos do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, ou seja, uma procuradoria bem especializada na temática que eu gostava, mas eu terminei optando por um outro cargo, num outro concurso que eu passei na mesma época, porque ele remunerava praticamente o dobro do salário que eu ganhava como procurador e como eu ia casar, eu tive que optar por essa outra carreira.

Mas foi uma carreira que me deixou muito gratificado que foi de Defensor Público do Distrito Federal, eu sempre chegava em casa muito feliz, muito gratificado em fazer o bem para pessoas que eram muito necessitadas, não só sob o ponto de vista financeiro, mas também pelo ponto de vista social e psicológico, pessoas que demandavam o judiciário, por problemas familiares, divórcios, pensões alimentícias, tinham muitos casos de responsabilidade civil, acidentes, problemas domésticos entre outros tantos.

Eu sempre tive uma predileção muito forte pelas matérias dos Tribunais de Contas, então acabei canalizando os estudos para os Tribunais de Contas e tive a sorte de passar em 2 concursos similares, que era justamente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal e Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. A minha opção não foi muito difícil, optei

por voltar para minha casa, isso foi em 2003. Eu fui para Brasília em agosto de 2001, casei-me em agosto de 2002 e voltei para natal em junho de 2003. Eu ainda cheguei a assumir o cargo de Procurador do Ministério Público de Contas do DF por 2 ou 3 semanas, depois voltei para Natal e assumi o cargo de Procurador de Contas, nesse período ainda tive a oportunidade de trabalhar com meu pai, de 2003 a 2005, ele como chefe da procuradoria e eu como procurador juntamente com outros 5 colegas. Em 2004 ele se aposentou e eu assumi a chefia da Procuradoria Geral durante um tempo, ele faleceu em 2005 logo em seguida e eu fiquei no Ministério Público de Contas atuando até 2011, quando obtive êxito na seleção específica prevista na Constituição para escolha de um membro do Ministério Público para compor o colegiado do Tribunal de Contas, eu fui escolhido para ser Conselheiro na vaga do Ministério Público de Contas e eu estou como Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte desde o dia 8 de junho de 2011.

No Tribunal eu já passei por todas as funções que estão disponíveis para Conselheiros, inclusive de presidente, mas confesso que eu sempre tive uma predileção para atuar nas funções jurídicas e não nas funções administrativas, o cargo de presidente, por exemplo, é algo que não me encanta, porque você tem muitas demandas administrativas, de cunho pessoal e eu confesso que eu gosto mais dos processos, antes eram processos físicos, hoje são virtuais, mas é com que eu me identifico, eu me identifico com o direito e com essas demandas processuais.

Agora eu sou membro titular do Conselho Fiscal do IRB, que é uma instituição que eu reputo da mais alta relevância para os Tribunais de Contas, porque é no Instituto Rui Barbosa onde as grandes ideias, grandes sonhos, grandes perspectivas dos Tribunais de Contas são forjados, são engendrados, são objetivados. Eu não consigo mais pensar nos Tribunais de Contas sem a presença do IRB, eu vejo a dedicação dos servidores, por exemplo destaco aqui na gestão atual, não só o presidente Edilberto, mas eu vejo, por exemplo, o trabalho de Juraci, é incansável, o dia inteiro atuando, divulgando as notícias e as obras do IRB.

O IRB hoje é dirigido por uma pessoa que tem lastro acadêmico, lastro jurídico, lastro também econômico e o presidente Edilberto vem levando o Instituto a outra dimensão, no sentido de divulgar o seu trabalho, de planejar e implementar suas ideias, não só no Brasil, mas também no exterior. Enfim, eu vejo esse braço dos Tribunais de Contas representado pelo Instituto Rui Barbosa como algo de extrema relevância, enriquecedor a cultura dos membros, dos servidores e dos jurisdicionados.

Pensar hoje na nossa instituição sem o IRB gera uma dificuldade tremenda, porque nós perderíamos aí um veículo de consolidação de boas práticas, de ideias na defesa não propriamente da instituição, mas na defesa da democracia, na defesa da república, na defesa da divulgação do saber do conhecimento. Então, eu me sinto muito feliz, gratificado e agradecido ao Conselheiro Edilberto por ter me convidado

a participar de uma instituição tão relevante e que desempenha um papel tão ímpar no nosso sistema de controle externo.

O papel do IRB diante da multiplicidade de pessoas que o integram pode ser visualizado em diversos pontos, eu pontuo aqui, por exemplo, a questão dos comitês técnicos. O IRB tem uma tarefa cotidiana de reunir e congregar diversos Tribunais de Contas, diversos servidores, membros para discutir, por exemplo, o papel da corregedoria, o papel da ouvidoria, o papel da educação, o papel da Primeira Infância que agora está sendo muito discutido no ambiente interno do IRB, o papel do controle das políticas públicas que é uma bandeira muito forte defendida pelo Edilberto, então a partir do momento que o IRB cria comitês para discutir essas temáticas, a partir do momento que o IRB promove congressos, encontros, onde se discute todas essas matérias, essa múltipla dimensão temática, a gente percebe um ambiente extremamente arejado, extremamente libertador e por via de consequência, também extremamente democrático.

LUIZ EDUARDO CHEREM

Eu me formei em odontologia e tenho pós-graduação em cirurgia e trauma de face. Depois de formado eu vim para Balneário Camboriú, onde me envolvi na vida pública. Em Balneário eu me elegi vereador, fui vice-prefeito e prefeito. Depois eu acabei me elegendo deputado estadual por três mandatos, fui secretário do Estado da Saúde por cinco anos. E depois dos mandatos de deputado ficou aquela grande pergunta; o que o dentista vai fazer agora?

Acabei vindo para o Tribunal de Contas. Mas eu posso dizer que na minha experiência na vida pública, eu entrei em 1987, portanto há quase 40 anos, eu fiz de tudo. Especialmente a minha experiência como Secretário de Saúde do Estado foi fundamental, eu passei cinco anos lidando com a saúde pública, o que não é nada fácil. Era uma pasta muito difícil, eu sempre brinco com todo mundo, dizendo que quem foi Secretário de Saúde, o resto é resto.

Luiz Eduardo Cherem



Quando eu entrei no Tribunal de Contas, confesso que fiquei um pouco decepcionado com aquela coisa de analisar conta. Faz um relatório, está bem aplicado o dinheiro, não está. Fica naquela coisa muito matemática, estática, que para mim não serve.

Aí tive a oportunidade e a felicidade de conhecer o Dr. Sebastião Helvécio, presidente do Instituto Rui Barbosa, numa eleição bem complicada, que havia um “racha” dentro do IRB, foi em Goiás, se não me engano. Havia um mal-entendido em relação a uma discussão que havia entre os Tribunais de Contas dos Municípios e os dos Estado. Ali o Dr. Sebastião se mostrou muito habilidoso. Juntamente com o Edilberto, construíram a candidatura do Bonilha, e aquilo pacificou todos.

Não é por acaso que hoje eu tenho uma dedicação muito grande com o IRB, que para mim é a mola que faz a ATRICON se movimentar, porque é no IRB que surgem os pensamentos, que se travam os grandes debates de importância para os Tribunais de Governança. Eu não quero mais usar esse termo Tribunal de Contas, eu quero usar o termo de Tribunal de Governança, que é aquele que eu acredito, é a governança pública, a boa aplicação do dinheiro.

Quando eu fui presidente, comecei a questionar o caráter punitivo dos Tribunais de Contas. Naquela época não se falava tanto em Governança como se fala agora. E eu comecei a questionar, por que não ser o Tribunal de caráter preventivo? Eu vim da área da saúde

e para mim o melhor tratamento que existe na saúde é a prevenção. E eu trouxe esses conceitos para dentro do Tribunal. Por que não ser parceiro no bom sentido do gestor? O que adianta ir atrás do leite derramado depois do problema ter acontecido? Por que não evitar aquele problema? Por que não orientar o gestor?

Eu fui prefeito, eu fui secretário municipal, eu fui secretário de Estado, cada vez que eu recebia uma cartinha do Tribunal eu pensava comigo: O que eu fiz de errado? Era a primeira coisa que eu pensava. Então, por que não evitar esse medo que o gestor tem de ocupar um cargo público hoje? E graças a Deus o Presidente Edilberto veio nessa mesma toada. E hoje nós temos um Tribunal Híbrido, que é o Tribunal da Governança.

Depois foram surgindo outros temas como educação, sustentabilidade, primeira infância etc. Para mim isso é que é um Tribunal, um organismo que está fazendo alguma coisa que beneficie a sociedade, e não simplesmente ficar mandando, recomendando alteração de contas. E nesse aspecto o IRB está muito avançado.

A presidência do Sebastião Helvécio, a presidência do Conselheiro Bonilha e agora com Edilberto, eu estou falando daquelas que eu pude participar e conviver, isso tudo que tem sido feito para mim é muito importante. Eu vejo o IRB muito à frente nos mais diferentes aspectos. É uma entidade dinâmica, está sempre olhando lá na frente, fazendo os questionamentos certos, colocando pontos

de interrogação necessários e buscando respostas coerentes. E este é o IRB que eu quero. Um IRB dinâmico.

Eu vou citar um exemplo, com o advento da pandemia nós tivemos uma mudança de paradigma no mundo todo. E no Brasil o que aconteceu? Todo mundo jogava pedra no SUS, que era mal falado, malvisto, questionado, e qual foi o país que ofertou, gratuitamente, ambulâncias com oxigenoterapia? Qual o país que fez esse movimento todo em relação ao atendimento dos pacientes com covid? São as medições, os relatórios de eficiência que nós fizemos no período pandêmico e pós pandêmico. De efetividade na UTI, no atendimento. Isso é uma coisa real, palpável, você ir lá na comunidade do interior, e nós estivemos lá nos municípios pequenos de Santa Catarina, nós fomos em todos eles para ver como é que foi a questão da vacinação. E isso é uma política real, palpável, as pessoas enxergam, e os gestores que não se adequaram foram todos punidos, multados. Aqueles que não deram bola, que não fizeram o trabalho preventivo, aqueles que não foram atrás da melhor política pública, eu sou relator temático da Saúde aqui do Estado, e o projeto punitivo não deu resultado. Nós fizemos um relatório, pedimos para eles agirem daquela maneira, e a grande maioria agiu, mas uma minoria não agiu, ou por relapso, ou não sabia fazer, ou estava mal orientado, enfim, todos eles acabaram sendo punidos.

Outra questão importantíssima é a das mudanças climáticas. Isso também é uma coisa palpável, o mundo não está esquentando, está em ebulição. E o Tribunal está tendo essa visão da necessidade desse

se tornar alvo para os Governos de Estado e Municipais, para que eles possam contribuir com a diminuição dos impactos, com o combate ao aquecimento global. E o Tribunal tem um papel enorme. Em Santa Catarina nós temos um laboratório de asfalto, porque não adianta botar asfalto em cima de uma estrada por botar. Será que é o asfalto correto? Nós temos um laboratório, isso é que é política real, não é aquela coisa de dizer, de fazer 2km de asfalto. Qual é a metragem correta, qual é a profundidade, como foi administrado, como foi usado, tudo isso faz parte dessas preocupações que o IRB tem feito aos Conselheiros.

Essa visão moderna, estratégica, essa visão híbrida do Tribunal, esse é um papel do IRB, não é o papel da ATRICON, não é o papel do Conselho Nacional, é objeto de estudo do Instituto Rui Barbosa, que nos provoca a atentar para outras questões que vão muito além das contas propriamente ditas.

O IRB é o catalisador no sentido de atizar a tomada de atitude mais coerente, de mostrar para os Conselheiros, temáticas que lhe são pertinentes mas que eles não conhecem, assim eles ficam mais à vontade para falar o que não sabem, como é que eu vou discutir com alguém o tema Previdenciário, se eu não sei, eu não conheço, mas se a gente faz um debate desse, e tiver alguém que entenda e me explique, claro que eu vou ficar mais à vontade.

Hoje eu vejo o IRB hoje como o motor das políticas públicas. A minha visão é a de uma pessoa que vem do lado de lá do balcão.

Quando eu estava do lado do balcão, eu não errava porque eu queria, eu errava porque não sabia ou por que eu fui orientado daquele jeito. É por isso que quando eu entrei no Tribunal eu sofri, eu passei por um momento complicado, fui perseguido por um Procurador do meu estado, são coisas do passado, mas são coisas que a gente não pode esquecer. E eu dizia quando a imprensa me questionava, “ah mais um político no Tribunal?” “Eu sou um político, mas eu tenho formação pública, eu tenho experiência, quando eu fui para Tribunal eu tinha 28 anos de experiência, me aponta, um promotor, um juiz que quer que seja que tenha experiência desse tamanho, me aponta um promotor que tenha essa experiência que eu tive na vida pública. Ele pode vir de cartilha, por concurso, ter ficado dois, três anos estudando, eu tenho 26, 27 anos de vida pública, eu já vi de tudo, mesmo com a minha formação em Odontologia, eu sei o que é certo e o que é errado, é só ler aquele papel”.

Então, quando eu vejo esse IRB de hoje, eu fico feliz. O IRB para mim é o órgão mais importante do Tribunal de Contas hoje. A ATRICON é um órgão institucional, de representação dos Tribunais. Mas a alma do sistema é o IRB. A alma do sistema de Tribunal de Contas é o IRB.

JÚLIO PINHEIRO

Eu já venho trabalhando nisso há muitos anos. Já fui primeiro vice-presidente do Instituto Rui Barbosa, no tempo em que a diretoria contemplava apenas quatro vice-presidentes, hoje são vários. Enfim, eu já venho atuando dentro do IRB há muitos anos e para mim é uma instituição extraordinária, excepcional do ponto de vista do conhecimento, que é a nossa meta maior.

Nesse período todo a minha atuação teve como foco a questão do meio ambiente e da sustentabilidade. Sustentabilidade vista de uma forma macro, porque quando você fala de meio ambiente você trabalha as questões específicas, mas quando fala em sustentabilidade, abrange vários aspectos diferentes. Então, nós já estamos produzindo material há muito tempo. Eu tenho a honra e isso não é nenhuma vaidade pessoal, de dizer que talvez nós tenhamos sido o primeiro Tribunal do Brasil a implantar uma Diretoria de Controle Ambiental,

Júlio Pinheiro



porque antes nós enxergávamos a coisa de uma forma meio distante, aquele ortodoxo do fiscal orçamentário-financeiro sempre foi uma atribuição nossa, não deixa de ser, mas a Constituição de 1988, estabeleceu a questão da fiscalização operacional e patrimonial e leia-se patrimônio todos os biomas brasileiros. Aí você inclui, se for para o artigo 225 da Constituição, no parágrafo segundo, inciso quarto, floresta amazônica, mata atlântica, pantanal mato-grossense, terra do mar, zona costeira e vários biomas no Brasil. E esses são efetivamente os que necessitam de atenção, do ponto de vista do controle preventivo, antecipatório e precatório para exatamente evitar que os danos ambientais se instalem no Brasil.

E nós temos uma grande vantagem em cima disso, nós podemos agir de ofício, enquanto instituições de controle, nós não precisamos ser provocados. Por exemplo, as licenças ambientais, que eu venho dizendo isso há muitos anos, e talvez o único, lá atrás era o único, talvez poucos estados brasileiros controlem do ponto de vista da legalidade. Lá do artigo 70 da Constituição, diz que as licenças ambientais são ações discricionárias da autoridade que emite. Quem emite a licença ambiental, emite sob regras da própria legislação infraconstitucional e da Constituição, como um arcabouço maior, um guarda-chuva maior.

Então, nós, instituições de controle, que podemos agir de ofício, que não precisamos ser provocados, que nos antecipamos aos danos ambientais, ou seja, através da perspectiva do risco e não do dano, nós temos a obrigação de, enquanto instituições de controle, aferir a legalidade

dessas licenças ambientais, porque se elas não forem expedidas dentro dos critérios legais, elas podem ser suspensas, podem ser canceladas, podem receber ação efetiva do Tribunal, no sentido de cassar essa licença ambiental. Por exemplo, as obras públicas, se nós considerarmos a Lei de Licitações, no artigo terceiro, a partir de 2010, a nova lei mudou a questão da visão estratégica da ação dos Tribunais, considerando que a licitação sempre buscou o preço mais justo, a isonomia e a promoção do desenvolvimento sustentável. Então, nessa promoção do desenvolvimento sustentável, você aferir os impactos ambientais, por exemplo, nas obras públicas, que é fundamental para que nós, instituições de controle, no nascedouro, desde a licença ambiental, licenciamento prévio, a própria licença ambiental expedida, nós possamos controlar, para evitar efetivamente que aconteça os danos ambientais.

Portanto, essa perspectiva do risco é uma visão bem estratégica. E nós, a partir de 2010, lá no Amazonas, iniciamos as primeiras auditorias ambientais em resíduos sólidos, nós conseguimos produzir um livro que o próprio IRB editou, sobre resíduos sólidos e fizemos depois várias auditorias. Por indicação nossa, o TCU fez uma auditoria coordenada em toda a Região Norte. Eu mesmo percorri várias unidades de conservação do estado, a BR 319, de cabo a rabo, no sentido de identificar desmatamento, queimadas e outras coisas mais. Essa ação preventiva dos Tribunais de Contas é extremamente importante, é estratégica.

Hoje se fala muito de mudança climática e outros problemas de degradação ambiental. Mas tudo isso se dá por conta dos excessos

que a gente vem presenciando no mundo moderno, no mundo industrializado, um mundo onde as pessoas estão dentro de uma dinâmica de vida que continuamente vem trazendo danos ao meio ambiente.

E nós estamos nessa luta há tempos. Criamos comitês, chamamos o jurisdicionado, que era a Secretaria do Meio Ambiente e passamos a exigir o cumprimento da legislação. Para se ter uma ideia, nós fomos o único estado, e eu digo isso com muito orgulho, o único estado brasileiro que, dentro do prazo determinado pela Lei de Resíduos Sólidos, que estabelecia que os Planos de Gestão Integrada de Resíduos deveriam ser concluído em 2 anos, fomos o único estado a cumprir 100% dos planos dentro do prazo. Para não parecer perfeito, apenas dois municípios do Amazonas concluíram seus planos em dezembro de 2012, quando deveriam ter concluído em agosto. Enquanto isso, apenas 488, dos 5580 municípios no Brasil cumpriram a lei. Então, essa é a grande diferença, esse é um trunfo que nós temos e que é uma marca que para nós foi muito importante.

Mas eu tenho que fazer uma *mea-culpa*. A lei dizia que após concluídos os planos, nos 2 anos subsequentes a destinação final fosse também concluída, ou seja, os lixões a céu aberto deveriam deixar de existir. E nós não conseguimos fazer a segunda parte. Na época da primeira parte, eu era presidente do Tribunal e, por bem ou para tristeza de alguns, usei a força da presidência exigindo o cumprimento da lei. Mas isso é só para reforçar que nós podemos atuar de forma efetiva, podemos contribuir muito com a sociedade, porque os Tribunais têm melhor expertise, têm

técnicos, e agem de forma preventiva, pois o dano ambiental depois de instalado, é muitas vezes irreversível e, por mais que se tenha compensações ambientais, elas não trazem de volta o que foi perdido. Nós entendemos de suma importância a ação dos Tribunais no sentido de garantir um meio ambiente mais sadio para as presentes e futuras gerações.

E nesse processo o IRB tem sido um importante aliado. Desde quando eu era vice-presidente, nós já levantávamos essas teses. Aliás, o Edilberto até fala: “O Júlio vinha trabalhando meio que no deserto, sozinho.” Mas eu sigo levantando a importância que têm as Cortes de Contas no cumprimento do seu papel constitucional, garantindo que haja aplicação dos princípios da legalidade, que está lá estabelecido no artigo 70. E para isso nós precisamos usar da nossa peculiaridade, da nossa expertise, porque nós temos, por exemplo, engenheiros especializados, técnicos com formação em várias áreas relacionadas com essa questão. Nós podemos utilizar essa mão de obra, do ponto de vista de garantir aquilo que a Constituição nos determina, a legislação infraconstitucional nos determina. A Constituição de 1988 diz que é dever do poder público prover, por exemplo, a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Aliás, essa é outra área que os Tribunais precisam atuar de forma efetiva, garantir que a educação ambiental chegue no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior. Não existe outro mecanismo de evitar problemas futuros que não seja através da aplicação da lei.

E eu espero deixar um legado, porque eu já tenho 62 anos, eu não sei até quando eu vou ficar ainda na instituição, mas eu quero

deixar um legado construído, fincado, e eu tenho impressão de que nós já contribuímos sobremaneira e hoje, quando se fala na ação preventiva dos Tribunais de Contas voltada ao meio ambiente, tem todo um histórico de construção, nós estamos nessa luta há muitos anos.

O IRB é o meu grande parceiro nessa utopia por um mundo mais sustentável. Sem o IRB, que é a Casa do Conhecimento, a casa da inspiração, a casa do estudo, nós não vamos conseguir chegar àquilo que nós sonhamos um dia chegar. Se nós temos dificuldade, se nós não obedecemos a esses critérios de vigilância estabelecido na agenda 2030, sem o IRB ficaremos muito mais perdidos.

MARIA ELIZABETH CAVALCANTE DE AZEVEDO PICAÑO

A minha história sempre foi dentro do controle externo. Eu cheguei formada em Macapá em 1985, comecei a trabalhar na Secretaria de Fazenda. Era um cargo em comissão, e o meu avô, João Batista de Azevedo Picanço, foi o primeiro Tesoureiro no antigo Território Federal do Amapá. Portanto, a minha história em relação a finanças, orçamento, é bem antiga, é do tempo do meu avô.

Na verdade, eu sou macapaense, mas eu cheguei de Belém, porque na época em que eu fiz bacharelado em Ciências Contábeis, não existia faculdade no Amapá, nós tínhamos que nos deslocar para Belém para estudar. Então fui, fiz faculdade e voltei. Quando ainda não havia o Estado do Amapá, éramos território, apareceu um convênio entre a prefeitura de Macapá e o Governo Federal. E eu fui trabalhar nesse convênio, como contadora, atuando na auditoria, ao lado do

Elizabeth Picanço



saudoso Veríssimo Tavares, que foi um dos primeiros Conselheiros indicados ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

Durante essa auditoria, o Conselheiro Veríssimo, a Conselheira Margarete e o Conselheiro Luiz Fernando Garcia, que foram os três primeiros indicados pelo então governador Gilton Garcia, nós (e aqui já estou me incluído, uma vez que, por conta do meu conhecimento e do meu trabalho, fui aceita entre eles) começamos a trabalhar numa sala no Palácio do Governo. Éramos 3 funcionárias e 3 conselheiros, inclusive eu tenho prazer de dizer que quem tirou o CGC do Tribunal de Contas do estado do Amapá fui eu e a Auditora substituta Terezinha Botelho. Eu sempre conto essa história, que até me emociona: na época meu pai tinha um Corcel 2 e o banco era muito fundo, então eu colocava um dicionário para sentar-se, para poder dirigir o carro, ir até a Receita Federal e voltar.

Daí eu fiz o concurso para Auditor substituto de Conselheiro e fui aprovada. Foram 7 aprovados, só que durante esses anos, um desistiu, outros se aposentaram e só temos agora 3 Conselheiros substitutos, que são a Dra. Terezinha, o Dr. Pedro Aurélio e Dr. Wanderley. Como a vaga de Conselheiro era para Auditor de carreira, eu fui escolhida numa lista e o governador me nomeou Conselheira em 2010. Mas eu estou no Tribunal desde 1991.

Em 1993 eu conheci o Instituto Rui Barbosa. A bem dizer, eu comecei a ter contato com o IRB durante a presidência do Conselheiro

Severiano Costandrade, entre 2010 e 2013. Foi a partir dali que eu pude me inteirar mais do que era o Instituto e de como a gente podia usufruir dos seus serviços. Naquela época eu estava como presidente do Tribunal e fui participar de um evento no TCM do Pará e desde então tenho acompanhado de perto toda a atuação do IRB, procurando beber na fonte todo o conhecimento que ele nos disponibiliza.

O IRB contribui muito na relação entre os presidentes, entre os conselheiros, entre os Tribunais como um todo. Ele sempre agrega os Tribunais. Sem o IRB certamente a gente não teria essa ligação que nos mantém tão próximos, mesmo estando estabelecidos em região tão distantes e díspares. Com o IRB os presidentes dos Tribunais estão sempre se ajudando mutuamente. Ele é esse amálgama que nos aproxima e nos une.

Além do que, o IRB promove iniciativas que favorecem aprendizados de novos modelos dentro das políticas públicas, que são extremamente relevantes para o aprimoramento do nosso trabalho cotidiano. Eu vejo o IRB com o objetivo de investigar a organização, os métodos e os procedimentos e ajudar os Tribunais a melhorar, principalmente nós que estamos muito longe dos outros, que temos muita dificuldade de sair daqui para chegar em Brasília, São Paulo e outros grandes centros.

Então, é de grande valia a contribuição do IRB para os Tribunais, e para nós conselheiros. Eu tenho ido a muitos eventos do Tribunal

promovidos pelo IRB e pela ATRICON. Eu chego lá, assisto as palestras, os cursos, e trago o conhecimento para aprimorar as atividades que nós executamos aqui dentro do objetivo do Tribunal de Contas, que é fiscalizar, julgar contas de gestor, emitir parecer prévio, mas eu sempre bato que nós temos que fazer tudo dentro da nossa realidade, não é porque em São Paulo faz de um jeito, que nós temos que fazer assim, nós temos que fazer dentro das nossas peculiaridades. E, como eu falei, quando eu vou visitar os outros Tribunais, vejo que o nosso Tribunal não deixa nada a desejar. Mas é claro que existem peculiaridades, como por exemplo, o nosso Tribunal é um dos mais novos, nós não tínhamos tecnologia de informação, eu acompanho isso desde quando a gente fazia auditoria com aquele papel de 14 colunas, não tinha notebook, não tinha scanner, não tinha nada dessa tecnologia que hoje facilita tanto o nosso trabalho.

No TCE do Amapá, isso começou na minha gestão, nós reunimos os conselheiros e dissemos: “vamos fazer uma sessão em cada município, para eles saberem como a gente trabalha, vamos sair do gabinete e vamos até eles.” Aí começamos fazendo essa sessão itinerante. Aqui houve um presidente, o conselheiro Regildo, que dividiu os municípios em polos. Por exemplo, Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari, por serem mais próximos seriam um polo e assim ele foi dividindo em polos os que estavam mais perto. Nós começamos a fazer só a sessão itinerante, levava o processo, fazia o julgamento, era a sessão como se estivesse no Tribunal, mas acontecendo nas Câmaras Municipais.

Com implantação desse TCE Itinerante, nós também entramos no controle social, nós tivemos um determinado setor do Tribunal que fez uma pesquisa nas escolas do Estado e escolhemos uma escola para ver a suas reais necessidades. Nisso percebemos que estava necessitando de obra, de limpeza e em conjunto com os setores do governo que poderiam nos ajudar a arrumar aquela escola, fizemos uma espécie de parceria com esses órgãos, fomos todos para a escola, levamos as pessoas para tirar carteira de identidade, título de eleitor, colocamos tudo na escola nesse evento voltado para a população.

Quando o Conselheiro Michel foi presidente, ele criou o TCE na Comunidade, ou seja, ele juntou tudo, a sessão itinerante, o controle social para população, e foi mais além, no último dia do TCE na Comunidade, a gente fez uma reunião com os políticos do Estado e realizou uma espécie de sessão para mostrar o que nós estávamos fazendo no município, com o TCE na comunidade. Nesse encontro todo mundo pode falar. No fim de cada evento desse a gente sempre sai muito feliz por ter contribuído para a melhoria da população.

Esse tipo de atitude tem aproximado a gente do principal beneficiário do nosso trabalho, que é o povo. Isso humaniza mais o papel do TCE, nos torna mais maleável. Eu era dita no meu estado como a “caneta pesada”, e acho que ainda sou vista dessa forma, mas ultimamente eu tenho sido bem maleável, devido a gente ir ao município ou ver algo na televisão, então a gente tem que ter um senso para emitir um parecer, julgar uma conta.

Foi através do IRB divulgamos o nosso TCE na Comunidade. O Instituto foi muito importante para nós nessa divulgação. O presidente palestrou em Salamanca, na Espanha, e falou sobre o nosso projeto TCE na Comunidade, e isso nos deu grande visibilidade.

A criação dos Comitês do IRB, foi outro ganho significativo. Nós temos servidores que participam dos comitês e o que se discute lá é trazido para cá, aproveitado dentro da nossa realidade, porque tem que ser dentro da realidade de cada Tribunal, de cada município. Ainda tem também o livro do IRB, esse trabalho do NBASP, que também é do IRB, que também ajuda muito o trabalho do controle externo, através de auditorias do setor público, são as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público.

Por tudo isso não posso dizer que IRB não foi importante para nós, ele é, e certamente continuará sendo muito importante. Ele ajuda os Tribunais a cumprir o papel fundamental que nós temos dentro da organização da finança nacional, do controle da despesa pública, ele ajuda bastante, não só os conselheiros, mas também os servidores que vão a esses comitês temáticos. Isso tudo junto se torna algo extremamente relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Dilton Oliveira de; SOARES, Geraldo Ramos. *Caminhos de Contas: A História do Tribunal de Contas do Estado da Bahia*. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), 2016.

BARBOSA, José Maria de Azevedo. *O VII Congresso de Tribunais de Contas do Brasil. Notícia Histórica do Tribunal de Contas do Estado do Pará*. Belém: TCE, 1973.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 24 de fevereiro de 1891. Art. 89. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Visitado em 14/10/2023.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil* (cic), de 25 de março de 1824 (texto original). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Visitado em 12/10/2023.

BRASIL. *Decreto nº 966-A*, de 7 de novembro de 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d00966-a.html>. Visitado em 14/10/2023.

BRITTO, Cristina. *Uma breve história do controle: na visão de um tribunal centenário*. Salvador: P55 Edições, 2015.

BROOKS, David. *O animal social: a história de como o sucesso acontece*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

BUGARIN, Bento José. *O controle externo no Brasil: evolução, características e perspectivas*. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/954/1018>>. Visitado em 12/10/2023.

C MARA DOS DEPUTADOS. *Alvará de 28 de junho de 1808: Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda (Publicação Original)*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40209-28-junho-1808-572257-publicacaooriginal-95382-pe.html>>. Visitado em 11/10/2023.

DELANO, Câmara. *Contas de Governo e de Gestão e o Controle Social da Administração Pública*. Teresina: TCEPi, 2020. Disponível em: <https://www.tcepi.tc.br/dmdocuments/CONTAS_DE_GOVERNO_E_DE_GESTAO_-_Delano.pdf>. Visitado em 12/10/2023.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. *Casa dos Contos*. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/administracao/casa-dos-contos/>>. Visitado em 18/10/2023.

GARRETT, Cleverson (organizador). *IRB Rumo aos 50 Anos: A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas*. Curitiba: Saluki Editora, 2022.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IRB. *Ata da primeira reunião do Conselho de Administração do Instituto Ruy Barbosa*, em 5/11/1973.

IRB. *Breve história do Instituto Rui Barbosa*. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br/historico/>>. Visitado em 18/10/2023.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. De guardiões de um a guardiões de todos: notas sobre os tribunais de contas, do Medievo à modernidade. *Revista da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Pará* – Belo Horizonte, ano 2, n. 03, p. 107-116, jul./dez. 2022. Disponível em: < <https://cnpgec.org.br/de-guardioes-de-um-a-guardioes-de-todos-notas-sobre-os-tribunais-de-contas-do-medievo-a-modernidade/>>. Visitado em 20/10/2023.

NOGUEIRA, Rubem. *História de Ruy Barbosa*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

PACHECO, J. Franklin. *Mesopotâmia, leis e códigos - Código de Ur-Nammu*. Disponível em <https://www.calameo.com/read/00550561588d05784b26c>. Visitado em 16/09/2023.

SANTOS, Marco Antônio da Silva. *A apropriação dos mitos em La Serrana de La Vera e em El Mejor Mozo de España – O resgate da memória e a restauração da imagem de poder 2015*. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SILVA, Joel Ferreira da. *Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo do Distrito Federal – Exercício 1984*. Disponível em: < <https://www2.tc.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Contas-de-Governo-1984.pdf>>. Visitado em 18/10/2023.

TCU. *Exposição de motivos de Rui Barbosa sobre a criação do TCU*. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1113>>. Visitado em 12/10/2023.

WILKINSON. Richard G. *Nível: porque uma sociedade mais igualitária é melhor para todos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ZACARIA, Fareed. *Dez lições para o mundo pós-pandemia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021,

SOBRE O AUTOR

FRANCÍLIO DOURADO FILHO

Mestre em Administração de Empresas e Pós-graduado em Marketing (Unifor); MBA em BPM - Business Process Management (Unifor); MBA em ESG e Impacto (Trevisan Escola de Negócios e Exame Academy); Graduado em Engenharia Civil (UFC); Extensão em Strategic Management in Times of Turbulence and Disruption e Innovative Strategies for The Advancement of Competitiveness (Florida International University - USA); Personal & Professional Coaching e Leader as Coach (Behavioral Coaching Institute) e membro da Sociedade Brasileira de Coaching (SBC); membro fundador da Associação Mentores do Brasil (MBR); membro da Associação Brasileira de Consultores Empresariais (ABRACEM); e diretor regional da Federação Brasileira das Empresas de Consultoria e Treinamento (FEBRAEC).

Exerce atualmente atividades de Professor, Palestrante, Consultor de Empresas, Master Coach, Pesquisador e Escritor, com mais de 60 artigos científicos defendidos em congressos nacionais e internacionais e mais de vinte livros publicados, entre os quais se destacam: Herdeiros de Gutenberg – 80 Anos do SINDGRAFICA/CE (2023); 50 ANOS DO SINDCERÂMICA – Uma história da cerâmica no Ceará (2023); SIMEC 50 ANOS – Uma história de Transformação, força e resiliência (2023); SINDUSCON 80 ANOS – Uma história de cidadania urbana (2022); FIEC 70 Anos (2021); CIC - Um século de história pelo desenvolvimento do Ceará (2019); S AJE - 20 Anos de História, Conquistas e Inovação (2015); INDGRAFICA 70 Anos (2013); SINDIBRITA 30 Anos - Três décadas sedimentando o desenvolvimento do Ceará (2013); Mulheres em Destaque 2013 (2013); ACC 150 Anos - Uma história do Comércio Cearense (2012); Terceiro Setor - Um jeito próprio de ser (2007); Edifício Antônio Gomes Guimarães - história, cultura e arte (2011); Juraci Magalhães - História de Um Compromisso: entre o dito e o feito (2005).

Este livro foi editorado no calor nordestino, no nosso amado Ceará, pelo designer Augusto Oliveira, para a E2 Estratégias Empresariais. Foram utilizadas as famílias tipográficas Gantari e Adobe Garamond Pro.
Fortaleza, Ceará, Brasil, Novembro de 2023.



Patrocínio



Patrocínio



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



Fortaleza
PREFEITURA



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA
NOSSA VOZ. NOSSA FORTALEZA.



Fecomércio
Senac



**Banco do
Nordeste**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PELO FUTURO DO TRABALHO



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



**Instituto
Rui Barbosa**

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

